

MUDDAR DE FUTURO

deBatEs #1

VII CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCÓ DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA



VII **CONVENÇÃO NACIONAL**
DO BLOCÓ DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA

MUDAR DE FUTURO

A VII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no passado dia 5 de Fevereiro, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC). Desde esse dia que o processo está em marcha, envolvendo todos os aderentes e organizações do Bloco por todo o país. Porém, a demissão do Governo no dia 23 de Março, ocorrida como consequência da rejeição do PEC IV na Assembleia da República, terá determinado a convocação de eleições legislativas antecipadas num curto espaço de tempo.

O calendário eleitoral, tendo em conta que o dia da votação terá lugar, previsivelmente, a 29 de Maio ou a 5 de Junho, decorrerá quase em paralelo com o já aprovado para a Convenção, o que tornou necessário o reajustamento das datas relativas às várias etapas ainda não concretizadas do processo preparatório do encontro magno do Bloco, nomeadamente os dias da sessão final. Foi nesse sentido que a Mesa Nacional de dia 26 de Março decidiu que a VII Convenção Nacional será nos dias 7 e 8 de Maio, tendo igualmente antecipado cerca de uma semana o período para eleição das/os delegadas/os à Convenção, assegurando assim um certo e imprescindível distanciamento em relação à campanha para as legislativas.

A sessão final da VII Convenção reunirá cerca de 600 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração. Até lá, o caminho implica ampla mobilização, informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções, mas desta vez com particular exigência porque a tarefa de preparação para as eleições legislativas solicitar-nos-á em simultâneo.

Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as quatro Moções validadas para debate no processo convencional, promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão até dia 17 de Abril. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos delegadas/os à Convenção que terminarão a 30 de Abril. Os dias seguintes constituirão a recta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa, onde decorrerá a Convenção.

Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver as/os aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos as/os aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2011, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito. O prazo para apresentação de propostas de adenda e alteração às Moções, bem como para entrega à COC das propostas de alteração aos Estatutos, termina a 5 de Abril.

Com quatro propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna. O próximo boletim deBatEs sairá no dia 12 de Abril e será enviado para as/os aderentes que tenham as suas quotas em dia. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de todas/os que queiram apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs ficarão disponíveis na internet, no sítio do Bloco de Esquerda. Nesse mesmo espaço será criada uma página própria para publicação de textos dos apoiantes de cada moção.

Resta informar que a COC é composta pelos camaradas Pedro Soares, Jorge Costa, Dina Nunes, Helena Figueiredo e Mariana Carneiro, eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos representantes das moções A, B, C e D, respectivamente os camaradas José Casimiro, João Pedro Freire, Gil Garcia e António João Sequeira. A comunicação com a COC deverá ser feita através do e-mail coc.2011@bloco.org ou pelo telefone da sede nacional (+351 213510510).

Bons debates!

A Comissão Organizadora da Convenção

REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA VII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7 e 8 de Maio de 2011
Lisboa

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da VII Convenção Nacional do BE.

I - CONVOCAÇÃO

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 05 de Fevereiro de 2011.

2. A VII Convenção Nacional é convocada para os dias 7 e 8 de Maio de 2011, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

P.1 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;

P.2 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;

P.3 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

II - COMISSÃO ORGANIZADORA DA CONVENÇÃO

3. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Helena Figueiredo, Mariana Carneiro, Jorge Costa e Pedro Soares. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.

4. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da VII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a recepção e edição dos documentos preparatórios

através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.

5. O boletim deBatEs é publicado no sítio do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento, de imediato enviado via CTT para todas/os as/os aderentes inscritos, no caso do boletim n.º 1, e para as/os aderentes no pleno uso dos seus direitos, nos casos dos boletins n.ºs 2 e 3.

6. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS MOÇÕES DE ORIENTAÇÃO

7. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 24 de Março de 2011, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs n.º 1 até 29 de Março. As Moções deverão ser entregues em suporte informático e não ultrapassar os 30 mil caracteres. Os boletins deBatEs ficarão disponíveis no site do Bloco de Esquerda.

8. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compreendido entre os dias 12 e 18 de Abril de 2011. A COC garantirá os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também poderá ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respectiva deslocação dos/

as representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas acções e o quadro regulamentar estabelecido.

9. Até 5 de Abril, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Os redactores de cada uma das Moções dispõem até dia 9 de Abril para decidirem da inclusão, ou não, de tais propostas. Do facto, o boletim deBatEs nº 2, a publicar até 12 de Abril, dará informação circunstanciada. Essas propostas não incluídas poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Os textos a publicar no deBatEs n.º 2 deverão ser entregues em suporte informático e não poderão ultrapassar os 5 mil caracteres.

10. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

11. Só serão admitidas a votação as Moções subscritas por 15 delegados/as. O regimento dos trabalhos, a aprovar no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS

12. Qualquer aderente poderá, até 21 de Março, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos.

13. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos actuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 26 de Março.

14. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs nº1, a publicar no dia 29 de Março, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de actividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

15. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC, outras

propostas de alteração aos Estatutos, até 05 de Abril, de modo a serem incluídas no deBatEs nº2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres de fundamentação.

16. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do regimento dos trabalhos, as propostas de revisão de Estatutos subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.

V - PRAZOS E PROCESSO DE DISCUSSÃO DAS LISTAS

17. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os <mailto:delegad@s>, no mínimo de 15, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

18. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios mínimos de paridade.

19. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade directa.

VI - ELEIÇÃO DE DELEGADAS/OS

20. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral activa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia 05 de Fevereiro de 2011 (e, consequentemente, dos cadernos eleitorais), e que tenham regularizado, até à data da eleição, o pagamento da jóia referente ao ano de 2011.

21. A eleição dos delegados/as far-se-á por listas e por voto secreto nos dias 29 e 30 de Abril de 2011, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas coordenadoras distritais/regionais.

22. As e os delegadas/os são <mailto:eleit@s> eleitos na proporção de 1 delegado para 15 aderentes, tendo por base o apuramento dos inscritos até 05 de Fevereiro de 2011, conforme cadernos eleitorais das respectivas assembleias eleitorais.

23. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem,

em alternativa:

- a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;
- b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada.

As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

24. As coordenadoras distritais e regionais organizam o processo eleitoral nas respectivas áreas, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

- a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;
- b) Constitui-se uma assembleia eleitoral por agregação de concelhos que tenham menos de 100 aderentes.

25. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

26. Às coordenadoras distritais e regionais competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspectos:

- a) As listas de candidato/as deverão ser entregues às coordenadoras até 16 de Abril e enviadas aos aderentes até dia 18 de Abril;
- b) O voto por correspondência será validado se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelo-

pe exterior com o nome e assinatura do aderente para efeitos da verificação da regularidade do pagamento da sua quota, devendo ser entregue em mão à coordenadora distrital/regional até ao dia anterior ao da votação ou chegar à sede distrital/regional via CTT a tempo de ser incluído no escrutínio a realizar no final da respectiva assembleia eleitoral;

c) As mesas eleitorais são indicadas pelas respectivas Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

27. A eleição dos delegado/as respeitará a proporção directa dos votos obtidos por cada lista.

28. As mesas eleitorais devem, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, e enviá-las de imediato à COC que verificará a legitimidade do processo de eleição. As comissões distritais/regionais decidirão até 48 horas após as respectivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respectiva Assembleia Eleitoral.

Aprovado por maioria na reunião da Mesa Nacional de 5 de Fevereiro de 2011, com as alterações introduzidas na reunião da Mesa Nacional de 26 de Março de 2011.

RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2009-2011)

Ao terminar o mandato definido pela VIª Convenção, é apresentando um relatório com informação factual sobre os trabalhos e decisões da Mesa Nacional e acerca da actividade do Bloco de Esquerda.

1.1 LUTA SOCIAL CONTRA A CRISE E A AUSTERIDADE SOCIAL

O endurecimento da especulação sobre a dívida pública, a recessão da economia e o crescimento do desemprego para recordes históricos, impulsionados pelas medidas de austeridade da governação PS/PSD no decurso destes dois anos de mandato da Mesa Nacional, intensificaram as lutas sociais. O Bloco apoiou, participou e ajudou a animar essas lutas.

1.1.1. LUTAS CONTRA A PERDA SALARIAL E A PRECARIEDADE

A mobilização sindical e popular contra o código de trabalho, os pacotes de austeridade que atacam o emprego e os direitos laborais, marcaram a luta social e vai continuar a ser uma realidade nos próximos tempos.

Dezenas de greves sectoriais, no sector dos transportes, da saúde, da educação, e em tantos outros, marcaram este período, com momentos fortes de congregação do protesto - a manifestação nacional de 29 de Maio, que juntou mais de 300 mil pessoas de diferentes sectores e gerações, o protesto nacional de 8 de Julho, com greves sectoriais e manifestações descentralizadas pelo país, a manifestação da função pública a 6 de Novembro - que ajudaram a preparar a Greve Geral de 24 de Novembro de 2010.

A Greve Geral representou um importante momento da luta social contra a austeridade sobre o trabalho e

as políticas do desastre económico, envolvendo milhões de trabalhadores no país inteiro. A greve teve um impacto dominante nos transportes e em diversos serviços públicos, contou com a participação do sector privado e também de diversos sectores e movimentos de trabalhadores precários. Mesmo quem não podia fazer greve manifestou o seu apoio a esta iniciativa, em gestos de visibilidade no contacto com os piquetes ou no local de trabalho. O concerto organizado por um sindicato com artistas apoiantes da greve foi o único grande comício sobre os resultados da greve.

O Bloco de Esquerda esteve presente em todos estes protestos e contribuiu para o sucesso da Greve Geral: reuniu com sindicatos e plenários de trabalhadores; esteve em piquetes de greve nas empresas e faculdades; organizou reuniões públicas, fez campanha de rua de mobilização e lançou propaganda própria de divulgação de massas apoiada na actividade militante.

Desenvolvemos a participação de activistas do Bloco em comissões de trabalhadores nos mais diversos sectores de actividade, cuja acção tem incentivado à participação dos trabalhadores e à prática da democracia de base. O seu papel foi importante em várias lutas, como contra o despedimento de trabalhadores nas Páginas Amarelas da PT ou na GroundForce, contra a privatização dos CTT, da REN e da ferrovia, entre outra.

O Bloco de Esquerda tem dado ao longo dos últimos anos uma atenção particular à precariedade. A luta contra a precariedade é um elemento central do nosso confronto político no Parlamento e orientador da actividade da nossa organização e activistas.

Esta é uma área onde os trabalhadores se têm organizado contra os falsos recibos verdes, os estágios não remunerados, a contratação a prazo, as vidas intermitentes. Movimentos como o FERVE, os Precários Inflexíveis e os Intermitentes do Espectáculo têm crescido na sua acção, ganho protagonismo próprio e intervindo em lutas específicas contra o abuso, dando maior visibilidade à precariedade e criando consciência nos trabalhadores sobre a violação dos seus direitos, contribuindo para o aumento das denúncias e da organização nos locais de trabalho. As manifestações Mayday de 2009 e 2010 juntaram mais de mil pessoas cada, assumindo-se como uma experiência ganha desde a sua origem em 2007 na junção de precários com uma voz própria forte nas lutas dos trabalhadores e do sindicalismo.

O crescimento intenso da precariedade deu corpo à manifestação da “Geração à Rasca” do dia 12 de Março de 2011, marcada de forma espontânea nas redes sociais, que conseguiu agregar mais de 300 mil pessoas em Lisboa, Porto e mais 9 capitais de distrito, alargando-se a outras cidades europeias. Este protesto, inédito em Portugal e nas lutas do trabalho, pelas características da sua convocação e organização e pelo seu carácter agregador e descentralizado, foi a expressão do descontentamento e da vontade de mudança social e política de várias gerações sacrificadas pela crise capitalista.

1.1.2. MOBILIZAÇÕES ANTI-NATO

Em Novembro de 2010, os chefes de Estado dos 28 países membros da NATO juntaram-se em Lisboa para discutir o novo conceito estratégico da aliança militar.

Apesar da espiral securitária do governo de José Sócrates, alimentada também pelas notícias alarmistas sobre uma invasão de vândalos, reuniram-se na Avenida da Liberdade mais de 30 mil pessoas exigindo a saída de Portugal da aliança e dos cenários de guerra em que participa.

Durante vários meses os activistas do Bloco partici-

param na coordenação internacional que organizou em Lisboa a Contra Cimeira, em colaboração com a CULTRA e a rede europeia Transform!. No dia em que se iniciou a Cimeira, o Bloco realizou um concerto contra a guerra e contra a Nato. Este concerto, que reuniu milhares de pessoas que encheram o Largo Camões, foi uma das iniciativas mais marcantes dos protestos populares.

1.1.3. A LUTA PELA ESCOLA PÚBLICA

A luta dos professores da escola pública acompanhou todo o final da anterior legislatura e foi determinante para a perda da maioria absoluta do PS. A capacidade de resistência e mobilização dos professores demonstrou a centralidade do debate sobre a qualificação dos serviços públicos como pilar determinante da democracia.

Os professores, as suas organizações sindicais e os movimentos de professores têm vindo a participar no movimento de protesto social a estas medidas. A sua mobilização foi determinante no sucesso da Greve Geral de 24 de Novembro.

A aplicação de cortes orçamentais, conjugada com as injustiças e a inaplicabilidade do modelo de avaliação imposto pelo ME têm mantido formas de contestação próprias dos professores e das escolas. O Bloco de Esquerda e os seus militantes e activistas têm participado e dinamizado esses debates e essas mobilizações.

1.2. ELEIÇÕES

Durante o mandato da Mesa Nacional cessante realizaram-se quatro actos eleitorais: europeias, legislativas, autárquicas e presidenciais.

As três primeiras ocorreram entre Maio e Outubro de 2009 com características de campanha eleitoral contínua, implicando um esforço da organização e dos activistas que foi muito significativo, com centenas de iniciativas públicas a decorrer em todo o país.

Nas eleições europeias (7 de Junho) e legislativas (27 de Setembro), destaca-se a obtenção da maior votação de sempre do Bloco: 10,7% nas europeias (382 mil votos); 9,9% nas legislativas (mais de 560 mil votos). Passamos de 1 para 3 eurodeputados e de 8 para 16 deputados. Pela primeira vez em décadas, a esquerda contra o PS e PSD elegeu em Aveiro, Coimbra, Faro e Leiria. Além disso, o Bloco conseguiu também eleger em Braga e Santarém, onde ainda não estava representado, além de reeleger em Lisboa (mais uma deputada), Porto (mais uma deputada) e Setúbal, onde já tinha representação. Estes resultados derrotaram a maioria absoluta de José Sócrates, fragilizando o poder socialista e abrindo mais espaço à luta social e às lutas de esquerda.

Nas eleições autárquicas (11 de Outubro) tivemos uma maior cobertura do território em candidaturas, chegando a 75% do eleitorado. Com 3% (167.101 votos) para as Câmaras Municipais, 4,18% (231.089 votos) para as Assembleias Municipais e 2,96% (163.252 votos) para as Assembleias de Freguesia, situámo-nos pouco acima dos obtidos nas últimas eleições de 2005 e não conseguimos repetir a eleição de um vereador em Lisboa. O balanço da Mesa Nacional reconheceu as nossas insuficiências nesta batalha, face aos objectivos e às expectativas criadas após os excelentes resultados nas europeias e legislativas.

Em todo o caso, o Bloco manteve e até reforçou a rede de autarcas: além da Câmara de Salvaterra de Magos (4 vereadores), reelegemos um vereador nos municípios do Entroncamento e Moita, elegemos pela primeira vez em Almada, Seixal e Olhão. Globalmente, de 350 passámos para 383 eleitos: de 7 para 9 nas câmaras; de 114 para 139 nas assembleias municipais; e de 229 para 235 eleitos nas assembleias de freguesia; se considerarmos os membros de executivos de Junta, quase 400 autarcas asseguram não apenas uma representação local, mas são um factor estruturante na intervenção do Bloco.

Para as eleições presidenciais, de 23 de Janeiro de 2011, a Mesa Nacional decidiu, no quadro das deli-

berações da última Convenção, o apoio à candidatura de Manuel Alegre.

1.3. AUTARQUIAS E TRABALHO LOCAL

Em Janeiro de 2010, a Mesa Nacional elegeu uma nova Comissão Nacional Autárquica, renovada, que passou a integrar responsáveis de todas as regiões do país.

Neste primeiro ano de mandato, realizou cinco reuniões, com resumos publicados no Correio da Mesa Nacional: 20 de Fevereiro de 2010, Entroncamento; 16 de Maio de 2010, Coimbra; 25 de Setembro de 2010, Entroncamento; 13 de Novembro de 2010, Lisboa; 27 de Fevereiro de 2011, Lisboa.

Além de prosseguir o trabalho de coordenação e de assegurar uma intervenção coerente a nível nacional, a CNA propôs e apoiou a realização nas regiões de acções de formação autárquica em diversas áreas: orçamentos (e sua componente participativa) e relatórios de actividade; impostos e taxas municipais; planos de ordenamento, PROT, PDM; acção social; legislação autárquica; leis eleitorais, empresas municipais; entre outros.

A 10 e 11 de Abril tiveram lugar, em Lisboa, as Jornadas Autárquicas 2010, sob o lema “Bloco para crescer no país real” e com diversos painéis: Água e Empresas Municipais; Regionalização e Desenvolvimento Local; o poder local para além do betão (educação, cultura e área social).

O Grupo de Trabalho sobre Agricultura, constituído no seio da CN Autárquica, realizou uma reunião a 12 de Junho de 2010 sobre a reforma da PAC-pós 2013, convidando alguns especialistas nesta área.

Em termos legislativos, em articulação com o Grupo Parlamentar, trabalhou-se em várias iniciativas legislativas entregues: Tutela Administrativa; alterações à Taxa Municipal de Direitos de Passagem, defendendo que esta taxa deixe de ser paga pelos consumidores; regulamentação do Direito de Petição Local perante

as Assembleias Municipais; transparência dos critérios de atribuição de subsídios pelas autarquias; melhoria dos critérios de repartição pelos municípios da derrama de empresas de âmbito nacional.

No seguimento da campanha “Aqui Podia Morar Gente”, da concelhia de Lisboa, a CN Autárquica editou um cartaz a nível nacional para afixar em casas degradadas ou devolutas, para apoiar a proposta da reabilitação urbana e arrendamento.

1.4. REUNIÕES E DELIBERAÇÕES DA MESA NACIONAL

Desde a última Convenção, a Mesa Nacional reuniu-se com regularidade, contabilizando-se um total de 9 reuniões (16 de Maio, 17 de Junho, 31 de Outubro de 2009, 23 de Janeiro, 17 de Abril, 3 de Julho, 9 de Outubro, 11 de Dezembro de 2010, 5 de Fevereiro de 2011). A Mesa Nacional aprovou na sua última reunião o regulamento do processo preparatório da VIIª Convenção do Bloco de Esquerda e respectiva comissão organizadora (COC).

Ao longo do mandato registaram-se 8 substituições de membros da Mesa Nacional que, por razões de índole diversa, apresentaram a sua demissão.

Foram aprovadas duas comissões de inquérito: uma, sob proposta da Distrital de Braga, para analisar o comportamento de dois aderentes no boicote da lista de candidatura autárquica no concelho de Vizela, ficando deliberada a advertência de ambos; outra, para investigar a falta aos deveres de informação do vereador eleito em Olhão ao Bloco sobre os processos judiciais em que é réu e as contas concelhias, tendo sido decidida a sua expulsão.

Manteve-se a publicação regular do Correio da Mesa com informação sobre a actividade do Bloco, preparação das reuniões da Mesa, minutas das reuniões anteriores, informação sobre a Comissão Política e as comissões nacionais, debate, correspondência, acompanhamento regular da actividade parlamentar e outros documentos.

A Mesa Nacional aprovou resoluções sobre as questões fundamentais da vida do Bloco, onde aprofundou o debate programático (texto sobre Juventude e sobre a Crise e os meios para a vencer); decidiu campanhas de intervenção de rua, mobilização social e alargamento (campanha de adesões, juventude anti-capitalistas, defesa dos direitos do utente no SNS, jornadas locais de ambiente, campanha nacional pelo alargamento do subsídio de desemprego, iniciativa legislativa popular pelo direito à reforma completa com 40 anos de descontos, jornada nacional contra o desemprego a 10 de Setembro); aprovou perspectivas de trabalho para a coordenadora autárquica, do trabalho e do ambiente e no sector estudantil; apoiou a participação nas diversas greves e lutas sociais que foram acontecendo ao longo deste tempo.

1.5. INICIATIVAS, CAMPANHAS NACIONAIS E ACTIVIDADE PARLAMENTAR

1.5.1. TRABALHO E PRECARIIDADE

O Bloco de Esquerda esteve na luta no Parlamento e na rua contra o Código de Trabalho de Vieira da Silva.

Através da Coordenadora Nacional do Trabalho, realizou, em Junho de 2009, o Encontro Nacional “Sindicalismo, os Códigos de Trabalho e os Direitos dos Trabalhadores”.

Realizámos reuniões sectoriais: dos professores, apoiando a intervenção na eleição do SPGL (2009) e para a FRENPROF (2010); do sector automóvel que realizou o seu II Encontro, em Bruxelas, a 24 e 25 de Março de 2010, com a participação de membros das CT's e Sindicatos; o I Encontro Nacional de Vigilantes ou Seguranças Privados, em Março de 2010, onde se pretendeu encontrar respostas políticas e estratégicas para cada sector que suportem as nossas propostas e intervenção.

No âmbito do combate às medidas do PEC, realizaram-se reuniões de aderentes e simpatizantes dos

CTT, da RTP, da banca, da CP/EMEF. Apoiámos também a feitura de comunicados aos trabalhadores e às populações (CTT e Ferrovias).

Com o despoletar da segunda fase da crise, a Coordenadora do Trabalho procurou apoiar as campanhas e lutas lançadas pelo Bloco de Esquerda e pelos movimentos sociais, sendo que a luta central é a luta contra as medidas do PEC e a maior «flexibilização» dos despedimentos: estivemos nas grandes manifestações nacionais de 29 de Maio de 2010 e 19 de Março de 2011, sob a convocatória da CGTP, e na acção descentralizada de 8 de Julho de 2010.

Mantivemos contactos e reuniões internacionais, no âmbito dos sindicalistas do Partido da Esquerda Europeia: em Helsínquia, a 8 de Maio de 2010, realizou-se uma reunião sobre a luta contra as privatizações dos serviços públicos na Europa e sobre a evolução da estratégica 20-20; em Lisboa, a 9 de Outubro de 2010, fizemos uma reunião sobre transportes e sobre “A Estratégia para o crescimento e Emprego” integrada na nova Estratégia da U.E. 20-20.

Realizámos, em Lisboa, no dia 10 de Outubro de 2010, o Encontro Nacional do Trabalho, com um pano de fundo da crise, do desemprego e da precariedade, da «flexibilidade da legislação laboral», dos PEC e da Estratégia da EU 20-20.

1.5.2. AMBIENTE E TERRITÓRIO

O Bloco apoiou as lutas das populações contra os atentados ambientais, a especulação urbanística e a degradação da qualidade de vida, das mais variadas formas. As organizações locais, em articulação com o grupo parlamentar, promoveram dezenas de visitas (exs. ETARs, rio Tejo, linhas de alta tensão, bairros sociais), sessões públicas (exs. especulação imobiliária, política da água) e reuniões com pessoas envolvidas (exs. autarcas, grupos de cidadãos, associações ambientalistas), lançaram campanhas por temas específicos (exs. reabilitação urbana, barragem do Tua e Fridão, refinaria de Balboa), ou responderam a convites para acções ambientais de movimentos cívicos.

Sempre que se justificou, as acções de denúncia ou protesto foram acompanhadas de iniciativas parlamentares de questionamento do Governo.

Concretizámos diversas propostas incluídas no programa eleitoral, com destaque para a reabilitação urbana e o arrendamento como instrumentos para reduzir os custos da habitação, o endividamento das famílias e da economia, reabitar os centros urbanos e reduzir os movimentos pendulares, criar emprego no curto prazo. As organizações locais do Bloco promoveram campanhas de rua em torno destas propostas, mobilizando activistas e as agendas concelhias.

No Parlamento avançamos com propostas estratégicas da política ambiental, como é o caso com uma nova Lei de Bases do Ambiente, da revisão do Regime da conservação da natureza e da biodiversidade e do Regime de avaliação de impacte ambiental.

No campo das alterações climáticas, tivemos participação activista nos protestos da cimeira de Copenhaga, com cobertura no portal de comunicação. Em Lisboa organizámos, a 9 de Dezembro de 2009, em pleno período da Cimeira, o seminário “Agir pelo Clima, Decidir em Copenhaga”, com a participação de vários movimentos ecologistas e ligação directa a representantes em Copenhaga. As organizações locais aderiram ao repto lançado pela Comissão Nacional de Ambiente e realizaram-se 11 sessões públicas “Porque Falhou Copenhaga? - Depois da Cimeira, Lutas pela Justiça Climática” no Barreiro, Estremoz, Portalegre, Castelo Branco, Braga, Porto, Vila Real, Bragança, Coimbra, Funchal, Aveiro, Coimbra, Lisboa.

Organizou-se, através do GUE/NGL, nos dias 26 e 27 de Março um encontro internacional sobre o tema, com convidados de várias organizações ecologistas e especialistas de diversas áreas, contando com cerca de 90 participantes. Aproveitando esta mobilização, organizou-se no dia 28 o Encontro Nacional do Ambiente com a presença de vários elementos das organizações distritais do Bloco e representantes de diversos movimentos ecologistas de âmbito nacional,

local e sectorial, com o total de 40 participantes.

As jornadas locais de ambiente, decididas na Mesa Nacional no início de 2010, foram marcadas por acções em vários distritos/concelhos, com uma presença desigual nas várias organizações do Bloco.

A Comissão Nacional de Ambiente após a última Convenção reuniu a 26 de Abril de 2009, tendo sido eleita uma nova Comissão na Mesa Nacional de 26 de Maio, a qual reuniu em Novembro de 2009, Março 2010 e Janeiro 2011.

1.5.3. SAÚDE

O Bloco, através das organizações locais, interveio pela aplicação da Carta de Direitos de Acesso ao SNS, reclamando nos centros de Saúde e Hospitais o cumprimento dos tempos de atendimento. O Bloco apresentou propostas para alargar o direito à saúde e a prestação de cuidados, com a consagração de novos direitos: rede de cuidados paliativos e Testamento Vital. As organizações do bloco denunciaram e combateram o encerramento de diversos serviços de saúde, SAPs, extensões de centros de saúde, unidades oncológicas.

A iniciativa política do Bloco orientou-se para:

- a promoção dos genéricos, a livre escolha pelo doente do medicamento que compra e uma nova política do medicamento, de preços e participações, tendo feito aprovar a participação nos medicamentos de algumas doenças crónicas, a indicação do preço na embalagem, a inclusão da vacina da gripe no PNV e a dispensa gratuita dos medicamentos para os 3 dias após a alta do hospital.
- contra a privatização do SNS e pela devolução ao estado da gestão privada dos hospitais em PPP (Braga e Cascais)
- a atribuição de médico de família a todos os cidadãos, pela aceleração da reforma dos cuidados primários de saúde e da saúde mental.

- mudanças na política de recursos humanos com o objectivo de fazer regressar os médicos que saíram do SNS e de respeitar as carreiras, os concursos e os direitos dos profissionais, promovendo uma interpeção ao governo sobre esta problemática, recusando a sistemática contratação de empresas privadas de aluguer de trabalho médico.

- uma melhor e mais criteriosa gestão dos serviços de saúde, sobretudo, hospitais públicos, ARSs, INEM, SUCH, INFARMED e IPS, contra o desperdício e a partidarização das administrações.

O Bloco de Esquerda bateu-se contra o sub-financiamento do SNS, propondo o reforço de verbas para a saúde nos OEs. Propôs a revogação das taxas moderadoras, com sucesso para a cirurgia ambulatória e o internamento, e recusou a introdução de pagamentos directos no SNS, nomeadamente no transporte de ambulâncias e nas taxas de saúde pública.

1.5.4. EDUCAÇÃO

Em matéria de Educação, o Bloco de Esquerda tem procurado criar um diálogo fértil com os diferentes actores do campo educativo e apresentar iniciativas no terreno parlamentar que permitam construir uma agenda de qualificação e de democratização da escola pública.

Assim, em Junho de 2009, foi possível realizar em Lisboa um Fórum da Educação, precedido de um conjunto de debates preparatórios que juntaram activistas e agentes educativos nos distritos de Coimbra, Viseu, Faro, Setúbal e Braga. Nesse Fórum, foi possível contar com os contributos de académicos da área das ciências da educação, dirigentes sindicais e activistas de movimentos de professores – o que permitiu uma reflexão rica e participada sobre os termos de construção de uma agenda educativa apostada na qualidade da escola pública.

No plano parlamentar foram apresentadas iniciativas nesse mesmo sentido: propostas de recuperação do

modelo de gestão democrática e reforço do regime de autonomia das escolas; sucessivas iniciativas no sentido de permitir a vinculação dos professores contratados, bem como iniciativas no sentido de fazer cumprir a legislação laboral no âmbito da AECs; propostas de criação de equipas multidisciplinares nas escolas; projectos de redução do número de alunos por turma; apreciação parlamentar do Estatuto da Carreira Docente; fomos o único partido a propor um modelo alternativo de avaliação, centrado na avaliação integrada das escolas, a par da suspensão do actual modelo de avaliação de desempenhando.

Algumas vitórias foram alcançadas. O Bloco de Esquerda requereu um conjunto de audições sobre os processos de adjudicação de projectos e obras no âmbito da Parque Escolar, que veio a permitir, também mediante iniciativa do Bloco, a revogação do modelo de excepção consignado à PE, EPE – que lhe permitia a multiplicação do procedimento de ajuste directo (sem concurso público) em matéria de encomenda de projectos de arquitectura. Mais recentemente, também foi possível, com o contributo da iniciativa do Bloco de Esquerda, travar o chamado decreto de reorganização curricular – que teria impactos graves na qualidade do serviço educativo, e que pretendi apenas permitir despedimentos massivos nas escolas a partir de Setembro de 2011. Foi ainda aprovado na generalidade uma proposta do grupo parlamentar do Bloco de Esquerda que prevê a distribuição gratuita e a criação de bolsas de empréstimo de manuais escolares, que aguarda ainda votação final na AR.

1.5.5. JOVENS E ESTUDANTES

A Mesa Nacional convocou para 19 e 20 de Março e 2010 a Conferência de Jovens Estudantes do Bloco, que discutiu as prioridades de intervenção dos jovens nos locais de ensino e elegeu a coordenadora nacional actualmente em funções. Em 2011 existem três coordenadoras locais para o trabalho estudantil do Bloco: Porto, Coimbra e Lisboa.

Nos verões de 2009 (a partir de 17 de Julho) e 2010 (21 a 25 de Julho) foram organizados os acampa-

mentos Liberdade, à semelhança do que tinha sucedido em anos anteriores. O último acampamento juntou mais de 300 jovens activistas para debates e workshops políticos e culturais.

Os jovens do Bloco têm também realizado espaços de debate e formação dirigidos aos jovens. Em 2009 (3 a 5 de Abril) e 2010 (21 a 23 de Maio) realizaram-se as duas primeiras edições do “Inconformação”, um fim-de-semana de debates e palestras sobre os temas da actualidade política e do debate ideológico à esquerda.

Os jovens estudantes têm desenvolvido um trabalho mais focado no espaço das escolas, com experiências interessantes em algumas escolas e faculdades, com colectivos de estudantes e participação na direcção de algumas associações. Esse trabalho está, contudo, aquém do que é preciso desenvolver. Para o efeito, a coordenadora nacional de estudantes organizou nos dias 5 e 7 de Novembro de 2010 um encontro de activistas estudantis do Bloco que discutiu as principais linhas de intervenção no movimento. Foi o primeiro encontro deste tipo que fizemos.

Os activistas do Bloco têm tido um papel, em alguns casos determinante, nas mobilizações dos estudantes, nomeadamente através da intervenção nas assembleias magnas de Coimbra e da mobilização nas principais universidades do país. A manifestação de 17 de Novembro de 2010 foi o ponto alto da mobilização deste sector, com cerca de 7 mil estudantes do superior na rua e centrada sobre as questões das bolsas de acção social, do financiamento e das propinas.

Activistas do Bloco desenvolveram também o projecto de teatro legislativo Estudantes por Empréstimo, que realizou mais de 20 sessões de teatro-fórum sobre o problema das bolsas e dos empréstimos, em 12 distritos diferentes, que teve uma sessão final no Parlamento com cerca de duas centenas de estudantes e de onde saiu uma petição que teve milhares de assinaturas. Esse projecto permitiu o contacto com mais de mil estudantes em sessões em todo o país.

1.5.5. ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

A intervenção do Bloco no Ensino Superior foi marcada pelo tema do estatuto da carreira docente do ensino superior universitário e do ensino superior politécnico, pelas questões do financiamento e pelas questões da acção social. Destaca-se o papel do Bloco na apreciação parlamentar daqueles estatutos. Destacam-se também as iniciativas parlamentares sobre o financiamento plurianual, o fim das propinas e sobre as bolsas de acção social. Neste capítulo, o Bloco desenvolveu uma actividade parlamentar muito intensa, com denúncias e perguntas permanentes ao Governo e marcando a agenda política e mediática, tentando uma articulação forte com a intervenção dos nossos activistas nas escolas, com o projecto estudantes por Empréstimo e com as associações de estudantes e académicas que entenderam mobilizar-se sobre este tema.

Na área da investigação científica, o Bloco bateu-se pelos direitos dos bolseiros de investigação, tendo realizado reuniões de bolseiros em Lisboa e no Porto, participado na manifestação que houve frente ao Parlamento no dia 11 de Março de 2010 e tendo apresentado um projecto de lei para um novo regime laboral para estes trabalhadores, que foi chumbado por PS e PSD. O Bloco acabou ainda com a discriminação de estudantes estrangeiros no acesso às bolsas da FCT, tendo sido o único partido com iniciativa sobre o tema e tendo sido aprovado na AR o seu projecto sobre o assunto.

O Bloco prepara para 17 de Abril de 2011 o seu primeiro encontro sobre a Ciência, no Porto, em articulação com o grupo parlamentar e o grupo do parlamento europeu.

1.5.6. DIREITOS LGBT

A intervenção do Bloco na área LGBT é marcada, este ano, pelas duas importantíssimas conquistas legais em torno do casamento e na lei que permite o reconhecimento da identidade das pessoas transexuais. No primeiro caso, o Bloco agendou a sua proposta

mal se iniciou a legislatura, pressionando o Governo e a maioria a apresentar o seu projecto. Demarcámo-nos também da cláusula discriminatória que o Governo introduziu no que respeita à adopção, alínea que manchou a conquista histórica da igualdade no casamento e sobre a qual continuamos a insistir – nomeadamente a propósito da lei do apadrinhamento civil. Na questão do registo civil, o Bloco foi também o primeiro partido a apresentar um projecto sobre esta matéria, tendo depois fundido o seu projecto com o do Governo para garantir um projecto final comum que trouxesse mais direitos para a população transexual. Também aí vencemos o preconceito e o conservadorismo da direita e da actual presidência da República.

O Bloco viu ainda aprovado na Assembleia da República o seu projecto sobre o fim da discriminação na doação de sangue, tendo sido o único partido a apresentar iniciativa nesta questão e pondo fim, sem nenhum voto contra, a esta discriminação homofóbica que perdurava nos serviços de saúde.

O Bloco prepara, no seguimento destas conquistas, um fórum de debate entre activistas LGBT, queer e feministas, sobre as questões do género, identidades, sexualidades e direitos.

1.5.5. CULTURA

O Bloco de Esquerda foi pioneiro na Assembleia da República com a apresentação dos Projectos de Lei para a Rede de Teatros e Cine-Teatros Portugueses e para a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Promoveu sessões públicas sobre cultura, diversos debates e visitas em todo o território e duas audições públicas da Assembleia da República. Apresentou também projectos de lei para a promoção do associativismo, para o acesso universal à banda larga e para a renovação das artes circenses e projectos de resolução para o apoio às primeiras obras, a manutenção da autonomia dos teatros nacionais, a criação de um plano estratégico para os museus do eixo Ajuda-Belém, a protecção do Museu da Cortiça e a não alienação da Tobis portuguesa, tendo sido todos aprovados com a

excepção do referente à Tobis.

Acompanhámos a situação laboral, social e fiscal dos trabalhadores e trabalhadoras do sector, com a apresentação de projectos de lei sobre o regime laboral e de segurança social para os profissionais do espectáculo e do audiovisual (projectos aprovados na generalidade), sobre o estatuto do bailarino e para a clarificação da isenção de IVA nas prestações artísticas. Promovemos o debate de actualidade no plenário da Assembleia da República sobre os cortes no financiamento público à Cultura e diversas audições da Ministra da Cultura. Fizemos diversos requerimentos e perguntas ao Governo de acompanhamento da situação dos agentes e instituições culturais bem como do património e dos sítios da memória em todo o país. Denunciámos a exploração em Serralves e no Museu do Design, o incumprimento de contratos por parte do Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, os salários da administração da Fundação Cidade de Guimarães, os estatutos em preparação para o Côa Parque, o grupo de trabalho para o inventário do património imaterial que nunca reuniu e a situação do Rivoli.

No campo da comunicação social apresentámos o projecto de lei para a criação de um programa estratégico para a RTP e vimos aprovados a recomendação para a promoção da RTP Açores e RTP Madeira. Apresentámos ainda um projecto de resolução para a exibição da RTP na Galiza. Defendemos a música portuguesa e a música recente portuguesa no debate da lei da rádio e tivemos uma importante vitória com a aprovação das nossas propostas de manutenção das quotas de difusão. Apresentámos ainda um projecto de lei de alteração ao Estatuto dos Jornalistas, que combate a precariedade, reforça os direitos de autor e os poderes dos conselhos de redacção.

1.5.6. TRANSPORTES

O Bloco promoveu e apoiou muitas lutas contra a degradação e o emagrecimento dos serviços públicos de transportes. O protesto contra as decisões de encerramento de linhas ou ramais ferroviários e muitas

carreiras de transporte rodoviário ou de suspensão ou anulação de vários investimentos públicos já orçamentados ou mesmo calendarizados foi múltiplo e contou com a presença e iniciativa do Bloco: Ramal de Cáceres, Linha do Tua, Linhas do Tâmega e Corgo, metro do Mondego, metro do Porto, linha do Alentejo, linha do Oeste.

No momento presente está a desenvolver uma campanha nacional contra a privatização das empresas públicas de transporte, especialmente das ferroviárias, lutando contra a anunciada concessão a privados das linhas suburbanas da CP.

Pela primeira vez na história legislativa em Portugal, foi o Bloco que formulou um projecto e concretizou a proposta legislativa de um Plano Ferroviário Nacional (PFN) para fazer do modo ferroviário o elemento central de uma estratégia global de sustentabilidade e uma alternativa efectiva de mobilidade ligando todas as capitais de distrito no Continente.

O Bloco travou ainda muitas lutas, em conjunto com muitos milhares de cidadãos, contra a introdução de portagens nas ex-SCUT. O Bloco esteve neste confronto com alternativas próprias, esteve e está nos movimentos sociais contra mais estas flagrantes injustiças que atingem diversos territórios de Norte a Sul do país e que constituem mais uma das decisões erradas que o Governo do PS tomou.

1.5.7. CRISE, ECONOMIA E FISCALIDADE

Logo em Maio de 2009, o Bloco apresentou um plano de resposta à crise financeira, responsabilizando a especulação e a criminalidade económica que tem sido revelada em casos como o BPN e o BPP.

No debate do Orçamento de 2010, o Bloco apresentou diversas propostas de resposta alternativa à crise, centrando-se no combate à injustiça fiscal, à estagnação económica e ao aumento do desemprego, centrando aí qualquer estratégia de ajustamento orçamental.

Com a apresentação do PEC 2010-2013, o Bloco de Esquerda respondeu apresentando como alternativa imediata “15 medidas concretas para uma economia decente”, constituindo o eixo de propostas alternativas apresentadas no Orçamento para 2011 e de mobilização social: propostas para cortar na despesa excedentária e realização de uma auditoria eficaz aos gastos do Estado; anular benefícios fiscais injustificados; terminar o offshore da Madeira; rever os contratos militares; aumentar as receitas fiscais; tributar as transferências internacionais para offshores; tributar as mais-valias bolsistas e os prémios dos gestores; lançar um programa de reanimação económica e criação de emprego.

Ao longo deste tempo, o Bloco tem promovido dezenas de debates, sessões públicas e reuniões de activistas em todo o país com o objectivo de esclarecer e promover uma forte ofensiva política em torno da crise e da austeridade.

1.5.8. AGRICULTURA, PESCA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Nos últimos dois anos, o Bloco aprofundou a sua intervenção nos combates políticos e sociais do sector primário da economia e no mundo rural, como resultado do desenvolvimento das suas políticas para a agricultura, o desenvolvimento rural e as pescas.

O facto de ter assumido uma participação mais activa na respectiva Comissão Parlamentar, nomeadamente a sua presidência, conferiu ao Bloco responsabilidades acrescidas, mas permitiu igualmente um melhor conhecimento concreto destes sectores.

As iniciativas parlamentares multiplicaram-se, sendo talvez as mais relevantes as que propõem a criação do banco público de terras para arrendamento agrícola, a protecção e valorização da Reserva Agrícola Nacional, a instituição de uma linha de crédito bonificado para a actividade agrícola, o estabelecimento de mecanismos para a promoção de preços agrícolas justos no produtor e de combate às margens comerciais abusivas e o incentivo do consumo de produtos

alimentares de origem local/nacional nas cantinas públicas.

A apresentação de uma proposta de lei de bases para a economia social e solidária pretende contribuir para a sustentabilidade das iniciativas na área do desenvolvimento rural e local, onde intervêm muitas associações, cooperativas, IPSS e ONG, com um trabalho relevante para combater a desertificação do interior e a espiral económica e social depressiva naqueles territórios.

Os deputados e as organizações distritais e locais do Bloco trabalharam para a realização de dezenas de sessões públicas e visitas a locais onde foi necessário apresentar as nossas propostas de política agrícola, com especial relevo para a do Banco de Terras (6 sessões públicas, em Vila Real, Bragança, Setúbal e na Lacticoop em Aveiro), mas também para denunciar situações específicas resultantes do abandono a que o governo tem votado a agricultura e os territórios rurais, dos fogos florestais, de destruição da produção por motivos meteorológicos, entre outros.

As primeiras iniciativas do Bloco para debate das políticas para a agricultura e os territórios rurais foram três encontros: dois sobre Desenvolvimento Rural, nos dias 5 e 12 de Setembro de 2009, em Braga e Vila Real, respectivamente; um sobre a fileira do leite, a 14 de Novembro de 2009, em Braga, juntando produtores, técnicos, dirigentes associativos e investigadores. A 8 de Maio de 2010, na Escola Superior Agrária de Coimbra, realizámos o Encontro Nacional sobre Agricultura Biológica, com muitos produtores, associações e especialistas.

1.6. PRIORIDADES DA ACTIVIDADE PARLAMENTAR

O grupo parlamentar concentrou a sua actividade na resposta à austeridade e às políticas liberais, marcando com clareza a oposição ao arco governativo do PS e PSD e apresentando propostas alternativas consistentes que aplicam o nosso programa eleitoral.

Um ponto central dessa actividade foi a apresentação

de uma Moção de Censura a este governo, a 10 de Março de 2011, o primeiro dia da sua utilidade prática, em defesa das gerações sacrificadas pelos PECs e as medidas de austeridade social e o anúncio de revisão das leis laborais para facilitar os despedimentos e impor a precariedade como regra. Esta Moção, rejeitada pelo PS, PSD e CDS/PP, permitiu a clarificação política e colocou do mesmo lado quem tem de facto governado o país para o abismo económico e social.

O Bloco realizou 17 agendamentos potestativos (que se impõem à vontade da maioria), convocando a Ministra da Saúde para discutir a evolução do SNS, a Ministra do Trabalho para debater o tecto para a segurança social ou o Ministro das Finanças sobre as consequências orçamentais das PPP, obrigando à discussão das alterações ao subsídio de desemprego, da privatização da ferrovia e introdução de portagens nas SCUTT, dos cortes à cultura, da política educativa, das mexidas nas leis laborais e retrocesso no aumento do SMN, entre outros temas, protagonizando uma resposta directa ao Governo contra a ideia da inevitabilidade e por alternativas socialistas. Com estes agendamentos introduzimos em debate leis prioritárias nas mais diversas áreas da luta social, impondo a votação do crime de enriquecimento ilícito, da tributação das mais-valias bolsistas e do aprovado Orçamento de Base Zero para 2012.

Nesta legislatura propusemos a constituição de duas comissões de inquérito, uma sobre o negócio obscuro das contrapartidas pela compra de dois submarinos, chumbada pelo PS, PSD e CDS/PP, outra sobre a relação do Estado com a Comunicação Social, com destaque para a actuação do Governo na compra da TVI, apresentada em conjunto com o PSD.

O processo lançado pelo PSD de revisão constitucional para desvirtuar a lei fundamental vinda do 25 de Abril, retirando direitos sociais e atacando a função pública do Estado, contou com a proposta alternativa do Bloco de Esquerda: esta assentou na recusa de qualquer limite constitucional à política orçamental anti-cíclica, de alteração da regra de protecção contra o despedimento sem justa causa ou de redução

do pluralismo e proporcionalidade nas leis eleitorais e tem como bandeiras o reforço do serviço universal de saúde, educação e segurança social, a protecção dos trabalhadores, a dignidade de género, a blindagem da banca pública à privatização, o direito de voto dos imigrantes, entre outras.

Realizámos 8 audiências públicas para discussão de iniciativas legislativas, contando com a participação de especialistas, técnicos e pessoas interessadas nos temas em causa: política do medicamento, combate à corrupção, regime de autonomia, administração e gestão da rede pública de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, rede de teatros e cine-teatros portugueses, acção social no ensino superior, pobreza e políticas sociais, política de imigração, criação de uma rede de bibliotecas públicas.

1.6.1. INICIATIVAS LEGISLATIVAS APRESENTADAS E APROVADAS

Na anterior legislatura, no período desde a última Convenção, foram apresentados 69 projectos de lei, 23 projectos de resolução e um total de 265 perguntas e requerimentos. Foram aprovados, na generalidade, 7 projectos de lei, 4 dos quais foram aprovados na votação final global, destacando-se o que determina a derrogação do sigilo bancário como instrumento para o combate à fraude fiscal (Lei n.º 94/2009) ou o regime especial de aposentações para os educadores de infância e professores do 1.º ciclo (Lei n.º 77/2009).

Na actual legislatura, até ao momento, o Bloco apresentou 171 projectos de lei, 112 projectos de resolução, um total de 2030 perguntas e requerimentos e 24 apreciações parlamentares.

Consegui fazer aprovar nesta legislatura, na generalidade, 32 projectos de lei, 13 dos quais aprovados em votação final global. Foram igualmente aprovados 49 projectos de resolução, 5 dos quais referentes a apreciações parlamentares apresentadas.

Dos projectos aprovados em votação final global destacamos o projecto para a dispensa gratuita pelos

hospitais do SNS dos medicamentos para os três dias seguintes à alta do internamento (a aguardar promulgação), para o alargamento dos direitos às uniões de facto (Lei n.º 23/2010), para garantir o acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da ENU (Lei n.º 10/2010), para a revogação das taxas moderadoras para acesso a cirurgia de ambulatório e internamento no SNS (vetado pelo Presidente da República, a 23 de Dezembro de 2009).

Quando às iniciativas aprovadas na generalidade destacamos: Orçamento de Base Zero para 2012; taxa sobre as mais-valias bolsistas em IRS; garantia dos Serviços mínimos bancários; protecção dos profissionais do espectáculo e audiovisuais; alteração ao Estatuto do Aluno; introdução do crime urbanístico no código penal; uso de software livre na administração pública; alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral na sequência dos problemas nas eleições presidenciais.

Para lá das propostas aprovadas, o Bloco tem mantido uma actividade parlamentar intensa, sendo o partido com mais iniciativas apresentadas na última sessão legislativa. Além disso, responde a inúmeros pedidos de audiências de cidadãos, trabalhadores em luta, sindicatos, associações estudantis, profissionais e das mais diversas causas, questiona o Governo através de perguntas e requerimentos e chamou todos os membros do Governo em audições.

1.7. RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MANDATO NO PARLAMENTO EUROPEU

(Obs.: Considerando que a generalidade dos temas que tratamos no nosso trabalho internacional coincidem com os que tratamos no trabalho em Portugal, e que muitos são abordados conjuntamente pelas nossas estruturas nacionais e internacionais, várias iniciativas estão detalhadas nos restantes pontos deste texto.)

No período compreendido entre a VI e a VII Convenções, produziram-se alterações significativas no nosso trabalho internacional, em grande parte de-

vidas às eleições que tiveram lugar: para o Parlamento Europeu e para o partido da Esquerda Europeia.

1.7.1. PARLAMENTO EUROPEU

Nas eleições europeias de Junho de 2009, o Bloco obteve a sua melhor percentagem de sempre e aumentou a sua delegação parlamentar de um para três eurodeputados. Com estes resultados, muito se alterou na nossa posição no PE. Passámos a integrar de pleno direito o grupo GUE/NGL (estatuto que nos tinha sido negado na legislatura anterior por proposta do PCP), passando de uma delegação individual “associada” ao grupo, para a quarta maior delegação. Em função disso, os nossos deputados assumiram importantes posições institucionais:

- **Marisa Matias (MM)** é Vice-Presidente da Delegação para as Relações com os Países do Maxereque, coordenadora do grupo na Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, membro suplente na Comissão do Ambiente, da Saúde Pública e da Segurança Alimentar, na Delegação para as Relações com o Conselho Legislativo da Palestina e na Delegação para as Relações com a África do Sul, Vice-Presidente do *Intergrupo Água* e co-Presidente do Grupo de Trabalho Europeu sobre diabetes;

- **Miguel Portas (MP)** é Vice-Presidente da Comissão Especial para a Crise Financeira, Económica e Social, coordenador do grupo na Comissão dos Orçamentos, coordenador do grupo na Comissão Especial sobre os Desafios Políticos e os Recursos Orçamentais para uma União Europeia Sustentável após 2013, da Delegação para as Relações com os Países do Magrebe e a União do Magrebe Árabe, da Delegação para as Relações com o Iraque e membro suplente na Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários, na Delegação para as Relações com os Países do Maxereque e na Delegação para as Relações com o Irão, Vice-Presidente do *Intergrupo Serviços Públicos*;

- **Rui Tavares (RT)** é coordenador do grupo na Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos, membro da Delegação para as Relações com os Países do Mercosul e da Delegação

à Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana e membro suplente na Comissão da Cultura e da Educação e na Delegação para as Relações com os Países do Sudeste Asiático e a Associação das Nações do Sudeste Asiático, Vice-presidente do intergrupo LGBT e membro do bureau da URBAN.

Da intensa actividade parlamentar regular realizada neste período, podemos destacar:

- a aprovação, através do relatório de MM, da directiva para impedir a introdução, na cadeia de abastecimento legal, de medicamentos falsificados; o relatório de MM sobre a iniciativa europeia em matéria de doença de Alzheimer e outras formas de demência; o relatório de MP sobre o financiamento e o funcionamento do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização; o relatório de RT sobre a criação de um programa conjunto de reinstalação de refugiados na UE e o relatório de RT sobre o Fundo Europeu para os Refugiados para o período de 2008 a 2013 no âmbito do programa geral "Solidariedade e gestão dos fluxos migratórios"; outros temas relevantes estão a ser objecto do trabalho dos nossos eurodeputados, de que podemos destacar as questões financeiras e orçamentais europeias, o quadro financeiro plurianual da UE até 2020, a investigação científica, as políticas de sustentabilidade ecológica e de combate às alterações climáticas, a governação económica, a política de imigração, a protecção de dados e os direitos humanos;

- a participação activa nas cimeiras de Copenhaga e de Cancún sobre alterações climáticas; no Fórum Social Europeu em Istambul e em diversos fóruns internacionais; integrámos também delegações do PE e do GUE/NGL a territórios em crise ou em conflito, como Gaza, Egipto, Síria, Líbano, Jerusalém ou a Jordânia;

- no âmbito dos temas de que são responsáveis no PE, os nossos eurodeputados têm participado, em vários países, em conferências temáticas e integrado missões de observação da situação de emigrantes ou de julgamento de sindicalistas;

- a realização de diversas iniciativas com cidadãos, tanto no PE como em Portugal, nomeadamente a visita de escolas e outros grupos ao PE e dos deputados a escolas em Portugal, a realização em Bruxelas de reuniões de reflexão e debates temáticos (sobre a crise económica e financeira, ambiente, despedimentos na Qimonda, refugiados, medicamentos, diabetes, cancro, sida, Alzheimer) e de iniciativas em Portugal (sobre a NATO, direitos de autor, clima, desenvolvimento rural, agricultura);

- promovemos a presença de participantes vindos de Portugal para as diferentes conferências organizadas pelo GUE/NGL em Bruxelas.

1.7.2. PARTIDO DA ESQUERDA EUROPEIA

O nosso empenhamento no PEE manteve-se e aprofundou-se neste período, que ficou marcado pelas eleições europeias em que o PEE tentou garantir alguma cooperação programática entre as candidaturas dos seus partidos-membros e pelo 3º Congresso realizado em Paris, em Dezembro de 2010. Neste Congresso, em que os delegados do Bloco participaram activamente, foi alterado o sistema de presidência, com a eleição de um novo presidente e de cinco vice-presidentes, uma das quais é Marisa Matias. Outra novidade deste Congresso, que o Bloco apoiou, foi a ideia de tornar o partido mais presente na vida política da Europa através de uma campanha comum, que se construirá em torno da nova figura institucional da Iniciativa de Cidadania. Este processo já arrançou e a primeira acção pública foi um debate com potenciais parceiros realizado no nosso país, no Porto, em Março de 2011; participámos também na segunda conferência, em Atenas.

Membros do Bloco têm participado activamente nos diferentes Grupos de Trabalho temáticos do PEE, tendo ocorrido no nosso país uma iniciativa de um desses grupos, o encontro sobre trabalho. Nas Universidades de Verão, que o PEE realiza todos os anos, tem havido sempre participação de oradores do Bloco. Participámos também no encontro sobre Saúde, que

produziu uma importante “Declaração de Barcelona sobre a Saúde” e no encontro sobre migrações, organizado em Madrid com o Fórum de São Paulo.

Aprofundou-se a nossa participação no trabalho da rede Transform!, a fundação política associada ao PEE, de que a Cultra é o pólo português.

1.7.3. ESQUERDA ANTICAPITALISTA

Apesar de a rede da Esquerda Anticapitalista Europeia (EACL) ter sido bloqueada em 2008, contra a opinião do Bloco, mantivemos desde então as nossas relações com todos os partidos desta área política e participámos nas várias reuniões por eles promovidas.

1.7.4. OUTRAS INICIATIVAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As nossas opções e prática política têm gerado um interesse crescente por toda a Europa e internacionalmente, interesse que foi potenciado pelos bons resultados eleitorais nas eleições legislativas e europeias. Aumentaram, em consequência, os convites para participação do Bloco em congressos de partidos por toda a Europa, em reuniões internacionais e conferências temáticas, a que temos respondido positivamente.

Mantivemos a participação activa em acções de solidariedade com o povo da Palestina e com o povo do Sarai, especialmente durante a greve de fome de Aminetu Haidar e na Cimeira Europa-Marrocos, em que estiveram dezenas de activistas do Bloco.

Representantes do Bloco participaram também no Congresso Mundial da IV Internacional, bem como nas reuniões do Fórum de São Paulo, no quadro do reforço das nossas relações com a esquerda na América Latina, que passaram também pela participação em congressos de partidos daquele continente, na Cimeira do Povo em Cochabamba, na Bolívia, na tomada de posse de Dilma Rousseff em Brasília ou na reunião internacional de partidos de esquerda em Caracas.

O Bloco esteve presente nas manifestações europeias organizadas em Bruxelas pela Confederação Europeia de Sindicatos, bem como nas manifestações contra as cimeiras da NATO em Estrasburgo 2009 e Lisboa 2010.

Nota final: em Abril de 2010, por motivos de doença de MP, MM assumiu a coordenação do Departamento Internacional.

2. UM MOVIMENTO EM ORGANIZAÇÃO

Desde a última Convenção o Bloco alargou o número de aderentes, ganhou implantação por todo o país, cumpriu as deliberações da Convenção acerca de iniciativas organizativas, desenvolveu centenas de acções de rua mobilizadoras e apostou na comunicação de massas por via da internet e dos materiais de propaganda.

2.1. COMUNICAÇÃO

Ao longo do ano e meio que decorreu desde a VIª Convenção, o Bloco de Esquerda intensificou o seu esforço de propaganda e os seus meios permanentes dedicados à nossa comunicação directa.

2.1.1. INTERNET

Desde a VI Convenção do Bloco, o nosso sistema de comunicação na internet consolidou-se, actualizou-se e continuou a renovar-se, enfrentando os novos desafios na construção de uma informação alternativa aos grandes meios de comunicação e, simultaneamente, no reforço da comunicação do Bloco de Esquerda.

Nas eleições de 2009, o Bloco construiu, pela primeira vez na política portuguesa, o seu programa eleitoral no debate público na internet, convidando muitas pessoas a proporem ideias, realizando diversas sessões de debate transmitidas em directo e abrindo à participação directa da população.

Foi entretanto criada e reforçada a participação do esquerda.net nas redes sociais, nomeadamente no facebook e no flickr, que contam muitas visitas e milhares de amigos: no Facebook - 4560 amigos e 2036 gosto - total 6596; no Twitter - 4419 e no Hi5 - 5715.

No final de 2009, realizaram-se as “Jornadas Esquerda.net”, com a participação e contributos de dezenas de activistas e amigos. Dessas jornadas, saiu a decisão de mudar o esquerda.net para uma nova plataforma, mais capaz de responder aos novos desafios da informação na Internet, nomeadamente da interligação com as redes sociais e do reforço da aposta na tv.esquerda. A mudança do esquerda.net teve algumas dificuldades técnicas na implementação e só foi possível concretizá-la em Maio de 2010. Entretanto, o portal do grupo parlamentar foi mudado em Setembro de 2010 e está em marcha a mudança de plataforma dos sites distritais, prevendo-se que até à VII Convenção esteja concretizada para os sites de Lisboa, Porto, Setúbal, Açores e Madeira.

Foi criado o site autarquias.bloco.org para dar maior visibilidade ao trabalho local do Bloco e permitir uma partilha de informação e conteúdos entre os autarcas de todo o país. O site ecoblogue.net, dedicado às questões ecológicas, foi extinto para dar lugar a maior destaque destas matérias no Portal, evitando a segregação temática.

No que respeita ao vídeo, desde Novembro de 2009, quando abrimos o canal esquerdanet no youtube, foram publicados mais de duzentos vídeos, com uma audiência média acima de mil visualizações por cada vídeo. As intervenções parlamentares são também registadas em vídeo e publicadas no canal youtube bloconoparlamento.

O portal tem contado com a colaboração permanente de dezenas de activistas, na tradução, na opinião, no envio de materiais das regiões e na rádio, onde assinalamos a recente edição nº 100 do programa de divulgação de música portuguesa “Os Cantos da Casa”.

No ano de 2010, o esquerda.net teve quase dois milhões de visitas, uma média diária superior a 5.000 visitas, e a blocosfera (que inclui além do esquerda.net, os portais do grupo parlamentar, o bloco.org e os sites distritais) teve mais de 3 milhões de visitas e quase 24 milhões de páginas vistas.

A revista Esquerda tem sido publicada mensalmente, com base nos artigos publicados no esquerda.net, sendo impresso e enviado por correio para os filiados no Bloco. Em 2010, o jornal teve uma média de mais de 7.000 downloads por número.

A revista online “Vírus” encontra-se actualmente em fase de reformulação, e teve uma difusão semelhante ao jornal em número de downloads.

O desenvolvimento do nosso sistema de comunicação mantém como eixo o esquerda.net, como portal de informação alternativa, e amplia-se na participação nas redes sociais e no reforço dos sites do partido, nomeadamente dos sites distritais. É um sistema em constante renovação, que potencializa a participação, fomenta a interactividade e apoia o activismo.

Os grupos parlamentares (nacional e europeu) dispõem de sites próprios que divulgam a intervenção dos nossos eleitos nesse âmbito.

2.1.2. MATERIAL GRÁFICO

Os jornais gratuitos são um suporte muito eficaz, assegurando a continuidade da presença de rua e uma intervenção pluritemática. Desde a última Convenção foram editados 19 jornais gratuitos, com uma tiragem global de cerca 3 milhões de exemplares.

A publicação Esquerda, enviada para casa dos aderentes, mudou o seu formato para revista a partir de 2010, o que permitiu regularizar a sua edição (4 jornais em 2009, 13 em 2010 e até Março de 2011). Ao longo deste período teve uma tiragem superior a 50 mil exemplares.

2.2. AGITAÇÃO DE RUA

Por ocasião dos 10 anos do Bloco de Esquerda organizámos 12 jantares-comício em vários distritos, entre Fevereiro e Maio de 2009. O período eleitoral levou à realização central de um total de 65 comícios e 63 almoços e jantares, além da realização de várias sessões públicas, debates e visitas.

No ano de 2010 foram feitas um total de 152 iniciativas centrais pelo Continente e Regiões Autónomas, entre acções inseridas na Campanha da Juventude (48), comícios (9), almoços e jantares (17) e sessões públicas (20).

Os comícios de verão continuam a revelar-se uma ocasião de excelência para contacto de proximidade com milhares de pessoas. De Julho a Agosto de 2009 (de dia 11 a 26) e 2010 (de dia 2 a 25) realizámos 27 e 30 comícios, mais que duplicando o seu número em relação aos anos anteriores, envolvendo mais organizações locais e dirigentes bloquistas e permitindo-nos cobrir mais zonas do país, do litoral ao interior.

A partir de Março de 2010 foi lançada uma campanha contra privatização da ferrovia e dos CTT que consiste essencialmente na distribuição de folhetos, autocolantes e faixas. A Distrital de Lisboa organiza “concentrações” de protesto nas linhas de Sintra e Cascais, com pequenos comícios nas plataformas.

A campanha Anti-Capitalista destinada aos jovens teve um balanço positivo, com dezenas de acções. Na generalidade as acções permitiram a recolha de contactos de jovens, estabelecer um esforço de debate político com jovens trabalhadores, desempregados e estudantes. Em várias acções compareceram pessoas menos jovens que se juntaram ao debate ou acção política. Em alguns distritos as respectivas Coordenadoras Distritais criaram comissões de jovens que deram um passo positivo para a abordagem e planificação do trabalho de jovens nas distritais e concelhias. É visível uma maior preocupação das distritais neste âmbito e algumas começaram a fazer acções conjuntas e de inter-apoio da Coordenadora

Distrital e Coordenadora de Estudantes.

Os debates sobre PEC, guerra/Nato, precariedade, os filmes e outras iniciativas funcionaram bem, assim como a apresentação da peça Boom e Bang, em mais de uma dezena de localidades. A campanha teve jovens do Bloco ou activistas sociais como oradores o que ajudou à evolução e preparação política dos próprios jovens. Desta campanha ficaram sementes de grupos de acção.

A preparação da greve geral e da manifestação Anti-Nato levou à dinamização em várias Distritais de flashmobs e acções “directas criativas, como sejam a invasão de centros comerciais, hipermercados e locais de emprego precário com mini-manifs, mini-comícios ou acções de percussão seguidas de palavras de ordem.

No âmbito da Greve Geral realizaram-se 9 performances teatrais de rua da máquina do PEC acompanhadas de distribuições de jornais e conferências de imprensa que despertaram muita curiosidade e apoio nas assistências. No distrito de Lisboa realizaram-se 5 acções de rua com o “submarino Tridente” a partir da chegada deste a Lisboa, tendo estado também numa acção da greve geral.

Ainda a referir o Fórum da Imigração que teve lugar a 23 de Outubro de 2010 e as I Jornadas sobre o Alentejo, a 10 de Julho de 2010, iniciativa conjunta das Coordenadoras Distritais de Évora, Beja, Portalegre e dos quatro concelhos alentejanos do distrito de Setúbal.

2.5. ESTRUTURAS DISTRITAIS

Nos últimos dois anos o Bloco cresceu em quantidade e em qualidade: com o aumento do número de aderentes, subiu o número de núcleos e concelhias eleitas. Pela primeira vez criou-se uma coordenação distrital eleita no distrito de Évora e reactivaram-se outras coordenadoras, como a de Viana de Castelo e a de Castelo Branco.

Foram criados novos núcleos nos concelhos de Amares e Esposende (Braga), Santo Tirso (Porto), Macedo, Mirandela, Carrazeda de Ansiães, Vila Flor e Miranda do Douro (Bragança), Belmonte (Castelo Branco), Alcanena, Chamusca e Coruche (Santarém), Odemira (Beja), Olhão e Lagos (Faro), Évora, Alandroal, Estremoz e Montemor-o-Novo (Évora), Mulheres do BE/Madeira (Madeira), Santa Maria, Graciosa e Pico (Açores), Alenquer, Mafra e Torres Vedras (Lisboa), Pombal e Peniche (Leiria). Foram realizadas eleições pela 1ª vez para a coordenadora de Vizela (Braga), cujo núcleo já existia. O núcleo de Sertã (Santarém) deixou de existir. Perspectiva-se a criação no futuro próximo de novos núcleos, como em Alijó (Vila Real).

2.6. SEDES

Ao longo deste período o Bloco aumentou o seu número de sedes em 27, totalizando 89, conseguindo implantar-se em todos os distritos do Continente e Regiões Autónomas.

Abriram novas sedes no distrito de Setúbal (Alcácer do Sal, Alcochete, Sesimbra, Grândola, Baixa da Banheira e Quinta do Conde), de Lisboa (Alenquer, Odivelas e Torres Vedras), de Braga (Barcelos e Fafe), do Porto (Felgueiras, Paredes, Vila Nova de Gaia e Santo Tirso), de Faro (Lagos, Loulé, Olhão e Lagoa), de Castelo Branco (Belmonte), de Viana do Castelo (Caminha), de Santarém (Coruche e Alcanena), de Évora (Évora e Estremoz), de Bragança (Mirandela) e Leiria (Leiria).

O apoio da Tesouraria nacional traduziu-se sob a forma de apoio financeiro ao seu funcionamento e do fornecimento de equipamentos informáticos, o que sustentou este crescimento e a funcionalidade das sedes.

2.7. ADERENTES

Desde a última Convenção houve um reforço do número de aderentes, com novas 2.260 adesões e 198 saídas, totalizando um número total de 8.311 inscritos até 18 de Março de 2011. O ciclo eleitoral de Maio a Outubro de 2009 trouxe a adesão, em apenas 6 meses, de novas 979 pessoas. Com a campanha de ade-

sões decidida na Mesa Nacional de Outubro de 2009, atingimos os 7.460 inscritos no final desse ano, subindo para os 8.231 aderentes no final de 2010.

NOVOS ADERENTES POR DISTRITO

Açores	59
Aveiro	117
Beja	28
Braga	167
Bragança	58
Castelo Branco	38
Coimbra	120
Europa	8
Évora	39
Faro	175
Guarda	14
Leiria	68
Lisboa	512
Madeira	93
Portalegre	36
Porto	338
Santarém	123
Setúbal	150
Viana do Castelo	21
Vila Real	22
Viseu	19
TOTAL	2205

Apesar do crescimento do número de aderentes, subsistem grandes problemas ao nível da participação nas organizações, do activismo regular, do envolvimento dos novos militantes na vida do Bloco. Este quadro sugere a necessidade de uma continuidade do esforço de inscrição e integração de novos aderentes.

2.8. FINANÇAS

Neste período a actividade financeira do BE foi marcada sobretudo pelo ciclo eleitoral de 2009 e pela concretização da abertura da nova sede nacional, inaugurada em Março de 2010.

Este relevante investimento foi financiado em cerca de 40% com recursos próprios. Do financiamento bancário de 790 mil euros para a nova sede, cerca de 540 mil euros já se encontram amortizados.

Dos 2,7 milhões de euros envolvidos nas campanhas eleitorais de 2009, 650 mil euros foram financiados por via bancária, num empréstimo dirigido à campanha autárquica, liquidado antes do seu vencimento. Os resultados eleitorais permitiram que, após o recebimento das subvenções públicas e considerando as angariações de fundos realizadas, o custo líquido dessas campanhas se tenham limitado a 154 mil euros, integralmente devidos à campanha autárquica. O Bloco apoiou ainda a campanha presidencial de Manuel Alegre com 100 mil euros.

Cresceu o apoio financeiro à actividade política das estruturas locais que, incluindo custos salariais, é de cerca de 980 mil €/ano, tendo sido apoiada a abertura e instalação de novas sedes locais.

As quotizações dos aderentes, donativos de simpatizantes e as contribuições de eleitos correspondem a aproximadamente 18% das receitas totais. A recente redução em 10% da subvenção pública ao partido e ao Grupo Parlamentar implicou a contenção de despesas em vários domínios. Contudo, as reservas financeiras criadas no período – resultantes de um esforço de poupança e do financiamento autónomo das campanhas – garantem uma razoável base financeira para prosseguir a amortização dos encargos da nova Sede e para as actividades políticas mais relevantes em 2011.

2.9. DEBATE IDEOLÓGICO E FORMAÇÃO POLÍTICA

O Bloco organizou, à semelhança dos anos anteriores, no último fim-de-semana de Agosto, o fórum de ideias denominado Socialismo: em 2009, teve lugar em Almada, em 2010, ocorreu em Braga. Ambos contaram com a participação de centenas de pessoas e muitas dezenas de comunicações e debates, incluindo muitos

convidados que não são membros do Bloco.

A CULTRA teve um programa intenso de formação política e debate ideológico: em Maio de 2009 promoveu cinco conferências sobre a História do Movimento Operário; a 27 e 28 de Fevereiro de 2010 promoveu um colóquio sobre o tema “O que fará um Governo de Esquerda Socialista?”, com painéis sobre diversas áreas; em Abril de 2010 organizou o segundo ciclo de três debates sobre a ciência; a 7 de Abril, comemorou as lutas estudantis de 60 com um debate sobre o movimento estudantil em Coimbra; a 25 e 26 de Maio exibiu o documentário Rócio sobre os crimes da guerra civil espanhola em Coimbra e Lisboa; no mês de Maio até 8 de Junho lançou um ciclo de sessões sobre os grandes pensadores socialistas (Marx, Lenine, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci e Mao Tsé-Tung); participou ao longo de 2010 em iniciativas sobre a comemoração dos 100 anos da República; a 16 e 17 de Outubro organizou, em conjunto com a rede europeia Transform! uma série de conferências intitulada “Nato para quê?”; em Fevereiro de 2011 organizou o Curso de Introdução à Economia Política. Este centro de iniciativas editou em português 4 números da revista da Transform! e participou, por meio desta rede europeia, em diversos debates e conferências europeias, bem como nos fóruns sociais europeus (Paris, Istambul) e mundiais (Diyarbakir, Dakar).

No ano em que a República fez 100 anos o Bloco de Esquerda empenhou-se em várias iniciativas pelo país para assinalar a data. Realizaram-se conferências, homenagens, sessões públicas em várias cidades, como Guimarães, Porto, Cascais, Beja, Peniche, Chaves, Porto, Odivelas, Lisboa e Vila Real (a maioria com a presença de Fernando Rosas), e editou-se uma brochura comemorativa.

MOÇÃO A

JUNTAR FORÇAS PELO EMPREGO E CONTRA A BANCARROTA

lista.a@bloco.org

Sem ruptura com as orientações que o país vem seguindo - e o BE propô-la com a Moção de Censura -, os próximos anos prometem mais especulação contra a dívida soberana e maior pressão contra a vida social.

Este horizonte não é uma fatalidade. Com luta, o país pode vencer a chantagem dos mercados financeiros. As poderosas manifestações de 12 de Março abriram um período de intensa resistência popular. A força dessa convocação mostra, contudo, que a esquerda está obrigada a fazer mais e melhor para mobilizar a aliança social e inter-generacional que se deve formar pelo emprego e contra a recessão.

Aberto aos sinais, disposto a aprender e comprometido com as aspirações populares, o BE é a principal força de que a esquerda precisa para construir uma alternativa à regressão social. Disputaremos as próximas eleições em nome de uma urgência: Portugal precisa de uma política de esquerda e de um governo de esquerda. É possível vencer.

1. A PRECARIZAÇÃO É A CHAVE DA QUESTÃO SOCIAL

1.1. Portugal esteve em recessão em 2009 e volta a ela em 2011, com mais de 700 mil desempregados. Os **desempregados** - desempregados e empregados a recibo verde, a prazo e temporários - são quase metade dos trabalhadores do país e boa parte deles são jovens e qualificados. O país abandona as jovens gerações.

1.2. A recessão tem sido apresentada como o "emagrecimento" de que a economia precisaria para se relançar. Mas a recessão ataca a economia e favorece a transferência de rendimentos do Trabalho para o Capital, reduzindo o **salário directo e o salário indirecto** (mais custos na saúde, educação e transportes e cortes nos apoios sociais).

1.3. A austeridade impõe o medo nas relações de trabalho, generaliza a precariedade e os contratos atípicos, ameaça a contratação colectiva e embaratece os despedimentos.

1.4. O precariado partilha com o movimento laboral organizado a chave da resposta social à crise económica. A sua mobilização é decisiva para a criação de um movimento popular que enfrente a recessão com a alternativa social do pleno emprego.

2. A DÍVIDA É A CHAVE DA QUESTÃO POLÍTICA

2.1. O agravamento da **crise da dívida soberana** tem duas razões imediatas: o défice provocado pela nacionalização de prejuízos da banca e o peso enorme da dívida externa. O problema estrutural da economia portuguesa agravou-se na última década: um crescimento medíocre e a acentuação da desigualdade criaram um ciclo de regressão social.

2.2. A dívida externa total é de cerca de mais de **400 mil milhões de euros**. Desta, a maior parte é privada. Os juros extorsionários asseguram rendas sem risco para o capital financeiro. A banca portuguesa, que

detém um terço da dívida recente, é uma das suas grandes beneficiárias.

2.3. Existe ainda outra dívida igualmente abusiva: as **parcerias público-privadas**, que garantem contratos de 50 mil milhões durante décadas. Estas PPP resultam da corrupção legal do Estado, assegurando concessões cujo juro chega a duplicar o da dívida pública. Têm de ser renegociadas.

2.4. A dívida reforça um **mecanismo fundamental de acumulação de capital**: o povo paga impostos que servem para pagar aos bancos (alemães, franceses, espanhóis e portugueses) que detêm créditos de dívida soberana iguais ao PIB nacional. Esta é uma expropriação violenta: desde 2005, foram pagos mais de 20 mil milhões de euros apenas pelo efeito de bola de neve da dívida. Esta dívida não é suportável e deve ser auditada e reestruturada para baixar os juros.

2.5. O aumento do **défice do Estado** não se compreende sem os efeitos devastadores que a crise financeira teve sobre a economia nacional. Mas a dimensão externa não explica tudo. É inaceitável que o défice seja também o resultado do apoio à finança e da isenção fiscal sobre os dividendos no fim de 2010, de benefícios no offshore da Madeira e da continuada desigualdade na tributação entre capital e trabalho.

2.6. O acordo entre o governo e o PSD para a **privatização** de mais 18 empresas, incluindo monopólios naturais e partes de empresas estratégicas, gera défices maiores no futuro e fragiliza serviços públicos.

2.7. O BE não aceita o círculo vicioso da recessão. **Romper o ciclo do endividamento é parar com a transferência do dinheiro dos nossos impostos para os especuladores** e derrotar a política que transforma dívida privada em dívida pública. A solução para a economia é o pleno emprego e a justiça social.

3. A UE ENTRE DESAGREGAÇÃO E REFUNDAÇÃO

3.1. A UE reagiu à crise financeira investindo inves-

tiu 11% do PIB europeu no salvamento dos bancos e só 2% nas economias. **A recessão foi o resultado de desregulamentação e privatizações nos mercados financeiros**, à qual se seguiram escolhas erradas e com claro sentido de classe. Bruxelas e os governos respondem por 8 milhões de novos desempregados e por um aumento da pobreza sem paralelo desde o fim da 2ª Guerra.

3.2. **A crise entrou numa nova fase, a das dívidas soberanas.** Esta mutação ocorreu porque o socorro aos bancos foi uma operação de transformação de dívidas privadas em dívida pública. É aos povos que é exigido o pagamento das dívidas contraídas pelos bancos.

3.3. Esta crise, que ataca as economias periféricas da UE, é a ponta do iceberg da **crise do euro**. O euro foi criado sem mecanismos de compensação orçamental para as grandes diferenças de poder económico entre os países aderentes. Esta orientação mantém-se inalterada, apesar de a crise estar a revelar a consequência mais dramática: a divergência entre economias com excedentes e défices externos não cessa de aumentar.

3.4. As actuais orientações em matéria de política monetária e de coordenação orçamental – em particular os mecanismos de sanções por défice excessivo, que agravam os problemas que dizem querer resolver – enterram a ideia de coesão e convergência social no espaço europeu. Por outro lado, a atitude subalterna dos governos dos países periféricos não fere apenas noções de dignidade nacional, é também irresponsável à luz da factura social imposta aos respectivos povos.

3.5. Com meses de atraso, a UE reagiu às dificuldades da **Grécia** e da **Irlanda**. A factura imposta à Grécia está a provocar uma recessão grave, sem que os juros ou a dívida tenham diminuído. Com a Irlanda, a UE usou, pela primeira vez, o fundo associado ao FMI, que cobra 3% acima do que o BCE empresta à Roménia ou à Hungria. Mas, principalmente, o empréstimo tem contrapartidas draconianas no plano dos salários, enquanto protege o dumping fiscal irlandês. A intervenção do fundo europeu e do FMI é assim consistente com a chantagem de Merkel contra as economias periféricas,

que visa, sobretudo, garantir o reembolso dos maiores bancos que especularam contra as dívidas nacionais.

3.6. Portugal agora, e depois Espanha e Itália, encontram-se sob ameaça destes planos. **O prosseguimento desta política coloca em causa o próprio euro** e, em última instância, a economia alemã e europeia.

3.7. Perante estas dificuldades, o BE de Esquerda **recusa a resposta nacionalista de saída do euro**. Hoje, a sua única consequência seria uma depressão prolongada sem alternativas reais de autonomia em relação aos mercados financeiros, acentuando a queda do salário e das pensões sem redução da dependência.

3.8. A alternativa exige a articulação entre o plano europeu e o nacional: o Pacto de Estabilidade deve ser substituído por um **Acordo para o Emprego**; a coordenação assente em sanções deve dar lugar a uma cooperação que coloque o investimento público fora do cálculo do défice e que apoie a economia contra a especulação, através da emissão de *eurobonds* e da política monetária para suportar as dívidas soberanas; e o mecanismo de financiamento de que a União precisa é de um orçamento apoiado na taxação das transacções financeiras.

3.9. A União só sobreviverá enquanto espaço económico e político se for capaz de se **refundar** como democracia assente na solidariedade, na convergência social, na sustentabilidade ambiental e na paz.

3.10. A UE deve recusar as ambições militaristas e imperialistas como as que a NATO continua a consubstanciar, e Portugal deve excluir-se dessa aliança militarista e retirar as suas tropas do Afeganistão.

4. UM MUNDO DE MUDANÇAS BRUSCAS

4.1. A recessão mundial tornou evidente a actuação do liberalismo, com a exposição de graves escândalos bancários e o recurso desesperado à intervenção da mão visível do Estado para socializar as perdas financeiras. O colapso da Islândia ou da Irlanda demons-

tram a falência do modelo e da teoria liberal.

4.2. **A liberdade ilimitada de circulação de capitais** é a principal fonte de desigualdade e de crises no mundo. Desde a grande recessão de 1973-4, a economia mundial conheceu **uma viragem e entrou num longo período de recessões frequentes**. A desregulamentação desde os anos 80 aumentou a financeirização do capitalismo e a sua alavancagem, acentuando a instabilidade e especulação. Por isso, conhecemos um longo período de crescimento medíocre no primeiro mundo, com o reforço do poder da finança e, finalmente, com a deslocalização dos principais centros de produção.

4.3. A presente crise revelou os limites do ciclo da hegemonia económica da tríade EUA-UE-Japão. Entrámos na era de **globalização de geometria variável**, com a emergência dos países sub-continentais, como a China, Índia, Brasil, África do Sul e Rússia. De facto, a última crise foi amortecida pelo crescimento destes espaços económicos, o que evitou quebras ainda piores nas exportações, em especial da Alemanha.

A perda de importância da Europa e do Japão contrasta com a relação de **competição e parceria privilegiada entre os EUA e a China**. Este quadro acentua as tendências de desagregação na União e na própria zona euro.

4.4. Na **América Latina** houve Estados que impuseram renegociações da dívida externa. A economia da região, em geral, resistiu à recessão mundial.

4.5. O mesmo não aconteceu no sul do Mediterrâneo e no mundo árabe, onde a crise multiplicou os apetites das elites governantes, agravando a extorsão sobre as populações. A questão social fundou a revolta popular e esta a revolução em nome da aspiração democrática contra os regimes autoritários.

Esta revolução por contágio terá desenvolvimentos distintos de país para país e **exige a rejeição de intervenções militares imperiais**, e o triunfo da democra-

cia acentuará o declínio do poder de Israel e dos EUA na região. A Europa pode acompanhar essa perda de influência com fidelidade atlântica, ou contrariá-la propondo um contrato mediterrânico para os Direitos Humanos e a integração com projectos sociais, económicos e ambientais.

4.6. O **capitalismo revelou-se tóxico**, tanto nas relações sociais que destroem milhões de trabalhadores, quanto na relação predatória com a natureza que destrói a sustentabilidade do planeta, quanto na desigualdade que cria no mundo. O socialismo é a política da igualdade e da responsabilidade.

5. A LUTA CONTRA A DIREITA

5.1. É sobre a experiência da população que se disputa a hegemonia das ideias na sociedade. Se a precarização continuar a generalizar-se, se for desagregada a acção colectiva e sindical, se a credibilidade dos serviços públicos for degradada e se a desigualdade fiscal entre trabalho e capital ficar protegida, então a direita terá ganho. Mas é aí mesmo que pode ser vencida a batalha: **se as políticas de direita querem desmantelar o Estado social, a esquerda quer desenvolvê-lo**. A política da recessão quer impor, nesta segunda década do século, um tempo de **empobrecimento** dos trabalhadores, marginalização dos pobres e ilegalização dos imigrantes, desarticulando as funções sociais do Estado. O confronto é ideológico porque é político e decide-se entre a privatização e a socialização dos bens essenciais para a vida e para a democracia.

5.2. Da capacidade redistributiva do Estado dependem por isso os serviços públicos e não apenas a justiça nos impostos. Nos últimos anos, a crise foi paga pelos que perderam os seus empregos, os salários e direitos na prestação de serviços. Ante a crise, não houve qualquer "divisão de sacrifícios". Essa repartição nunca tocou no capital financeiro. O BE insiste: **é hora de a crise começar a ser paga pelos seus causadores**. Temos uma finança viciada em especulação e offshores, habituada a colocar o Estado ao seu serviço através de parcerias, privatizações e vantagens fiscais. É ela que deve pagar.

5.3. A terceira vertente na luta de ideias a que o BE deve dar atenção é a que se reflecte no **crescimento do populismo e do autoritarismo**. Na Europa, este fenómeno centra-se na exploração do egoísmo social e expressa-se em partidos de nova direita e de extrema-direita com força eleitoral. Em Portugal, a atracção por propostas contra a política tem crescido, mas não se cristalizou numa forma específica. Essa atracção resulta do fracasso da própria política enquanto exercício do poder e como resposta às dificuldades que as pessoas enfrentam.

5.4. O populismo e o autoritarismo crescem sempre que os governos agravam a crise social e abdicam do **combate à corrupção**. Mas o populismo também cresce se responsáveis políticos defendem propostas para a redução do número de deputados, seja para afastar as oposições, seja para ganhar votos fáceis através de discursos uniformizadores sobre as escolhas em democracia. Valorizando a luta política como forma de emancipação, o BE disputa à "anti-política" o espaço que esta conquistou em sectores populares castigados pela crise social. O BE não desiste do povo que se abstém e descrê, nem o abandona a putativas aventuras políticas. E damos o exemplo: com clareza e responsabilidade, combatemos, na Europa e em Portugal, as vantagens e benesses que degradam a imagem da política aos olhos dos cidadãos.

5.5. A resposta à recessão não é o nacionalismo nem o populismo autoritário, mas sim **a estratégia social para uma economia com pleno emprego**. Não é o recuo, mas sim a luta contra a precarização da vida social. Não é o fechamento, é a cooperação europeia na luta social.

6. A POLÍTICA DO SOCIALISMO

6.1. O problema de Portugal é a sua burguesia. O objectivo do socialismo é derrotar os donos de Portugal.

6.2. Ao longo de todo o século XX, **o Estado construiu a classe dominante**, financiando a acumulação de ca-

pital, assegurando a exploração do trabalho barato, mantendo as colónias e as suas matérias-primas e, alguns anos depois do 25 de Abril, garantindo a sua reconstituição com as privatizações que desenharam os principais grupos económicos actuais. Duas centenas de multimilionários, financeiros e beneficiários dos contratos do Estado, são os principais ganhadores desta protecção. O grupo Espírito Santo é hoje o mais poderoso tentáculo deste polvo de interesses.

6.3. **Este poder vive do privilégio** e estende os confrontos de classes a todos os domínios: o fisco cobra cinco vezes mais impostos sobre o trabalhador e o consumidor do que sobre os lucros; a política de habitação favorece o endividamento e transforma os bancos nos verdadeiros senhorios do país; retiram-se apoios sociais à pobreza, enquanto se nacionalizam os prejuízos dos colapsos financeiros.

6.4. Os partidos de direita, PSD e CDS, são representantes políticos deste regime. Eles são portadores de um programa de privatização radical da economia portuguesa. A direita quer submeter à lei do mercado as despesas em educação e saúde e a segurança social que, no seu conjunto, representam 30% do PIB. É um vastíssimo programa de entrega das necessidades vitais do país aos grupos económicos em domínios de garantida rentabilidade.

6.5. Nos últimos dois anos, a **hegemonia ideológica conservadora na sociedade portuguesa sofreu algumas derrotas**. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi das mais importantes, afirmando o respeito pelas escolhas das pessoas contra preconceitos discriminatórios, apesar da restrição ainda mantida contra o seu direito de se candidatar à adopção. Também as leis da paridade, do divórcio e do registo da identidade de género acentuam essa cultura de respeito.

6.6. O PS é um partido convertido ao liberalismo e uma máquina tecnocrática de exercício do poder, apesar dos apoios sociais contraditórios que congrega. Perante a crise da dívida, reforçou-se o peso da estratégia liberal. A direcção do PS quer manter o seu

papel no rotativismo que governa o país há 35 anos, com uma política que impõe o aumento de impostos, o corte generalizado de apoios sociais e a facilitação dos despedimentos. Esta política tem um objectivo estratégico coincidente com o da direita: assegurar a transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

6.7. O BE rejeita todas as ilusões sobre uma aliança com um "outro PS" que não existe. Há vozes de esquerda no PS, mas este é um partido que há muito vem sacrificando o socialismo e mesmo a tradição social-democrata europeia no altar da "3ª via" das políticas liberais e, por isso, confrontamos o PS e a sua base eleitoral com a falência do seu programa político. **Só a ruptura com o caminho das políticas liberais e a consequente mudança do mapa político do país é que permitirá abrir caminho a uma política de esquerda.**

6.8. O PCP representa uma parte da história e da organização do movimento operário português. Na luta contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto.

6.9. Entre o BE e o PCP existem diferenças assinaláveis. Na **política unitária**, o BE considera que a luta social não pode desistir do objectivo da vitória, e para isso exige aproximação de esquerdas com ideias diferentes. Nenhum partido minoritário será capaz por si só de aplicar uma política socialista. Todos os contributos para a unidade são caminhos para a maioria. Na **ideologia**, para o BE o socialismo é a garantia do fim da exploração e, portanto, da democracia económica e política, o que exclui a censura e afirma o pluripartidarismo e os direitos sindicais e outros. Assinalamos, neste contexto, que o PCP não se distancia do regime do PC Chinês e de outros regimes repressivos.

7. JUNTAR FORÇAS NA ESQUERDA

7.1. O eixo da política nacional é **o acordo de regime entre PS e PSD**, sucessivamente expresso no conti-

nuismo das políticas económicas, nas revisões constitucionais, na organização do poder, na UE e na Nato. A proposta de um **governo PSD-PS-CDS** nasce desta crise de regime. A esquerda socialista quer substituir este eixo por outro que represente **uma maioria pela justiça económica**, o que exige uma política contra a recessão.

7.2. **O centro da actuação do BE é a luta pelos serviços públicos** e contra a política da bancarrota. É nesse terreno, onde é maior a capacidade de mobilização popular, que se podem procurar alianças e alternativas para a política socialista.

7.3. O BE apresentou uma **moção de censura** quando o governo apresentou na concertação social medidas para facilitar o despedimento. Fizemo-lo apresentando alternativas concretas para combater o desemprego e a precariedade, quando tantos jovens se erguiam contra a resignação.

7.4. Essa extraordinária mobilização demonstra ser **possível construir uma aliança social que dispute a maioria para a mudança nos rumos do país**. Embora este "movimento em constituição" não esteja isento de contradições, ele enfrentou com sucesso a influência que os discursos conservadores exercem sobre uma parte do povo. A resposta à precariedade como "inevitabilidade" foi dada nas ruas, em grande escala.

7.5. **Os sindicatos e a esquerda precisam de aprender com a capacidade inventiva e dinâmica democrática reveladas nas manifestações de 12 Março**. Em particular, os sindicatos têm de dar voz às multifacetadas formas de precariedade no trabalho. Esta perspectiva não se opõe, antes se insere na dinâmica de luta social que teve na Greve Geral de 24 Novembro um ponto alto em defesa dos salários e das pensões.

7.6. Os activistas do BE estiveram com a mesma alegria na Greve e no 12 Março, porque são justas as reivindicações e porque o nosso entendimento da democracia é combativo, participado e emancipatório. A formação de alianças sociais que polarizem à esquerda as escolhas políticas é válida nos terrenos

das disputas concretas, contra cortes salariais, regras laborais ou degradação das pensões, como na luta global contra a recessão.

7.7. O BE defende uma **aliança social incluindo os trabalhadores e os pequenos agricultores**. Ao longo dos últimos 10 anos, um terço dos trabalhadores abandonou a agricultura. Abandono, envelhecimento e pobreza são as consequências desta decadência. O êxodo do interior não conseguirá ser travado apenas com políticas agrícolas. Mas sem uma política que promova a **soberania alimentar e o acesso à terra**, a substituição de importações, preços justos à produção e protecção ambiental, os mercados locais e o fomento do sector cooperativo, não se conseguirá travar a desertificação rural. O BE defende uma revisão da PAC tendo o emprego, a diversificação da produção e o ambiente como principais critérios, e defende a recuperação das pescas.

7.8. **Contra o rentismo dos grandes grupos, o BE afirma a necessidade de uma política industrial que privilegie os sectores produtivos**. Só assim se pode assegurar uma **mudança estrutural da economia portuguesa**, que é a chave para a criação de emprego qualificado.

7.9. O BE tem dado expressão política às reivindicações do **mundo da cultura**. A fragilização das estruturas públicas de criação e difusão cultural agravam o processo de perda de pluralidade no país. Defendemos serviços públicos para o acesso à cultura em todo o território, através do apoio à criação e difusão locais do direito ao usufruto do património e instrumentos de mediação que promovam o acesso à cultura, da presença das artes na escola, ou do aprofundamento do serviço público de rádio e TV e da recusa da concentração da comunicação social ou da privatização da RTP.

7.10. O BE propõe uma **reforma da justiça**, como serviço público essencial que torne efectivo o acesso dos cidadãos, melhorando a justiça laboral e a garantia do reconhecimento, em tempo útil, dos direitos de todos, incluindo a criação de um regime de Defensor

Público no processo penal.

8. UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA

8.1. O BE intervirá no combate à recessão com uma alternativa concreta que demonstre como deve actuar um governo que recuse o horror económico. Essa resposta assenta nas seguintes prioridades:

1. **Um plano de urgência de criação de empregos** na extensão dos serviços e no investimento público, na reabilitação urbana, nas redes de transportes de proximidade, no **apoio à 3ª idade**, num **programa de reconversão, de conservação e de eficiência energética nacional**, com a integração dos falsos recibos verdes e contratos a prazo.

2. **Combater o défice orçamental com uma reforma fiscal profunda**: um imposto sobre o património e as grandes fortunas, fim dos benefícios injustificados, tributação da banca, fim dos offshores, imposto sobre mais-valias urbanísticas.

3. **Acção da Banca pública** para financiar o investimento e controlar os juros que estrangulam a criação de emprego e a produção.

4. **Refundar a segurança social pública**: alargar o financiamento, convergência das pensões baixas, **instituição do pagamento único contratual** para as prestações não contributivas; criação de um **complemento para a população rural pobre** a partir dos 50 anos.

5. **Aumentar a produção alimentar**, recuperar as pescas, promover contratos mais justos entre agricultores e distribuição, criação do banco de terras e defesa de um regime de financiamento de longo prazo para socorro das explorações agrícolas, dirigido à execução do ProDeR e à reconversão das unidades.

6. **Contra a corrupção**, acesso fiscal às contas bancárias e punição do enriquecimento injustificado.

7. **SNS e escola pública** como garantes da democracia.

8.2. O BE defende uma política que vença a recessão e que dê corpo a uma **governança de esquerda**. O BE é totalmente claro sobre as políticas a seguir: **só haverá uma nova maioria para uma política de esquerda se romper com a política da austeridade em nome**

da justiça económica.

O BE **nunca fará parte de uma maioria que defenda a redução de salários**, a privatização de serviços públicos e de empresas estratégicas para a economia.

Disputamos as eleições em nome de uma política socialista para o emprego e para o pagamento da dívida social aos pobres, para enfrentar a chantagem financeira e a recessão.

8.3. Em toda a sua actividade, o BE procurou a **convergência** com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas

9. O BE PARA AS LUTAS TODAS

9.1. O BE é a **esquerda popular** que, comprometida com o activismo social, luta pelo socialismo, que é programa e movimento emancipatório. Esse é o combate mais difícil: responder à crise de civilização e à política do FMI, reconstruindo os movimentos sociais. Deste combate pela hegemonia depende o avanço na solução da crise de direcção para a esquerda e para o país.

9.2. O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como objectivo ser um **partido de massas para a luta emancipatória** de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista. Mas, para a construção do BE como uma alternativa política para todos os que querem combater o desemprego, a precariedade, a exploração capitalista e a opressão, é fundamental mobilizar muitos mais trabalhadores efectivos e precários, jovens, imigrantes, activistas feministas, LGBT e outros.

9.3. O BE tem limitações organizativas e políticas: a representatividade local das concelhias é desigual, a intervenção na juventude está longe de ocupar o espaço da influência do BE, a nossa acção é ainda

insuficiente nos movimentos sociais e a **criação de uma nova cultura de ideias mobilizadoras à esquerda está no seu início** – apesar de ser decisiva para o sucesso ou o insucesso do projecto socialista protagonizado pelo BE.

9.4. Desde a última Convenção o **BE cresceu**, reforçou a sua intervenção nacional e apresentou-se em **três eleições**, obtendo 11% (europeias), 10% (legislativas) mas entre 3,1% (CM, AF) e 4,3% (AM), aquém do objectivo. Esta última eleição reforçou a acção de organizações locais, mas esse trabalho encontra-se ainda no início e exige uma **reflexão** profunda, até porque a estruturação local se encontra muito virada para a intervenção autárquica.

9.5. Recusando a tradição de imposição de correias de transmissão nos movimentos sociais, o BE estimula a participação política dos que constituem **redes de intervenção social**, determinantes para o seu alargamento como partido de massas. E isso exige mais organização nas disputas políticas e sociais. Exige que mais activistas se candidatem a **dirigentes, delegados sindicais ou a CTs**. Exige que os activistas de uma empresa ou de um sector se encontrem para escolher as melhores formas de acção colectiva. Exige que os activistas dos movimentos sociais reflectam sobre a sua acção e, dentro do partido, sobre a sua experiência e coordenação. O BE respeita a autonomia dos activistas nos movimentos sociais e quer aprender com eles.

9.5.1. Os **jovens estudantes** devem estender a sua intervenção em mais escolas do país, mantendo a organização de uma Conferência nacional.

9.5.2. As organizações distritais do BE devem apoiar a formação de grupos de trabalho para produzirem reflexão, debate interno e participação nos movimentos feministas e outros.

9.5.3. O BE deve acompanhar as situações de maior relevância para o combate **internacionalista**, como na Palestina e Médio Oriente, mas também no Mundo Árabe, na América Latina ou em África, apoiando estruturas de solidariedade permanente. Ao nível distri-

tal devem realizar-se actividades de mobilização para responder às tarefas imediatas da solidariedade.

9.5.4. À coordenação nacional do sector de **Trabalho** devem corresponder estruturas distritais que promovam a participação e reflexão dos activistas do mundo do trabalho, para potenciar a auto-organização congregadora de precários e não-precários em plataformas mobilizadoras.

9.5.5. As **conferências nacionais temáticas** continuarão a ser um instrumento de debate e criação de políticas. O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas.

9.6. Para avançar, o BE precisa de juntar as e os protagonistas da luta social. Mas, para isso, precisa de ter mais capacidade de acção local, através dos seus autarcas, dos colectivos concelhios, distritais e regionais, da sua intervenção para os jovens e promove as **agendas locais das organizações regionais, distritais e concelhias**, que tomam decisões sobre as suas prioridades e sobre a actividade dos eleitos locais.

9.7. O BE comprometeu-se desde a sua fundação com uma **nova cultura de organização**, que é uma questão de política, de acção e de comunicação. Não reprodu-

zimos modelos autoritários que assentam numa direcção que controle e subordine cada passo dos seus activistas, do mesmo modo que recusamos o modelo de partido amorfo sob a direcção efectiva da elite no governo. Mas sabemos que essa nova cultura de funcionamento não é uma questão de estatutos, mas de praxis, e que estamos aquém das necessidades e da vontade.

Só um **movimento com muitos milhares de activistas e dirigentes**, capazes de animar uma campanha, de se candidatar a uma eleição, de organizar uma luta social, de apresentar proposta política, de estimular uma direcção colectiva a todos os níveis, só com essa força será possível construir um partido de massas.

9.8. Criando **meios de comunicação e de cultura**, o BE combate a ideologia dominante, procurando muito mais do que transmitir notícias e ideias ignoradas: quer transformar as pessoas em protagonistas.

*

O BE trouxe nova força à esquerda, abriu novos debates, modificou o mapa da política. O BE tem sido energia e imaginação. Mas tem sido sobretudo o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

O BE é e será a esquerda de confiança.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO A "JUNTAR FORÇAS PELO EMPREGO E CONTRA A BANCARROTA"

Francisco Louçã, Lisboa

(da MN cessante)

Alberto Matos, Beja

(da MN cessante)

Alda Macedo, Porto

(da MN cessante)

Alda Sousa, Porto

(da MN cessante)

Ana Drago, Lisboa

(da MN cessante)

Ana Filipa Gonçalves, Lisboa

(da MN cessante)

Andrea Peniche, Porto

(da MN cessante)

António Chora, Setúbal

(da MN cessante)

Antonio Gomes Lopes,

Santarém (da MN cessante)

António Joaquim Soares da

Luz, Porto (da MN cessante)

Bruno Maia, Lisboa

(da MN cessante)

Carlos Santos, Lisboa

(da MN cessante)

Carmen Hilário, Lisboa

(da MN cessante)

Cecília Honório, Algarve

(da MN cessante)

Custódio Braga, Braga

(da MN cessante)

Dina Nunes, Lisboa

(da MN cessante)

Fernando Rosas, Setúbal

(da MN cessante)

Heitor Sousa, Leiria

(da MN cessante)

Helena Oliveira, Setúbal

(da MN cessante)

Helena Pinto, Lisboa

(da MN cessante)

João Bau, Lisboa

(da CD cessante)

João Madeira, Setúbal

(da MN cessante)

Jorge Teixeira, Viana Castelo

(da MN cessante)

João Rodrigues, Lisboa

(da MN cessante)

João Semedo, Porto

(da MN cessante)

João Teixeira Lopes, Porto

(da MN cessante)

João Vasconcelos, Faro

(da MN cessante)

Joaquim Dias, Aveiro

(da MN cessante)

Jorge Costa, Setúbal

(da MN cessante)

José Carreira, Santarém

(da MN cessante)

José Casimiro, Lisboa

(da MN cessante)

José Gusmão, Santarém

(da MN cessante)

José Manuel Pureza, Coimbra (da MN cessante)	Tiago Gillot, Lisboa (da MN cessante)	Américo Manuel Santos, Santarém	António Jorge de Sousa Oliveira, Braga
Joana Mortágua, Lisboa (da MN cessante)	Vitor Franco, Lisboa (da MN cessante)	Ana Abreu, Lisboa	António José André, Coimbra
José Maria Cardoso, Braga (da MN cessante)	Vitorino Vieira Pereira, Leiria (da CD cessante)	Ana Barbara Pedrosa, Braga	António José Costa, Lisboa
José Peixoto Henriques, (da MN cessante)	Zuraida Soares, Açores (da MN cessante)	Ana Campos, Lisboa	António Lage, Lisboa
José Soeiro, Porto (da MN cessante)	Abel Raposo, Setúbal	Ana Cláudia Nascimento, Setúbal	António Manuel Gomes, Leiria
Luís Fazenda, Lisboa (da MN cessante)	Adelaide Almeida, Lisboa	Ana Drago, Lisboa	António Meireles Magalhães Lima, Braga
Luis Leiria, Lisboa (da MN cessante)	Adelaide Lurdes Silva Oliveira, Porto	Ana Feijão, Lisboa	António Melanda, Coimbra
Luís Vale, Bragança (da MN cessante)	Adelina da Conceição Roque, Portalegre	Ana Filipa Isidoro, Portalegre	Antonio Miguel, Porto
Mamadou Ba, Lisboa (da MN cessante)	Adelino Coelho, Beja	Ana Gonçalves, Bruxelas	António Neto, Aveiro
Manuela Tavares, Setúbal (da MN cessante)	Adelino Domingues, Coimbra	Ana Isabel Cansado, Lisboa	António Regedor, Aveiro
Margarida Santos, Lisboa (da MN cessante)	Adelino Mota, Braga	Ana Isabel Pereira Bernardes, Leiria	António Ribeiro, Porto
Maria da Graça Pinto, Viseu (da MN cessante)	Adelino Pinto da Costa, Porto	Ana Lucia Dias Garcia, Porto	António Ricardo, Leiria
Maria Helena Figueiredo, (da MN cessante)	Adelino Rodrigues Cardoso, Portalegre	Ana Lúcia Massas, Setúbal	António Santos, Lisboa
Mariana Aiveca, Setúbal (da MN cessante)	Adolfo Torres, Setúbal	Ana Luísa Amaral, Porto	António Sarmento, Braga
Marisa Matias, Coimbra (da MN cessante)	Adriana Lopera, Lisboa	Ana Luzia, Aveiro	António Silva, Braga
Miguel Portas, Lisboa (da MN cessante)	Adriano Campos, Porto	Ana Maria Cardoso, Portalegre	António Simões, Setúbal
Miguel Reis, Lisboa (da MN cessante)	Adriano Fontes, Porto	Ana Martins, Lisboa	António Teixeira, Porto
Moisés Ferreira, Aveiro (da MN cessante)	Agostinho Nuno Lopes Caterna, Porto	Ana Miranda, Setúbal	António Teixeira, Setúbal
Paula Nogueira, Braga (da MN cessante)	Aires Ventura, Coimbra	Ana Palma, Lisboa	Armand Muñoz, Lisboa
Paulo José Rosa Cardoso, Portalegre (da MN cessante)	Albano Esteves Martins, Porto	Ana Paula Canotilho, Porto	Armandina Fernandes, Lisboa
Pedro Filipe Soares, Aveiro (da MN cessante)	Albano Martins	Ana Paula Sequeiros, Porto	Armando António Santos, Braga
Pedro Sales, Lisboa (da MN cessante)	Albertina Pena, Lisboa	Ana Penas, Setúbal	Armando da Costa, Porto
Pedro Soares, Braga (da MN cessante)	Alberto Matos, Beja	Ana Rita Brito, Coimbra	Armando Emanuel Góis, Braga
Renato Manuel Soeiro, Porto (da CD cessante)	Alberto Sousa e Silva, Porto	Ana Rita Ribeiro, Porto	Armando Mesquita, Évora
Rita Calvário, Lisboa (da MN cessante)	Albino Gonçalves Barbosa Maciel, Braga	Ana Rute Marcelino, Braga	Armindo Júlio Teixeira, Braga
Roberto Almada, Madeira (da MN cessante)	Alex Gomes, Lisboa	Ana Santos, Setúbal	Armindo Magalhães, Porto
Rogério Moreira, Lisboa (da MN cessante)	Alexandra Oliveira, Braga	Ana Sartóris, Setúbal	Arnaldo Mendes Sarroeira, Leiria
Serafim Duarte, Coimbra (da MN cessante)	Alexandra Patricia das Neves Ribeiro, Porto	André Antunes, Setúbal	Artur Barbosa Faria, Porto
	Alexandre Abaladas, Lisboa	André Beja, Lisboa	Artur Jacinto, Lisboa
	Alexandre Cardana, Lisboa	André Moreira, Porto	Artur Manuel Cardoso, Portalegre
	Alexandre Cunha, Leiria	André Pacheco Moreira, Porto	Artur Manuel Ramos, Porto
	Alexandre Manuel Silva Torrão, Porto	André Pires, Lisboa	Artur Ribeiro Carvalho, Porto
	Alexandre São Pedro, Portalegre	André Rei, Coimbra	Assunção Bacanhim, Madeira
	Alexis Antunes Pereira, Leiria	Andreia Margarida Sousa, Porto	Augusto Taveira, Faro
	Alice Barbosa Branco Vilela, Braga	Angelina Carvalho, Porto	Baltazar Buarte, Porto
	Almerinda Bento, Setúbal	Angelo Sousa; Porto	Bárbara Lago de Góis, Leiria
	Álvaro Arranja, Setúbal	Aníbal Ferra, Lisboa	Bárbara Matos, Coimbra
	Álvaro Delgado, Faro	Aníbal Ramos, Lisboa	Beatriz Dias, Lisboa
	Amândio Fernandes, Leiria	Antero Araújo Ribeiro, Porto	Belandina Vaz, Lisboa
	Amândio Taveira, Lisboa	António Abreu, Leiria	Belmira Ferreira, Aveiro
	Amélia Morais Pereira, Porto	António Amaro, Viseu	Bernardino Daniel, Setúbal
	Américo Nunes, Setúbal	António Brandão Moniz, Leiria	Bernardino Guia, Faro
		António Costa, Setúbal	Berta Alves, Lisboa
		António Cruz, Aveiro	Bruno Cabral, Lisboa
		António Faria, Lisboa	Bruno Candeias, Setúbal
		António Fernandes, Lisboa	Bruno Góis, Castelo Branco
		António Gonçalves, Porto	Bruno Lopes, Braga
		António Guerreiro, Beja	
		António Jorge Costa, Braga	

Bruno Martins Santos, Évora	Cláudio Torres, Beja	Fernando Assis Pacheco, Viseu	Hugo Macedo, Braga
Bruno Silva Maia, Porto	Constantino Piçarra, Beja	Fernando Cardoso, Açores	Hugo Meireles, Aveiro
Carla Constâncio, Lisboa	Cristina Andrade, Porto	Fernando Costa, Évora	Hugo Rafael Mendes Luís, Leiria
Carla Cristiana Carvalho, Braga	Cristina Marques Faria, Porto	Fernando Faria, Lisboa	Hugo Silva, Aveiro
Carla Manuela Teixeira, Braga	Custódia Rocha, Braga	Fernando Figueira, Lisboa	Humberto Andrade, Lisboa
Carla Roma, Santarém	Daniel Bernardo, Lisboa	Fernando Gregório, Faro	Idalino Moura, Lisboa
Carlos Alberto Vieira, Santarém	Daniel Fernandes, Braga	Fernando Leitão Correia, Faro	Ilídio Dinis, Setúbal
Carlos Borges Sousa, Lisboa	Daniel Figueiredo, Lisboa	Fernando Letra, Madeira	Ilídio Lacerda, Faro
Carlos Cardoso, Setúbal	Daniel Fonseca, Lisboa	Fernando Macedo, Porto	Inês Rodrigues Gonçalves, Leiria
Carlos Carujo, Lisboa	Daniel Monteiro, Aveiro	Fernando Napoleão, Aveiro	Inês Santos Moura, Porto
Carlos Carvalho, Beja	Daniela Borges, Aveiro	Fernando Pedro, Lisboa	Inês Santos, Lisboa
Carlos Carvalho, Porto	Daniela Fernandes, Viseu	Fernando Poeiras, Santarém	Irina Pampim, Beja
Carlos Correia Teles, Braga	Daniela Melo, Lisboa	Fernando Queiroz, Porto	Isabel Almeida, Castelo Branco
Carlos Couto, Viseu	Dário Silva, Açores	Fernando Rocha, Leiria	Isabel Cardana, Lisboa
Carlos da Torre, Viana do Castelo	David Argel, Beja	Fernando Sequeira, Setúbal	Isabel Cruz, Lisboa
Carlos Faria, Lisboa	David Silva, Aveiro	Filipa Jesus, Coimbra	Isabel Duarte, Lisboa
Carlos Galvão, Lisboa	Delfina Vieira, Porto	Filipa Marques Pereira, Leiria	Isabel Louçã, Lisboa
Carlos Godinho Matias, Santarém	Denise Faria, Castelo Branco	Filomena Amaral, Coimbra	Isabel Pires, Lisboa
Carlos Guedes, Setúbal	Deolinda Martin, Lisboa	Florival Cordeiro, Lisboa	Isabel Sena, Nova York
Carlos Guinote, Setúbal	Diana Neves, Lisboa	Francisco Alves, Lisboa	Ivar Corceiro, Aveiro
Carlos Luna, Évora	Diogo Barbosa, Aveiro	Francisco Colaço, Santarém	Ivo Emmanuel Barros, Porto
Carlos Marecos, Santarém	Diogo Figueira, Porto	Francisco da Silva, Lisboa	Jacinto Sousa, Aveiro
Carlos Oliveira, Setúbal	Diogo Vieira, Braga	Francisco Monteiro da Silva, Porto	Jaime Mestre, Setúbal
Carlos Pais, Aveiro	Domingos Novais, Porto	Francisco Morais, Setúbal	Jaime Pinho, Setúbal
Carlos Patrão, Lisboa	Duarte Alves, Madeira	Francisco Vaz, Viana do Castelo	Jennifer Jesus, Coimbra
Carlos Pereira, Madeira	Duarte Canotilho Oliveira, Porto	Frederico Pinheiro, Braga	Joana Croca, Setúbal
Carlos Quintas, Porto	Duarte Rodrigues, Madeira	Frederico Valsassina, Lisboa	Joana Dias, Aveiro
Carlos Ribeiro, Porto	Edgar Filipe Santos Alves, Lisboa	Gaspar Martins Pereira, Porto	Joana Gomes, Porto
Carlos Silva, Lisboa	Eduarda Faria, Setúbal	Gilberto Venâncio, Portalegre	Joana Louçã, Lisboa
Carlos Solposto, Lisboa	Eduardo Lopes, Lisboa	Gina Mateus, Beja	João Afonso, Setúbal
Carlos Veiros, Aveiro	Eduardo Rocha, Setúbal	Gisela Freitas, Madeira	João Alves, Setúbal
Carlos Vieira, Viseu	Eduardo Silva, Aveiro	Gonçalo Alves, Lisboa	João Antonio Abrantes, Santarém
Cassilda Pascoal, Coimbra	Eduardo Valdrez, Porto	Guida Ascensão, Beja	João Brandão, Faro
Catarina Gomes, Aveiro	Egídio Fernandes, Madeira	Guilherme Vieira, Braga	João Candeias, Lisboa
Catarina Isabel Martins, Coimbra	Eliana Tavares, Porto	Gustavo Pancas, Coimbra	João Carlos Louçã, Lisboa
Catarina Moura Martins, Santarém	Elias Jorge Oliveira Navalho, Lisboa	Helder Maia, Beja	João Catarino, Aveiro
Catarina Oliveira, Lisboa	Eliseu Carvalho, Portalegre	Hélder Monteiro, Lisboa	João Corono, Castelo Branco
Catarina Príncipe, Lisboa	Eliseu Lopes, Porto	Helder Pereira, Braga	João Cosme, Coimbra
Catarina Soares Martins, Porto	Elsa Marques, Lisboa	Hélder Raimundo, Faro	João Curvêlo, Lisboa
Cipriano Pisco, Setúbal	Elsa Santos, Bruxelas	Helena Oliveira, Aveiro	João Dias, Aveiro
Clara Vaz Pereira, Braga	Elsa São João, Portalegre	Helena Órfão, Braga	João Dias, Setúbal
Cláudia Cardoso, Lisboa	Érica Postiço, Lisboa	Henrique Cunha Vilela, Braga	João Fernandes, Lisboa
Cláudia Oliveira, Bruxelas	Ernesto Costa, Coimbra	Henrique Medeiros, Setúbal	João Gabriel Pereira, Leiria
Cláudia Ribeiro, Aveiro	Ernesto Ferraz, Madeira	Henrique Mesquita Pires, Setúbal	João Gomes Ferro, Évora
Cláudio Alves, Lisboa	Eva Braga, Aveiro	Hilário Martins, Braga	João Gomes, Lisboa
Cláudio Gaspar, Coimbra	Fabian Figueiredo, Aveiro	Horácio Vitorino, Lisboa	João Lopes, Setúbal
Cláudio Pestana, Madeira	Fábio Filipe Varela Salgado, Leiria	Hugo Cardoso da Silva, Porto	João Manso, Setúbal
Cláudio Rocha Moreira, Porto	Fábio Sequeira, Coimbra	Hugo Dias, Coimbra	João Manuel Ribeiro, Braga
	Fátima Marras, Setúbal	Hugo Evangelista, Lisboa	João Mineiro, Castelo Branco
	Fátima Martins, Aveiro	Hugo Ferreira, Coimbra	João Morgado, Setúbal
	Fátima Silva, Lisboa	Hugo Ferreira, Setúbal	João Oliveira, Braga
	Feliciana Mota, Setúbal		João Paulo Amaral, Setúbal

João Paulo Caio	José Falcão, Lisboa	Luis Jerónimo, Lisboa	Maria do Rosário Amaral, Setúbal
João Paulo Monteiro, Braga	José Fernando Pinheiro, Braga	Luís Mariano Guimarães, Évora	Maria do Rosário Vaz, Setúbal
João Paulo Tomé, Coimbra	José Franco, Lisboa	Luís Miguel Monteiro, Coimbra	Maria Esmeralda Mateus, Porto
João Pedro Santos, Lisboa	José Gonçalo Colaço, Beja	Luis Miguel Santos, Lisboa	Maria Fernanda Oliveira, Porto
João Queiroz, Porto	José Guerra, Setúbal	Luis Moleiro, Faro	Maria Gorete Carrinho, Santarém
João Ricardo Vasconcelos, Lisboa	José João Lucas, Coimbra	Luís Monteiro, Porto	Maria Isabel Peixoto Gonçalves, Braga
João Rodrigues, Coimbra	Jose Luis da Costa, Porto	Luis Peixoto, Braga	Maria João Carvalho, Aveiro
João Rodrigues, Coimbra	José Luís de Sousa, Porto	Luís Peres, Porto	Maria João Macedo, Porto
João Santo, Coimbra	José Luis Pissarro, Lisboa	Luís Rente, Coimbra	Maria João Sequeira, Setúbal
João Silva, Lisboa	José Magalhães Inácio, Porto	Luis Ribeiro, Braga	Maria João Silva, Lisboa
João Vaz	José Manuel do Carmo, Faro	Luís Sá, Aveiro	Maria José Cardoso, Portalegre
Joaquim da Silva, Porto	José Manuel Reis, Coimbra	Luís Santos, Braga	Maria José Espinheira, Porto
Joaquim do Espírito Santos, Porto	José Miranda da Silva, Porto	Luis Sousa, Coimbra	Maria José Louro, Portalegre
Joaquim dos Santos Pinho, Felgueiras - Porto	José Neves Filipe, Santarém	Luisa Penisga Gonzalez, Faro	Maria José Vitorino, Lisboa
Joaquim Machado, Coimbra	José Paiva Faria, Braga	Luísa Ribeiro, Porto	Maria Leonor Figueiredo, Porto
Joaquim Marinho da Silva, Coimbra	José Pedro Oliveira, Beja	Luísa Teixeira, Setúbal	Maria Manuela Lourenço da Gama Franco Pereira, Leiria
Joaquim Martins Coelho, Braga	José Pereira, Braga	Madalena Correia, Lisboa	Maria Manuela Pereira, Braga
Joaquim Piló, Setúbal	Jose Ribeiro Gonçalves Cunha, Porto	Mafalda Félix, Setúbal	Maria Manuela Rodrigues, Porto
Joaquim Raminhos, Setúbal	José Ribeiro, Braga	Manuel António Azenha Santos Pereira, Leiria	Maria Teresa Sales, Setúbal
Joaquim Teixeira, Braga	José Rodrigues, Leiria	Manuel Bouça Anastácio, Braga	Mariana Carneiro, Lisboa
Joaquim Viana, Porto	José Santos, Lisboa	Manuel Costa, Faro	Mariana Mortágua, Lisboa
Joel Alexandre Marques, Santarém	José Valente, Lisboa	Manuel Graça, Aveiro	Mariana Nogueira, Lisboa
Joel Oliveira, Porto	Josefina Batista, Setúbal	Manuel Grilo, Lisboa	Mariana Santos, Lisboa
Jorge Afonso, Aveiro	Júlia Correia, Coimbra	Manuel Maneira, Lisboa	Marilisa Crespo, Évora
Jorge Carneiro, Viseu	Laura Carreira, Lisboa	Manuel Martins, Beja	Marina Castro Silveira, Santarém
Jorge de Sousa, Porto	Laura Diogo, Coimbra	Manuel Martins, Setúbal	Marine Ferreira Lopes, Leiria
Jorge Gonçalves, Setúbal	Leonardo Torres, Coimbra	Manuel Moreira da Silva, Porto	Mário Bessa, Coimbra
Jorge Lourenço, Porto	Leonel Castro, Braga	Manuel Reis, Setúbal	Mário Correia, Lisboa
Jorge Magalhães, Porto	Leonor Teixeira da Silva, Porto	Manuel Rocha, Aveiro	Mário da Costa, Braga
Jorge Mateus, Coimbra	Lia Lucas, Coimbra	Manuel Silvestre, Lisboa	Mário Durval, Setúbal
Jorge Ramos, Faro	Lia Ribeiro, Santarém	Manuela Coelho Antunes, Viseu	Mário Luís Caneira Martins, Leiria
Jorge Silva, Lisboa	Lina Duarte, Santarém	Manuela Góis, Faro	Mário Moniz, Açores
José António Diniz Pinto, Braga	Lino Fernando Domingos Romão, Leiria	Manuela Rodrigues, Coimbra	Mário Tomé, Lisboa
José António Porém, Lisboa	Lúcia Arruda, Açores	Marco Domingos, Santarém	Marta Calejo, Porto
José Camarada Veia, Faro	Lucinda Silva, Madeira	Marco Marques, Lisboa	Micael Marçal, Castelo Branco
José Carlos Cunha, Porto	Luís Batista, Açores	Marco Paulo Oliveira, Braga	Michael Barroso, Castelo Branco
José Carlos Lopes, Aveiro	Luís Branco, Lisboa	Maria da Conceição Anjos, Santarém	Miguel Cardina, Coimbra
José Carlos Miranda, Setúbal	Luís Carlos Brum, Açores	Maria da Conceição Nogueira, Porto	Miguel Dias, Coimbra
José Carlos Santos, Braga	Luis Carlos Ferreira, Lisboa	Maria da Graça Morais e Castro, Porto	Miguel Heleno, Porto
José Carlos Tavares da Silva, Setúbal	Luís Carlos Lopes Araújo, Porto	Maria da Graça Noronha Lima, Porto	Miguel Louro, Lisboa
José Carlos Vasconcelos, Viseu	Luis Castro, Lisboa	Maria da Luz Louro, Portalegre	Miguel Mesquita, Coimbra
José Carrilho, Setúbal	Luís Correia Mota, Porto	Maria de Lourdes Cordeiro, Lisboa	
José Cascalho, Açores	Luís Costa, Lisboa	Maria do Céu Martins S. Talaia Mota, Braga	
José Castro, Porto	Luís Daniel Nunes Silva, Porto		
José Coragem, Lisboa	Luís Eugénio Peres, Porto		
José David, Beja	Luís Filipe Caras Altas, Setúbal		
José Dinis Pinto, Aveiro	Luís Filipe Cunha, Porto		
	Luís Filipe Pereira, Setúbal		
	Luís Gomes, Santarém		

Miguel Paula, Lisboa	Porto	Rui Antunes	Sónia Araújo, Madeira
Miguel Pereira, Porto	Paulo Vieira, Braga	Rui Cortes, Vila Real	Sónia Isabel Pedro, Lisboa
Miguel Pinto, Lisboa	Paulo Vieira, Lisboa	Rui Costa, Viseu	Susana Jimenez, Évora
Miguel Rodrigues, Beja	Pedro Aguiar e Sousa, Porto	Rui Estrela, Lisboa	Susana Matos Carvalho, Porto
Miguel Sacramento	Pedro Casaleiro, Coimbra	Rui Filipe Mendes, Porto	Telma de Jesus Laborinho
Miguel Sacramento, Lisboa	Pedro Choy, Santarém	Rui Filipe, Faro	Ferreira, Leiria
Mónica Cristina de Faria	Pedro Fidalgo Machado, Porto	Rui Lourido, Lisboa	Teresa Cunha, Coimbra
António, Leiria	Pedro João Oliveira, Santarém	Rui Maia, Lisboa	Teresa Ferraz, Lisboa
Nádia Cantanhede, Lisboa	Pedro Martins, Porto	Rui Maio, Aveiro	Teresa Figueiredo, Setúbal
Natasha Nunes, Lisboa	Pedro Mota, Faro	Rui Manuel Antunes, Braga	Teresa Leitão, Lisboa
Natércia Coimbra, Coimbra	Pedro Oliveira, Setúbal	Rui Manuel Braga, Braga	Tiago Almeida Ferreira, Leiria
Nelson Fraga, Açores	Pedro Pombeiro, Setúbal	Rui Manuel Nóvoa, Porto	Tiago de Sá Peixe, Porto
Nelson Peralta, Aveiro	Pedro Reis, Setúbal	Rui Marques, Lisboa	Tiago Escarameia Carvalho, Portalegre
Nino Alves, Lisboa	Pedro Rodrigues, Aveiro	Rui Matoso, Lisboa	Tiago Henriques, Braga
Noémia Nunes, Lisboa	Pedro Saraiva, Lisboa	Rui Miguel T Fernandes, Braga	Tiago Ivo Cruz, Lisboa
Noémia Pontes de Oliveira, Porto	Pedro Sousa Antunes, Leiria	Rui Nuno Silva Loureiro, Braga	Tiago Pinheiro, Setúbal
Nuno Miguel da Costa, Braga	Pedro Tavares, Faro	Rui Pernas, Portalegre	Tiago Silva Carvalho, Porto
Nuno Moniz, Porto	Pedro Teixeira, Lisboa	Rui Rodrigues Apresentação, Braga	Tiago Vicente, Lisboa
Nuno Pinto, Faro	Pedro Ventura, Setúbal	Rui Silva, Coimbra	Tília Silva, Setúbal
Nuno Serra, Coimbra	Rafael Mota, Coimbra	Rute Isabel Coelho, Lisboa	Timóteo Macedo, Lisboa
Nuno Serrano, Aveiro	Raquel Vidinha, Aveiro	Rute Simão, Castelo Branco	Tomás Silva, Setúbal
Nuno Teles, Manchester	Raul Oliveira, Braga	Sandra Guerreiro, Coimbra	Valdemar Reis, Lisboa
Nuno Viana, Faro	Renato Célio Silva, Braga	Sandra Maciel, Braga	Valentina Loução, Setúbal
Odete Costa, Aveiro	Ricardo Almeida, Braga	Sandra Marina Caçoila, Santarém	Valentino Alves, Aveiro
Óscar Xavier Fangueiro, Porto	Ricardo Caçoila, Setúbal	Sandra Mestre da Cunha, Setúbal	Valérie Branco, Coimbra
Patric Figueiredo, Aveiro	Ricardo Fonseca, Aveiro	Sandra Paiva, Lisboa	Vanessa Varandas e Silva, Leiria
Patrícia Cardoso, Viseu	Ricardo Furtado, Açores	Sandra Serpa, Açores	Vasco Dias, Lisboa
Patrícia Kok, Coimbra	Ricardo Lafuente Monteiro, Porto	Sandra Silvestre, Coimbra	Vera Pires, Açores
Patricia Oliveira, Santarém	Ricardo Leitão, Lisboa	Sara Cura, Santarém	Victor Emanuel Alvura, Porto
Patrício Serendero, Faro	Ricardo Lima Salabert, Porto	Sara Ferreira Guerreiro, Lisboa	Victor Manuel T Cunha, Braga
Paula Cristina Vieira, Braga	Ricardo Moreira, Lisboa	Sara Schuh, Lisboa	Victor Parreira, Açores
Paulete Matos, Lisboa	Ricardo Nunes, Lisboa	Sebastião Correia, Porto	Victor Valente, Aveiro
Paulo Coimbra, Lisboa	Ricardo Robles, Lisboa	Sebastião Pernes, Faro	Vidal Marreiros, Faro
Paulo Costa, Braga	Ricardo Sá Ferreira, Porto	Sérgio António Medeiros, Porto	Virgílio Oliveira e Figueiredo Pereira, Porto
Paulo Cristiano Marques, Santarém	Ricardo Sequeiros Coelho, Porto	Sérgio Cerqueira, Lisboa	Virgílio Rosando, Lisboa
Paulo Cruz, Coimbra	Ricardo Vicente, Lisboa	Sérgio Cunha, Aveiro	Virginia Matos, Aveiro
Paulo Figueiredo, Setúbal	Rita Gorgulho, Lisboa	Sérgio Guimarães, Lisboa	Vitor Antunes, Lisboa
Paulo Freitas, Leiria	Rita Martins, Lisboa	Sérgio Marques Cunha, Braga	Vitor Cabrita, Setúbal
Paulo Jorge Franco Mendes, Leiria	Roberto Sousa, Leiria	Sérgio Pires Miguel, Faro	Vitor Cavalinhos, Setúbal
Paulo José Gomes Ascenso, Leiria	Rodrigo Rivera, Lisboa	Silvana Paulino, Setúbal	Vitor Edmundo, Lisboa
Paulo Mendes, Açores	Rogério Barros, Viana do Castelo	Silvestre Pereira, Porto	Vitor Ferreira, Lisboa
Paulo Mendes, Aveiro	Rogério Miranda, Setúbal	Sílvia Machado, Açores	Vitor Franco, Lisboa
Paulo Mendes, Lisboa	Rosa Cristina Gomes, Porto	Simão Freitas, Braga	Vitor Machado, Lisboa
Paulo Mendes, Santarém	Rosa Domingos, Lisboa	Simeão Quedas, Faro	Vitor Malheiro, Braga
Paulo Nascimento, Beja	Rosa Maria Pereira, Lisboa	Sofia Alexandra Silva	Vitor Pires, Porto
Paulo Renato Cardoso	Rosa Pinto Viana, Braga	Passadouro, Leiria	Vítor Ruivo, Faro
Ricardo, Porto	Rosa Vale, Aveiro	Sofia Roque, Lisboa	Vitor Sarmento, Lisboa
Paulo Ricardo	Rosalina Vitor, Lisboa	Sofia Santos, Bruxelas	Vítor Solteiro, Aveiro
Paulo Sanona, Açores	Rosário Madruga, Lisboa		Vitor Tojeira, Leiria
Paulo Sousa, Lisboa	Rosinda Beltrão, Lisboa		Zacarias Leiras, Braga
Paulo Teles de Lemos e Silva,			

MOÇÃO B

ACRESCENTAR LIBERDADE, DEMOCRACIA E SOCIALISMO ÀS LUTAS ANTI-CAPITALISTA E ANTI-TOTALITÁRIA!

SEM DEMOCRACIA INTERNA NÃO HÁ PERSPECTIVA POLÍTICA!

lista.b@bloco.org

1 – O CONTEXTO DE CRISE E O BLOCO DE ESQUERDA

Os tempos que correm são de crise do capitalismo e de novas e antigas formas de totalitarismo (ex.: o liberalismo securitário, os resquícios de regimes estalinistas e policiais, o liberalismo financeiro que impõe a financiarização de toda a vida, ...), mas também são tempos de afirmação de novos movimentos sociais.

São novos movimentos sociais que se erguem contra a falência de uma democracia política que foi colonizada por um representativismo que deturpa a vontade popular e afasta-a de qualquer decisão política. São movimentos caracterizados por uma impor-

tante transversalidade social e política que marcam o encontro ou o reencontro de muitos sectores sociais com o protesto social, com a redescoberta das acções colectivas. E este é um dado extraordinariamente importante!

O social e o político são hoje realidades divergentes entre si. O social não se reconhece no político e o político, pura e simplesmente, ignora o social.

O Bloco de Esquerda como partido-movimento da área da esquerda democrática, socialista e anti-capitalista que soube criar condições para a convergência entre diferentes correntes políticas e ideológicas no seu seio, deve ter também a capacidade de voltar a propor a convergência entre o social e o político. Essa

convergência é condição para que seja possível a definição e afirmação de uma alternativa democrática, socialista e anti-capitalista de governo.

É preciso afirmar que a democracia não se esgota no representativismo parlamentar. A democracia também é o seu exercício directo pelos cidadãos, na sua condição de trabalhadores, de consumidores, de contribuintes, de precários, de desempregados. A democracia também não se esgota nos partidos, até porque os partidos incorporaram, na sua organização, o que de pior tem o representativismo parlamentar. Há formas de organização que emergem dos movimentos sociais que são também formas genuínas de democracia e de exercício da democracia sem filtros, nem dirigismos!

2 – O BLOCO DE ESQUERDA COMO INSTRUMENTO POLÍTICO PARA UMA ALTERNATIVA

O Bloco de Esquerda não pode tornar-se um partido igual aos que já existem. No seu seio e na intervenção social e política, o Bloco de Esquerda deve afirmar-se mais como movimento (i.e. organização com estrutura horizontal) e menos como partido (i.e. organização com estrutura vertical, dominada pelo centralismo, pelo dirigismo e pelo hiper-representativismo).

Na linha da sua mensagem fundacional, o Bloco de Esquerda deve privilegiar o social em detrimento do político. Isto é, deve estar nos movimentos sociais (e não só "com"), deve aceitar no seu seio a integração de movimentos e grupos sociais (que aceitem sem condições os seus Estatutos), e, deve partir destas convergências sociais para a afirmação de uma alternativa política de governo.

Nos dias de hoje no plano nacional, a questão da definição de uma alternativa de governo é crucial e inadiável. A esquerda nasce do protesto, mas tem de saber passar à afirmação de alternativas que mobilizem. Daí que não basta ser-se anti-capitalista, é

preciso saber acrescentar liberdade, democracia e socialismo!

Uma alternativa democrática e socialista de governo, não deve resultar da negociação entre as direcções partidárias. Em plena crise capitalista, essa alternativa tem de passar pela iniciativa dos movimentos sociais, através de novas formas de organização que expressem a vontade e o sentir desses movimentos. Essas formas de organização não se substituem aos partidos. Mas os partidos também não devem ter qualquer supremacia em relação a todas as formas de organização dos movimentos sociais. Há uma maioria social que rejeita as formas de dominação do capitalismo e qualquer outra forma de dominação totalitária. Essa maioria social, só por si, não tem sujeito político. Embora esse sujeito possa decorrer de formas de organização completamente novas.

Essa maioria social é transversal a todo o espectro partidário português. As consequências sociais da crise têm feito convergir essa transversalidade social numa crítica às políticas neo-liberais identificadas com a crise. Essa crítica às políticas da crise, deve ser o ponto de partida para se definir uma alternativa democrática e socialista de governo.

É uma alternativa que precisa, em primeiro lugar, do contributo das **bases sociais** do PS, do PCP, do Bloco de Esquerda, falando só em partidos com representação parlamentar. Mas que não pode ficar só por aí. Daí a necessidade vital de se ter de perceber muito bem, sem paternalismos, nem esquemas arcaicos, os movimentos sociais, como o da chamada "geração à rasca".

O Bloco de Esquerda precisa pois de tornar mais horizontal e democrática toda a sua organização. O Bloco de Esquerda precisa de se tornar muito mais permeável aos movimentos sociais. E o primeiro passo é não desconfiar desses movimentos sociais. Um segundo passo, é permitir que qualquer movimento ou grupo social que o queira, possa participar também na vida interna do Bloco de Esquerda.

Deste modo, estaremos a dar passos firmes para uma alternativa de governo, com sentido democrático e socialista, que precisa de todas e de todos que já não suportam os dias de uma economia predadora, que já não suportam uma democracia afunilada e rodando sempre entre os mesmos.

3 – SEM DEMOCRACIA INTERNA, NÃO HÁ PERSPECTIVA POLÍTICA

Para isso, o Bloco de Esquerda precisa de muito mais democracia interna. Não basta declarar estatutariamente que se é democrático, para o ser na prática do dia-a-dia. E é preciso reconhecer que a democracia interna no Bloco de Esquerda tem sido colocada entre parêntesis pela aliança tripartida (AUDP + APSR + APXXI) que tem dominado a direcção política desde a fundação.

A afirmação de uma democracia interna que se sinta, pressupõe uma direcção política que consiga cortar com qualquer tipo de organização vertical, dirigista, autoritária e hiper-representativista.

Democracia interna não é só direito formal à constituição de tendências ou correntes organizadas. Deve ser também transparência (desde logo, por parte de correntes que se assumem como "Associações" mas não como tendências, ainda por cima constituindo a direcção política e, a partir daí, dominando e condicionando toda a organização nacional) e reconhecimento permanente das minorias existentes. A democracia interna justifica-se pela existência de minorias e não para satisfação da maioria.

A luta por mais e melhor democracia interna não deve estar separada da luta por uma outra orientação política para o Bloco de Esquerda, que corte com todos os resquícios de "centralismo democrático", de verticalismo dirigista e vanguardista. Uma orientação que recolha inspiração nos novos movimentos sociais, que saiba abrir a organização a esses movimentos e grupos sociais e assim afirme vectores de liberdade, de democracia, de socialismo, em ruptura com o capitalismo e com qualquer forma de totalitarismo.

4 – A DIMENSÃO INTERNACIONAL COMO PARTE FUNDAMENTAL NO COMBATE À CRISE

A definição de uma alternativa democrática e socialista tem um espaço de afirmação nacional, mas, nos dias de hoje, é vital, imprescindível e inadiável que possua também uma forte vertente de afirmação europeia e internacional.

As alternativas à crise capitalista, nos planos europeu e internacional, não chegam a sê-lo se ficarem por perspectivas soberanistas e apologistas de uma qualquer "independência nacional". Mais do que nunca, é preciso voltar a colocar na ordem do dia a necessidade da solidariedade internacional e da ligação de todas as lutas sociais e de classe para além das fronteiras e dos Estados nacionais. O capitalismo tem uma dimensão internacional. O socialismo tem de ter também uma dimensão internacional. No século XXI a afirmação da dimensão internacional das lutas e das alternativas deve suplantar qualquer dimensão nacional.

No plano europeu, o Bloco de Esquerda deveria propor uma **nova organização internacional** que agrupe todas as correntes, partidos e movimentos que se referenciem ao socialismo como alternativa internacional e não como subordinado a perspectivas soberanistas. Uma organização internacional que no seu programa e na sua acção privilegie a construção de uma Europa mais social, mais democrática, mais federativa e menos sujeita aos ditames dos Estados nacionais. O Bloco de Esquerda que é europeísta socialista e de esquerda, não pode ter uma acção, no plano europeu, atrofiada pelas visões soberanistas nacionais de outras correntes de esquerda que ainda não se conseguiram libertar do colete de forças do "socialismo num só país".

A Europa por que o Bloco de Esquerda luta deve partir da eleição democrática e universal de uma Assembleia Constituinte europeia. Para a eleição dessa Constituinte europeia, o Bloco de Esquerda deveria apelar à constituição de uma organização europeia socialista, democrática e anti-capitalista que tivesse também a ambição de eleger um governo europeu de

sentido democrático e socialista.

O actual Partido da Esquerda Europeia não cumpre com estes objectivos, nem consegue desenvolver uma acção europeia com um sentido claro e compreensível para todos os europeus.

5 – A PAZ MUNDIAL NÃO PRECISA DE BLOCOS POLITICO-MILITARES

O Bloco de Esquerda deve continuar a defender a saída de Portugal da NATO. Nesse sentido deverá associar-se e/ou ter a iniciativa de desenvolver acções populares, sociais e políticas que visem o desenvolvimento de uma consciência anti-militarista e anti-blocos politico militares.

A Europa e o Mundo não precisam de mais aventuras belicistas que acabam sempre por terminar em tragédias humanas. A perspectiva socialista para a Paz Mundial é anti-guerra, é anti-blocos político-militares, é também anti-nacionalista, considerando que os Estados nacionais cumprem, cada vez mais, um papel artificial de divisão entre os Homens.

6 – NEM SOCIALISMO SEM LIBERDADE, NEM LIBERDADE SEM SOCIALISMO

O Bloco de Esquerda preconiza o socialismo como a alternativa ao capitalismo e a todas as formas de totalitarismo. O socialismo que preconizamos é pluralismo político e social, é socialização da economia e não estatização abstracta, é justiça social, é justiça na economia, é justiça ambiental.

Para o Bloco de Esquerda, as realidades existentes na China, em Cuba, na Coreia do Norte, na Venezuela, ..., não são sinónimos de socialismo, mas de totalitarismos policiais institucionalizados ou em marcha acelerada para isso .

O Bloco de Esquerda preconiza nem socialismo sem liberdade, nem liberdade sem socialismo!

O socialismo deve representar a auto-iniciativa popular e social, a auto-gestão das empresas, a auto-organização dos trabalhadores e dos produtores, a planificação democrática da economia. A estatização não é socialismo. Estatização não é necessariamente serviço público. Estatizar no quadro de uma economia liberal e capitalista é tão-só passar o controlo da propriedade do primo privado para o mesmo primo que também controla o Estado! Outra realidade seria a nacionalização dos sectores estratégicos da economia e das finanças, sob o controlo directo e democrático dos trabalhadores.

7 – CONCLUSÃO:

Esta Moção não se esgota neste texto. As ideias avançadas serão consolidadas através de propostas concretas para a Convenção Nacional e para a intervenção diária na vida do Bloco de Esquerda.

Os tempos de crise económica e agora política exigem um Bloco de Esquerda unido na sua diversidade. Os subscritores desta Moção afirmam as suas diferenças no seio do Bloco de Esquerda, mas pugnarão por uma intervenção unida, decidida e objectiva de todo o Bloco de Esquerda, considerado como o conjunto dos seus aderentes, das suas tendências organizadas, dos seus núcleos, das suas direcções locais, regionais e nacional.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO B "ACRESCENTAR LIBERDADE, DEMOCRACIA E SOCIALISMO ÀS LUTAS ANTI-CAPITALISTA E ANTI-TOTALITÁRIA!"

João Pedro Moreira Freire - Matosinhos - aderente nr. 8339
José Manuel Faria - Vizela - aderente nr. 364
João José de Sousa Almeida - Ovar - Aderente nr.699
Francisco Cunha Castro - Vizela - aderente nr. 8831
Manuel Augusto Ferreira Monteiro - Matosinhos - aderente nr. 7245
Luís Miguel Fernandes da Costa - Faro - aderente nr. 4022
José Valentim Couto - Vizela - aderente nr. 8833
João Paulo Figueiredo Pedrosa - Vagos - aderente nr. 418
Artur Jorge Silva Alves Nogueira - Matosinhos - aderente nr. 8079
João Pedro Campos Soares - Matosinhos - aderente nr. 8340
Paulo Fernando Silva - Vizela - aderente nr. 7935
Sandra Manuela Ferreira e Silva - Vizela - aderente nr. 3622
Claúdio Sérgio Abreu Monteiro - Ovar - aderente nr. 4821
Fábio Almeida Carvalho - Ovar - aderente nr.
Pedro Daniel Reis Almeida - Ovar - aderente nr. 6766
Zélia Maria Silva Almeida - Ovar - aderente nr. 4088
António José Oliveira Baptista - Vizela - aderente nr. 3623
Nelson Leonel Silva Carneiro - Vizela - aderente nr. 3619
Jorge Miguel Silva Carneiro - Vizela - aderente nr. 7983
Jorge António Caetano dos Santos - Porto - aderente nr. 1460
Pedro Miguel Silva Almeida - Ovar - aderente nr. 4822
Paula Cristina Resende Reis - Ovar - aderente nr. 4823
Paulo Manuel Fernandes da Silva - Gondomar - aderente nr. 1201
José João da Rocha Couteiro - Ovar - aderente nr. 2154
José Franco - Lisboa - aderente nr. 1540

MOÇÃO C

MUDAR DE RUMO, POR UM BE 100% À ESQUERDA

lista.c@bloco.org

1. TEMPOS DE REVOLTA

A CRISE CONTINUA, A LUTA TAMBÉM

A crise perdura: todas as supostas retomas foram desmentidas pelos factos. A regulamentação dos mercados pelos governos falhou – são estes que regulamentam os governos e não o oposto. As injeções de dinheiro público na banca, criando a chantagem da dívida, apenas deram continuidade ao saque, aprofundado hoje pela hiper-inflação.

Todas as crises trazem a mais severa austeridade. A saída da burguesia é aumentar ao máximo a exploração: devolver ao Trabalho apenas o suficiente para a sua reprodução. É essa a receita actual, de Merkel a Sarkozy, de Sócrates a Obama, até Fidel Castro.

A crise alarga as fronteiras da miséria, destruindo direitos conquistados pelos trabalhadores em séculos de luta. O plano é fazer da Europa uma América Latina, desta uma nova China e rebaixar a China a um patamar inédito.

Para isso, usam a chantagem da dívida, uma mentira potenciada pela especulação, que mais não é que um enorme aspirador de riqueza. A Esquerda não pode esperar e deve quebrar já essa chantagem.

A LUTA DE FORA, CÁ DENTRO

Face às lutas na Europa e à Revolução Árabe, os trabalhadores portugueses parecem ficar para trás. Mas não somos um povo de brandos costumes! Basta lembrar que protagonizámos a última revolução da Europa Ocidental, que estivemos às centenas de milhares nas mobilizações dos últimos anos e que a Greve Geral de 24 de Novembro foi forte. Por fim, os portugueses são, na Europa, os que mais votam à esquerda.

Porque não alcançamos o nível das lutas da Grécia, França ou Espanha? O medo do desemprego, a precariedade e baixa sindicalização são parte da resposta. Mas não toda, pois há mais desemprego em Espanha, menos sindicalização em França e mais repressão na Grécia. A resposta está nos brandos costumes, não do povo, mas da esquerda portuguesa. Em poucos países a principal central sindical tem tanto controlo sobre os trabalhadores e é tão conservadora, procurando não derrubar governos, negociar à primeira e estrangular qualquer democracia de base.

Também os partidos têm responsabilidades e é tempo de autocritica: o BE centra-se demasiado no Parlamento. Não que não esteja nas lutas, mas vive da actividade parlamentar. A Esquerda prefere levar o descontentamento para as urnas do que para as ruas. Vejam-se as tréguas que desmobilizaram as lutas de

professores e enfermeiros antes das eleições de 2009 ou nas presidenciais. Se a culpa é sobretudo do PCP, também o BE não procura disputar essas direcções, nem usa a sua influência para apelar publicamente a lutas que saiam do controlo do PCP.

Por fim, a falta de unidade à esquerda arrefece o ânimo da luta: a ausência de alternativa de poder desmobiliza e só a unidade à esquerda pode ser solução.

O BE deve ser ousado e propor nos sindicatos lutas mais fortes, promovendo a mobilização. Uma nova Greve Geral, com manifestação nacional, deve ser preparada.

GERAÇÃO À RASCA PÕE FIM A SÓCRATES

No dia 12 de Março, mais de 300 mil jovens, não jovens, precários, desempregados e outros afectados pela austeridade saíram à rua, na maior mobilização desde o PREC. Foi um protesto que expressou descontentamento com o Governo e com o centrão, mostrando que há milhares dispostos a mobilizar-se, mas não sob a alçada do sindicalismo e esquerdas tradicionais.

Apesar da encenação de Sócrates e Passos Coelho, não foi o PEC IV que pôs fim ao Governo, mas este protesto de massas. As cúpulas do regime ouviram a indignação e tentarão canalizá-la para as urnas. É óbvio que tal não será dito nem pela direita nem pelo PCP, para que o povo não perceba a força que tem. Cabe ao BE explicar que o povo nas ruas quebrou a aliança que sustentava Sócrates e que o poderá voltar a fazer caso queira.

GERAÇÃO À RASCA VAI CONTINUAR

O fenómeno do 12 de Março repetir-se-á, apesar da acalmia momentânea. Mas não há que perder tempo: deve aproveitar-se os passos dados para que a revolta não tenha que recomeçar do zero. O Movimento Geração à Rasca deve basear-se em Assembleias abertas a todos os que não querem a austeridade e precariedade, e ter a luta na rua como vocação.

A partir da sua influência sobre os promotores do protesto, a direcção do BE tentou afunilar este movimento para outros mais pequenos, controlados

por si, como o PI ou o MayDay. Esta tentativa de apropriação é inaceitável e foi negada pelos promotores do movimento nas diversas regiões.

As propostas aos activistas que despertaram no 12 de Março devem ser feitas em Assembleias, não nas cúpulas. Aí devemos propor a organização popular e novas mobilizações. O fim dos recibos verdes, a redução dos preços dos combustíveis e outras reivindicações devem ser levantados. Uma nova mega manifestação deve dar um prazo ao governo (mesmo saído de eleições antecipadas), que deve ser confrontado com as reivindicações da rua.

2. RECOMEÇAR DE NOVO

Em 12 anos, o BE provou a necessidade de uma Esquerda que não se contente em gerir o capitalismo, nem em ser eco do estalinismo. Os últimos anos foram duros testes a este projecto. É preciso avaliar as opções tomadas. Os balanços à esquerda foram, muitas vezes, proclamações para consumo interno ou autocríticas para acalmar consciências. Também nisto o BE tem que mudar.

CRESCER PARA ALÉM DOS NÚMEROS

Os números dizem-nos que o BE cresceu e ainda bem. O número do aderente mais recente andarà pela dezena de milhar. Isso é significativo, mas quem se propõe a revolucionar a realidade sabe que não o faz com números mas com activismo.

Analiseemos este crescimento. Quantos bloquistas estão nas tarefas quotidianas, nas sedes e nas campanhas? Dezenas de milhar, milhares ou centenas? Terà crescido o BE entre os mais explorados? Pouco, dir-nos-á um exame honesto.

E quando crescemos num momento, decrescemos mais adiante. Podemos comemorar a chegada aos 10 mil aderentes, mas têm-se multiplicado as demissões e as desistências. A explicação? Já não se trata de uma crise de militância. Nas ruas, escolas e empresas, milhares têm acordado para o activismo. Estes sectores muitas vezes revêem-se no BE; o BE é que não se revê neles, não procura integrá-los e quando o

faz é para cedo os esquecer.

Porque é que isto sucede? Nos últimos anos o BE centrou-se no parlamento. Dos melhores activistas foram feitos assessores ou funcionários de sede, longe do trabalho de base. Formou-se assim a coluna do partido, curvada sobre instituições onde cada vez menos pessoas se revêem. Isso explica as sedes vazias, a falta de novos rostos e o envelhecimento precoce. A falta de democracia interna pela ausência de reuniões e a lógica de decisões consumadas, vindas de cima para baixo, faz o resto.

Propomos um partido diferente, não centrado no parlamento, em que os quadros se virem para o trabalho de base; em que os militantes sejam ouvidos e tenham formação política, direitos e deveres; em que haja núcleos nas empresas e escolas baseados na luta quotidiana.

Só assim o BE crescerá e terá pessoas novas a surgir e as sedes ocupadas. Não seremos apenas uma potência em votos, mas sobretudo na mobilização.

JUNTAR FORÇAS CONTRA O GOVERNO, OS PATRÕES E OS BUROCRATAS

Os governos Sócrates despertaram o ódio popular, manifestações e greves, levando à Greve Geral mais participada em décadas. Uma efervescência sente-se no país e milhares procuram organizar-se para lutar, seja em estruturas tradicionais ou em novas. Estes são os terrenos naturais da Esquerda e só um balanço da inserção neles pode aferir as suas forças.

"O Bloco de Esquerda não tem para o movimento sindical a visão estratégica do controleirismo partidário" dizia a moção aprovada na VIª Convenção. Mas não basta dizer, é preciso cumprir.

A unidade BE-PCP faz falta, só que existe sobretudo na forma mais nefasta: nas direcções sindicais "controleiras". Veja-se o caso do SPGL, onde bloquistas integram a direcção e, em vez de serem oposição ao controleirismo da FENPROF, cedem aos acordos com o Governo, nunca sufragados na base. O SINTTAV é outro exemplo, em que o BE, ao lado da direcção comunista, se abstém de sindicalizar precários e defender as suas lutas, abrindo caminho para

ETTs.

Por outro lado, quando surgem organizações por fora dos sindicatos (movimentos de professores, comissões de utentes do SNS ou contra o pagamento nas SCUTs), o BE não os integra nem fomenta o seu crescimento, criando, ao invés, movimentos artificiais, partidarizados, que cedo se esvaziam ou reúnem maioritariamente bloquistas (MEP, SOS SNS ou o Mayday).

Quando o coordenador da CT da Autoeuropa elogia publicamente o obscuro Manuel Pinho ou assina todos os acordos da empresa, o combate à burocracia sindical nem se levanta.

O debate sobre a Greve Geral revelou as fragilidades desta opção. Elegendo a cúpula da CGTP como aliada, o BE nem a convenceu da necessidade de manifestação no dia da Greve, nem apelou publicamente à mobilização, para não romper esta aliança.

Não negamos que haja exemplos contrários de camaradas das várias moções, que combatem patrões, governo e controleiros sindicais. Porém, fazem-no a título individual, sem apoio, enfrentando, por vezes, bloquistas instalados nas direcções sindicais.

Propomos o oposto: o BE deve incentivar os seus activistas a um sindicalismo combativo, com democracia de base, decidindo com os trabalhadores as formas de luta e acordos a fazer ou não.

A Coordenadora de Trabalho - que deve ser eleita pelos activistas sindicais - tem aí um papel essencial, servindo não para a produção de propostas legislativas, mas para o debate e a organização dos trabalhadores. Só assim romperemos com o pior da esquerda velha.

A DEMOCRACIA INTERNA, DA FORMA AO CONTEÚDO

A democracia interna do BE tem sido alvo de polémicas e críticas. Democracia não é só ter direito de tendência e apresentar propostas de 2 em 2 anos. Isso o BE tem e ainda bem. Mas não chega.

A esquerda anti-capitalista só pode crescer se as direcções se submeterem ao exame da base, se todos tiverem voz igual, independentemente do cargo, e se as decisões forem tidas nos organismos eleitos. É pre-

ciso entender que o órgão máximo entre Convenções é a MN; que esta deve decidir e não só ratificar decisões da Comissão Política ou do grupo parlamentar.

Um partido que apenas permite aos militantes votar decisões de 2 em 2 anos, e onde a voz das figuras públicas na imprensa tem valor oficial, está condenado a reproduzir, quando no poder, o regime de democracia burguesa ou os regimes monolíticos do "socialismo real".

É inegável que o BE enveredou por este caminho. A MN, de órgão de decisão, passou a órgão de ratificação: veja-se o apoio a Alegre e a Moção de Censura de 10 de Março, que nem ratificada foi, pois foi apresentada publicamente poucos dias depois da MN ter reunido sem a discutir.

Mas outros problemas de democracia existem: só os militantes afectos à direcção vêem os seus textos publicados no esquerda.net, podem falar em debates ou comícios, ser deputados, autarcas ou funcionários. Para não falar do precedente aberto com a expulsão de um camarada, através de um processo obscuro que teve mais a ver com a sua posição contra o apoio a Alegre do que com outras questões.

Da mesma forma que propomos um regime diferente para a sociedade, também o propomos para o BE. Queremos democracia na prática e órgãos que funcionem e discutam, onde a opinião das bases seja ouvida pela direcção. Os bloquistas não podem continuar a saber das posições do seu partido pela comunicação social, sob o risco de o partido deixar de ser o seu.

A ESQUERDA CRESCEU MAS NÃO SE UNIU

Desde a VI Convenção, o país passou por quatro processos eleitorais. É preciso fazer o balanço dos resultados. Queremos um partido para a revolução social e a História mostrou-nos que tal não se faz de resultados eleitorais. Por isso não nos baseamos só nas percentagens obtidas, mas sobretudo nos avanços conseguidos na luta dos trabalhadores e na elevação da sua consciência.

EUROPEIAS: UM RESULTADO HISTÓRICO E LIÇÕES POR APRENDER

As primeiras eleições deste ciclo foram as europeias. O BE obteve 11%, elegendo 3 deputados: um resultado histórico, reflexo do descontentamento com o Governo, pouco capitalizado pela direita, que ainda assim venceu as eleições.

Duas lições se poderiam tirar destas eleições, úteis para as legislativas: 1) era possível derrotar Sócrates; 2) BE e PCP - que ficaram apenas 5% atrás do Governo - unidos poderiam ser uma alternativa de poder. Lições que ambas as direcções partidárias, em nome de sectarismos velhos, preferiram não ouvirem.

Apesar disso a direcção insiste em acusar a nossa sensibilidade de sectarismo. Esta acusação infundada só engana incautos e encobre a verdadeira política da direcção do BE: 'Juntar Forças ... com o PS'.

LEGISLATIVAS: A AUSÊNCIA DA ESQUERDA GRANDE DÁ O PODER À ESQUERDA POSSÍVEL

Semanas depois o país votou de novo para escolher Governo - Sócrates venceu com maioria relativa. O BE teve outro grande resultado: 10% e a duplicação do seu grupo parlamentar. Embora as esquerdas tenham alcançado um resultado notável (perto de 20%), a subida do CDS amargou a noite eleitoral.

Mas contentámo-nos com pouco. Desde a V Convenção que a direcção apenas se contenta com retirar a maioria absoluta a Sócrates - obra não do BE mas do próprio Sócrates com a sua governação - mantendo-o no poder. Era obrigação da esquerda ou-sar unir-se para substituir o PS e não ser apenas voz de protesto.

O resultado das Europeias mostrou que estava na ordem do dia lançar o desafio ao PCP. Cabia ao BE fazê-lo. Essa omissão facilitou a vitória do PS e adiou a concretização de uma esquerda grande, razão de ser do BE.

Nessa noite eleitoral o coordenador do BE disse ao país: "nada mais será como antes". E estava certo. A vitória de Sócrates e a omissão das esquerdas pre-

parou terreno para uma política de austeridade nunca antes vista. Confirma-se hoje que, até a esquerda se unir para governar, nada mais será como antes. Será sempre pior.

O COMÍCIO DE COIMBRA: NEM SEMPRE HÁ ALGUÉM QUE RESISTE

Outro factor marcou as legislativas: o fim da esquerda do PS. Na senda da unidade à esquerda, o BE construiu um diálogo com outros sectores. Os comícios da Trindade e da Aula Magna foram os principais momentos desse percurso e Alegre o seu protagonista. Fomos os primeiros a sinalizar este potencial aliado, na IVª Convenção.

Alegre estava em ruptura com o Governo, tento capitalizado 1 milhão de votos nas presidenciais de 2005, em oposição ao candidato de Sócrates e depois ao Código de Trabalho e à avaliação docente, em defesa dos serviços públicos. Essa rota levaria a um rompimento com o PS, arrastando consigo a sua ala esquerda, ou a um retrocesso, entregando este sector nas mãos de Sócrates. Cabia à esquerda exigir ao poeta que se decidisse. Como esta não o fez, fê-lo Sócrates.

Em Coimbra, de mãos dadas com Sócrates, Alegre pediu a maioria absoluta para o PS, a "esquerda possível" - a mesma do Código do Trabalho, da avaliação docentes e da destruição dos serviços públicos - negociando já o apoio para as presidenciais.

Nessa noite percebeu-se que as palavras de Alegre não passavam disso mesmo e que este estava perdido para a luta da política esquerda e que a esquerda do PS, como hoje a direcção do BE constata, morrera.

AUTÁRQUICAS: PARA UMA REDE DE AUTARCAS É PRECISA UMA REDE DE ACTIVISTAS

As autárquicas fecharam o ciclo eleitoral. Construir uma rede de autarcas e vereadores era o objectivo proposto, para alargar a influência local do BE. A campanha foi pouco participada e mal coordenada, com as distritais entregues a si mesmas. Destaca-se a quantidade de listas feitas, em vários locais onde

nunca participáramos.

Com o anúncio dos resultados a decepção reinou. O BE ficou-se pelos 3%, elegendo 9 vereadores, muito atrás dos 31 do CDS ou dos 174 do PCP. Os resultados nas duas principais cidades são gráficos: em Lisboa perdemos mais de 10 mil votos e um vereador, e no Porto também decrescemos, ficando muito longe da eleição de um vereador. Só se manteve o bastião de Salvaterra de Magos.

Isto dá-nos uma radiografia da inserção do partido. Mais que eleitoral, o BE é um partido parlamentar; a sua influência vem do respeito que os seus deputados inspiram. Mas o povo sabe que não terá Francisco Louçã ou Ana Drago na sua Junta ou Assembleia Municipal e prefere votar nos mesmos de sempre.

Verificou-se da pior maneira a fraca implementação local do BE, que não segurou centenas de milhares de eleitores que nele votaram semanas antes.

Figuras públicas nacionais e listas com muitos candidatos locais feitas a poucos meses das eleições não enraízam o BE. Apenas o trabalho local, diário e durante anos o faz. Era preciso fazer um balanço que não se fez, para não se repetirem os erros: em que mudou o trabalho local do BE? Em muito pouco. As autárquicas de 2013 estão a ser perdidas já hoje.

O BE NO PARLAMENTO: COMPROMISSOS APENAS COM OS DE BAIXO!

Iniciou-se uma nova legislatura, marcada por um Governo minoritário e um BE reforçado. Sócrates procurou apoios, tendo em vista a aprovação do OE, que logo encontrou à direita.

O BE esteve à altura da responsabilidade acrescida. Porém, erros foram cometidos: o BE salvou, com o seu voto favorável, o projecto do TGV, que iria implicar 6 PPPs com gastos para o estado e lucros para as construtoras, clientela especial do PS. Mais grave ainda foi o voto a favor do empréstimo à Grécia, ferramenta de chantagem de Merkel e do FMI. Cecília Honório explicou a posição do BE: "recusar este empréstimo seria impor a bancarrota à Grécia", mas aprová-lo impôs aos gregos a austeridade mais draconiana além da... bancarrota. Se recusamos esta

chantagem para Portugal, não a podemos querer para os outros.

O compromisso do BE é com todos os trabalhadores, não com a UE ou a clientela do PS. Saber que a democracia burguesa, que nos afoga em dinheiro e em visibilidade - lembremo-nos que o BE sobrevive do dinheiro do Parlamento -, vai querer favores em troca, é essencial para não voltar a cair nestes erros.

PRESIDENCIAIS: A ESQUERDA NÃO VAI À LUTA MAS O GOVERNO É DERROTADO

As presidenciais foram a polémica central na esquerda. Nestas o BE falhou completamente. Falhou no respeito ao debate interno e às posições assumidas na V Convenção, em que foi votada esta resolução: "O BE defenderá a necessidade de uma candidatura presidencial da convergência mais ampla possível para a luta política da esquerda, sem prejuízo da possibilidade de apoiar uma candidatura da sua área política no caso de essa alternativa não se concretize". Pode haver dúvidas sobre o que seria a "luta política da esquerda", mas foi unânime na Vª Convenção que esta passava pelo combate ao Governo. Dúvidas houvesse, elas foram esclarecidas por Luís Fazenda: "os camaradas da Moção C inventaram até essa prodigiosa fantasia de que iríamos eventualmente ter um candidato às presidenciais em comum com o Governo". Pois foi o que tivemos.

O mandato recebido pela MN foi o de defender uma candidatura à esquerda, não partilhada pelo governo. Mas a verdade é que a própria MN pouco teve a dizer, dado que só foi chamada a ratificar a decisão após esta ter sido anunciada ao país. Estes atropelos gritantes à democracia interna dizem-nos uma coisa: tal como os eleitores da esquerda, os bloquistas não queriam apoiar o candidato do Governo. Para contornar esse pormenor, a minoria que decidiu optou por não os consultar, lutando ferozmente contra a proposta de uma Convenção Extraordinária. É caso para dizer: só contaram para vocês.

Para cumprir o decidido, não havendo o candidato unitário à esquerda que ninguém procurou,

restava ao BE avançar com uma candidatura própria. Foi isso que propusemos. Mesmo para cumprir o objectivo que justificava o apoio a Alegre - disputar uma segunda volta - esta candidatura era a tática certa. Ou alguém acredita que uma candidatura do BE não arrancaria ao voto em branco e à abstenção os 3% necessários para disputar uma segunda volta?

Porém o erro substancial foi político. "A prática é o critério da verdade", dizia Marx, alertando contra a retórica dos falsos amigos do povo. E, por mais retórica contrária, na prática, a campanha alegrista foi feita ao lado do Governo que mais destruiu os serviços públicos e atacou os trabalhadores. Os discursos de Alegre diziam defender o Estado Social. Mas não o dizem também os de Sócrates? Esta campanha tentou recolocar o Governo no campo imaginário da esquerda, dando-lhe oxigénio para seguir com a política de direita.

À falta de argumentos, ameaçava-se: "ai meu deus que vem aí a direita". Mas é a direita que "está mesmo a governar", como disse depois Francisco Louçã, referindo-se a Sócrates. Assim sendo, em nome da "luta política da esquerda" fizemos campanha ao lado da "direita". Isto não foi difícil de entender para os portugueses, que castigaram eleitoralmente Alegre, dando-lhe menos 300 mil votos que há cinco anos, quando se lançou contra Sócrates e Cavaco. Não foi a esquerda que foi derrotada, foi o Governo e ainda bem.

Era necessária uma candidatura que dissesse ao país que são os ricos que têm de pagar pela crise, que esta dívida não é dos trabalhadores e que é preciso um governo das esquerdas. Uma candidatura destas arrastaria a base do PS, mobilizaria os bloquistas e desafiaria o PCP para a unidade, ganhando os votos que foram parar a Nobre e Coelho. Esta candidatura alimentaria a vontade de lutar e seria a única capaz de pôr em causa Sócrates e Cavaco.

3. O FUTURO ESTÁ ESCRITO NAS ESQUERDAS

ANTI-NEOLIBERAIS OU ANTI-CAPITALISTAS?

A crise polarizou a sociedade. Se durante anos os trabalhadores puderam manter parte da mais-valia, sob a forma de salários dignos, reformas ou serviços públicos, hoje isso já não é possível. O Capital devora cada cêntimo, deixando ao Trabalho apenas o necessário para a sua reprodução. Este sistema não suporta mais o Estado Social. Mais que nunca é válida a fórmula: Socialismo ou Barbárie.

Um debate estratégico se levanta: como defender os direitos conquistados? Com um programa Anti-Neoliberal ou Anti-Capitalista? Cremos que com o segundo, não por fetiches revolucionários, mas por sensatez. O emprego, a educação, a saúde e a proteção social são utopias sob o jugo da exploração. É necessário hoje romper com o capitalismo para assegurar o que sob ele era antes possível.

Não há hoje espaço para meias medidas; as presidenciais provaram-no. Nestas procurámos aliarnos - sob um programa Anti-Neoliberal - àqueles que defendem o Estado Social sem uma ruptura sistémica. Assim acabámos ao lado do Governo mais Neo-Liberal de sempre. Esta opção foi derrotada nas urnas pelo povo de esquerda, deve ser derrotada também nesta Convenção.

Hoje, defender os direitos mais básicos é defender o Socialismo ou é retórica. O capitalismo é desemprego, miséria, precariedade e fome, mesmos nos países centrais. Derrotá-lo em nome da Justiça na Economia está na ordem do dia, propô-lo aos trabalhadores é a nossa obrigação. Não há "políticas socialistas" sem Socialismo.

O NÓ CEGO DA CRISE: SUSPENDER O PAGAMENTO DA DÍVIDA

Sócrates sempre usou a chantagem do défice para decapitar direitos. Depois de enterrar o dinheiro público no BPN BPP, PPP's e layouts, deu um novo

nome à chantagem: dívida pública. Essa é a política da burguesia mundial - transferir uma quantidade nunca vista de mais-valia do Trabalho para o Capital e chamar-lhe dívida. Por isso falar hoje de trabalho, apoios sociais, estabilidade laboral e serviços públicos sem cortar com a dívida é propaganda. Não é tempo de uma Esquerda de propaganda mas de soluções.

O BE defenderá a suspensão do pagamento da dívida pública para realizar uma auditoria, não feita pelos mercados e seus esbirros, mas por representantes populares eleitos, como única forma de derrotar a austeridade e de devolver a dignidade a quem trabalha. Esta é uma estratégia a ser seguida em articulação com os outros países mais endividados. Só assim se travará a chantagem dos "mercados" e os juros altíssimos. O pagamento permanente da dívida e dos juros apenas garantirá uma guerra de austeridade contra o povo, sem permitir qualquer crescimento económico que nos tire da crise.

TRANSFORMAR A DÍVIDA EM DIREITOS

A Esquerda tem de ser Governo para impedir a economia do crime. Só ela pode suspender o pagamento da dívida para devolver a todos o que é de todos. Por isso o BE proporá:

Pela dignidade no trabalho: Diminuição do horário de trabalho sem diminuição dos salários, para haver trabalho para todos; salário mínimo de 700 euros; aumento das pensões; efectivação após seis meses; fim das ETT's ou forte restrição das suas actividades.

Em defesa dos Serviços Públicos: Reabrir as escolas e centros de saúde encerrados; alargamento da rede pública de ensino, do pré-escolar à universidade; fim do financiamento da saúde e ensino privados; rede pública de farmácias e medicação gratuita; redução imediata em 30% do valor das propinas; fim das taxas moderadoras.

Pela Justiça na Economia: Suspensão imediata de novas PPP's; reavaliação de todos os contratos de PPPs em benefício do interesse público, sem in-

demnizações; obras públicas com concurso público; reabilitação dos centros urbanos para habitação social e jovem; restaurar os apoios sociais; fim das portagens nas SCUTS e redução imediata de outras portagens em pelo menos 30% do seu valor actual.

CONTRA A OFENSIVA DAS PRIVATIZAÇÕES, DEFENDER AS RENACIONALIZAÇÕES

A burguesia não perde oportunidades; também a Esquerda não as pode perder. A crise está ser usada para a vingança final sobre a Revolução de Abril e a voragem privatizadora é o seu ápice. Contra a ofensiva do Capital não podemos jogar à defesa. É hora de avançar com um programa de Renacionalizações. Os sectores estratégicos têm de estar na mão de quem trabalha. Devem ser nacionalizados sem indemnização, pois não temos de comprar o que nos foi roubado, e devem ficar sob o controlo popular, para não substituímos os patrões pelos seus boys.

O BE proporá: Renacionalização da Banca, da EDP e da Galp, para haver energia, combustíveis e crédito baratos, contra o sufoco de trabalhadores e PME's. Nacionalização das empresas que ameacem deslocalizar-se, em nome do emprego e da produção nacional.

POR UMA EUROPA DOS TRABALHADORES E DOS POVOS

A Europa é cada vez mais o quintal de Merkel e Sarkozy. O povo cada vez mais entende que a liberdade do Capital é o jugo do Trabalho, que a unificação da moeda é a unificação da miséria. Por isso os franceses, os holandeses e os irlandeses votaram contra o fortalecimento do projecto da UE. A Esquerda deve fazer desta consciência uma arma e da voz dos povos uma bandeira.

Por uma Europa dos Trabalhadores e dos Povos, o BE proporá unificar os direitos e não a exploração: salário mínimo, subsídio de desemprego e pensões unificados na UE. Uniformizar a legislação laboral e

fiscal; referendar a permanência do Euro para devolver a voz ao povo; sair da NATO e de todos os palcos de guerra.

A ESQUERDA QUE VAI À LUTA NAS RUAS

Uma onda de lutas tem atravessado a Europa e o Magrebe. Só a sua radicalização pode forjar a maioria social que imporá soluções de ruptura. E cabe à esquerda abrir as comportas do descontentamento, sem medo de perder o controlo ou de ver ruir as bases do sistema. Esse descontentamento social existe e sai à rua quando convocado. Chega de esperarmos as convocações de outros: o BE deve chamar a si essa responsabilidade.

O BE centrará as suas posições e o seu activismo no retomar das lutas inacabadas. A unificação das lutas, do público e do privado, dos trabalhadores, estudantes e desempregados, dos efectivos e dos precários, deve ser uma obsessão; a radicalização o seu caminho. E os Governos, PS ou PSD, o seu alvo. É necessário apontar para novas Greves Gerais, envolvendo aos trabalhadores a decisão sobre a sua continuidade, tal como nas greves reconduzíveis do Outubro francês.

UNIR AS ESQUERDAS PARA COMEÇAR DE NOVO

O BE foi fundado sobre esta tese, patente no Começar de Novo: *"O núcleo duro do sistema político português é o do rotativismo entre duas forças políticas centrais que não têm, sobre o futuro de Portugal, ideias substancialmente diferentes"*. Doze anos depois, o rotativismo mantém-se. As condições para o substituir não estão apenas maduras, estão podres. Essa podridão é a miséria de milhares. Os media e a ideologia dominante inculcam no senso comum o rotativismo como uma fatalidade, antecipando já um governo das direitas. Mas é também a omissão das Esquerdas que impõe esse fatalismo. Os doze anos do BE foram virados de costas para o PCP, o que, juntamente com o sectarismo deste partido, fez com que não se impu-

sesse um campo alternativo ao do rotativismo.

Desde as europeias que está na ordem do dia um Governo das Esquerdas, baseado na unidade BE-PCP. Dizem-nos que é difícil, mas também não dissemos que era fácil. Dizem-nos ainda que o PCP não quer, mas quem o desafiou? Sabemos que não é garantido que esta aliança permita um governo das esquerdas e que nada nos diz que o PCP acederia. Mas sabemos também que sem o desafio ser lançado, a resposta, positiva ou não, nunca virá, e que falar de um Governo das esquerdas sem o PCP, não só é demagogia, como sectarismo. Sectarismo de que o BE é já publicamente acusado. Apenas um chamado público ao PCP clarificaria quem se recusa a enfrentar o centro.

Um projecto unitário à esquerda arrastaria mais votos e pessoas do que aqueles somados por BE e PCP. Atrairia também sectores do PS, votantes de Fernando Nobre, sindicalistas e as novas gerações abstencionistas. Sem ousar romper este tabu, continuaremos condenados à falsa rotatividade do centro. O BE assumirá a tarefa de convocar o PCP para se debater o núcleo duro de uma Esquerda Grande, que possa dar corpo a um Governo das Esquerdas. Relembrando o Manifesto fundador do Bloco de Esquerda: "Há momentos onde é necessária a coragem para começar de novo. Porque algo tem de ser feito. Este é um desses momentos, onde é necessário ver mais longe do que as ilusões e aparências recomendariam".

SUBSCRITORES DA MOÇÃO C "MUDAR DE RUMO. POR UM BE 100% À ESQUERDA".

- | | |
|--|--|
| 1-Gil Garcia, (Amadora) | 23- Fernando Quadros (Marinha Grande/Leiria) |
| 2-João Pascoal (Lisboa) | 24- Deolinda Antunes (Leiria) |
| 3-Crisitina Portela (Lisboa) | 25- Joana Saraiva (Marinha Grande/Leiria) |
| 4-André Pestana (Oeiras) | 26- António Grosso (Oeiras) |
| 5-Pedro Varela (Lisboa) | 27- Fernando Martinho (Amadora) |
| 6- Manuel Afonso (Coimbra) | 28- Nuno Martinho (Amadora) |
| 7- Hugo Bastos (Coimbra) | 29- Aurora Carvalho Ferreira- (Amadora) |
| 8- Flávia Polido (Coimbra) | 30- Carlos Fernandes (Amadora) |
| 9- Nuno Geraldês (Braga) | 31- Eduardo Velosa (Braga) |
| 10- Eduardo Henriques (Almada) | 32-Aurora Lima- (Lisboa) |
| 11- Joana Machado- (Braga) | 33- Cláudio Kuster (Oeiras) |
| 12- Filomena Silva- (Almada/Charneca da Caparica) | 34- Manuel Neves (Lisboa) |
| 13- Gabriela Mota Vieira (Açores) | 35- André Traça (Lisboa) |
| 14- Maximiano Gonçalves (Cascais) | 36- João Antunes (Coimbra) |
| 15- Liliana Inverno (Faro) | 37- Luís Franklim (Coimbra) |
| 16-Adão Tavares (Amadora) | 38-Renata Cambra(Coimbra) |
| 17- José Ferreira (Amadora) | 39- Raquel Oliveira (Coimbra) |
| 18- Ana Paula Amaral (Barreiro) | 40- Silvia Franklim (Coimbra) |
| 19-Tiago Castelhana (Amadora) | 41- Licínio Saraiva- (Leiria) |
| 20- Marta Luz (Lisboa) | 42- Pedro Fortunato (Braga) |
| 21- Sofia Rajado (Lisboa) | 43- Pedro Castro- (Braga) |
| 22- Pedro Carlos Monteiro- (Almada/Charneca da Caparica) | 44-Rui Paulo (Amadora) |
| | 45- Rafael Ferreira (Braga) |

MOÇÃO D

POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA

lista.d@bloco.org

Para o melhor (e o pior) mantêm-se em grande parte actuais todas as questões político-ideológicas suscitadas no contexto das propostas de Moção de Orientação política apresentadas à VI Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Para o melhor porque o tempo se encarregou de validar algumas das suas propostas objectivas. Para o pior porque a sua justeza justificaria como o tempo ajuizou, uma reflexão mais cuidada.

Por isso, reafirmamos uma das ideias originais "O Bloco por uma maioria social de esquerda" O Bloco de Esquerda só pode continuar fiel ao compromisso de exigência e de luta por uma política de esquerda que enfrente as injustiças sociais, o desemprego cavalgante e todas as formas de discriminações.

Uma esquerda forte, popular, democrática e pluralista continua a ser vital para responder aos sinais da crise que a sociedade portuguesa vive e vê agravados em cada novo PEC. O Bloco, que integra essa esquerda, só tem de lutar diariamente pela maioria social, organizando-se enquanto movimento, programar e preparar substantivamente as suas acções político-partidárias, empenhar-se e participar sem complexos nos movimentos sociais a exemplo da luta das gerações à rasca do passado dia 12 de Março. Em suma:

contribuir para que a esquerda, na sua pluralidade e diversidade, possa, finalmente, assumir o papel adiado desde o 25 de Abril de 1974.

A VII Convenção do Bloco de Esquerda tem uma finalidade determinante: armar o Bloco, no seu conjunto, para enfrentar uma situação política, económica e social adversa, tanto no campo internacional, como nacional, num contexto de enorme imprevisibilidade política e financeira.

Olhando para o trajecto percorrido nestes últimos 12 anos, e ao projectar o que é, neste momento, possível antecipar, o Bloco de Esquerda percebe que terá de caminhar no sulco original, prosseguir e avançar numa intervenção de carácter institucional e, em simultâneo, desenvolver um trabalho político perseverante ao nível dos movimentos sociais com clareza programática, rejeitando todas as formas de acordos eleitorais, expressos ou sub-reptícios, com outras forças políticas e clarificando a proposta da maioria social de esquerda como forma de ultrapassar a grave crise que vivemos.

Muito para além da representação e dos jogos de poder instituídos no aparelho de Estado, a maioria social de esquerda constrói-se no dia-a-dia, lentamente

mas em permanência, lutando pelas diferentes gerações, lutando diariamente contra as novas formas de escravatura, como a grave situação da precariedade que todos os dias retira esperança a cada vez mais trabalhadores, como o ataque aos direitos mais fundamentais dos reformados dos pensionistas, como a nova forma de despedimentos empacotada no PEC IV, contra o deliberado crime social de acabar com o SN de Saúde, contra a destruição completa do ensino público.

A maioria social de esquerda afirma-se constantemente com alternativas reais e objectivas às medidas neoliberais que, em simultâneo, darão consistência à massa crítica social para desenvolver dinâmicas ajustadas aos novos tempos e à realidade concreta que se for oferecendo, sem pretensões de hegemonização, de controlo ou de vanguardismos ultrapassados. O Bloco de Esquerda deve procurar a influência no carácter e na concepção dos confrontos sociais. Uma participação regular em todas as frentes de luta populares, mesmo naquelas que aparentemente não apresentem grande relevância, dando-lhes perspectivas políticas globalizadoras. É condição fundamental para se ir criando maiorias susceptíveis de proporcionar avanços sociais, que a intervenção institucional, na Assembleia da República e Parlamento Europeu dêem ressonância à audição pública.

Se a este verdadeiro trabalho se juntar o enriquecimento teórico permanente e o debate frequente entre activistas e militantes, a intervenção quotidiana ganha sentido, substância e um horizonte tangível: maioria social de esquerda. O caminho do Bloco não é nem pode ser feito de arranjos de bastidores: é a sua natureza que o dita. O caminho da maioria social de esquerda e, inclusive, da esquerda socialista de que todos nos reclamamos, será definido pela sua própria agenda; e o Bloco de esquerda caminha, só pode caminhar, pelas suas próprias pernas sem se deixar enredar pelas regras e aritméticas parlamentares.

A situação política internacional impôs-se mais do que nunca a partir de 2008, com uma crescente importância das chamadas potências económicas emergentes. A economia de casino, que nos é apre-

sentada como uma inevitabilidade que os povos têm que pagar para continuar a desenvolver-se, é a melhor demonstração de que a palavra de ordem dos povos é resistir à barbárie do neoliberalismo nacional e internacional.

Apesar do descalabro tantas vezes anunciado em Portugal, como no resto do mundo civilizado, os governantes têm encontrado, à custa dos trabalhadores, o dinheiro que tanta falta tem feito para acabar com o desemprego e a precariedade e minorar as crises sociais. Mas é para o bolso dos exploradores que se destina.

Como resposta ao descalabro tantas vezes anunciado, em Portugal como no resto do mundo civilizado, os governantes têm optado pela resposta fácil e de classe, de fazer os trabalhadores pagarem as suas crises. O desemprego é em grande medida originado pela deslocalização da produção para países que praticam o "dumping" social, mas também pela redução da mão de obra necessária à produção que o desenvolvimento tecnológico proporcionou, originando mais valias que não beneficiam os trabalhadores e cidadãos em geral, apenas engrossando os detentores do capital. É tempo de exigir democracia económica e de reivindicar a redução do tempo de trabalho como forma de distribuir os benefícios do desenvolvimento da ciência e da tecnologia, que resultam do investimento de toda a sociedade.

Que consequência tem a estratificação social na quebra do sentimento de pertença que a organização industrial incutia no proletariado? E hoje, cumulativamente o vínculo precário, a desestruturação classista e o bombardeamento pseudo cultural e consumista. Será que ainda temos na Europa um proletariado receptivo à ideia "Nada a perder, lutar pelo Socialismo"? A capacidade do sistema reabsorver as lutas conjunturais e balizá-las num enquadramento reformador dentro do sistema é sinal que uma fase transformadora radical se avizinha? Serão estes esforços o desespero dos poderosos? Conseguiremos acumular experiências de enfrentamento quantitativamente cada vez mais alargadas de modo a despoletarem a

mudança qualitativa? Ou, ao contrário, o sistema está ainda muito enraizado e, apesar dos abanões conjunturais, e até com a sua ajuda rejuvenescedora, ainda está para durar?

Reconhecemos a utilidade de procurar entendimentos, convergências ocasionais com outras áreas e outras forças políticas de esquerda. Podemos e devemos convergir em situações concretas, iniciativas ou temáticas concretas, abrangentes, sejam as reivindicações dos trabalhadores, sejam situações concretas dentro das empresas. Todavia, queremos afirmar que, em nossa opinião, a grande prioridade que o Bloco de Esquerda tem de concretizar é um trabalho de persistência, sem calendário eleitoral, capaz de interagir com os cidadãos e cidadãs.

A prioridade tem de ser para mostrar aos que vêm a política como o Mundo só daqueles que enchem os bolsos, que existem soluções completamente alternativas. É preciso que as populações sintam que o Bloco de Esquerda faz as denúncias sem rabos de palha e que apresenta propostas que garantem transparência e a utilidade da vida política.

A prioridade é fazer com que o abstencionismo se transforme em empenho cívico e se converta em maioria social alternativa de esquerda.

Não será objectivo para um muito curto prazo. Será, com certeza, objectivo para o Bloco de Esquerda, que sabe que só será possível a maioria social de esquerda quando a participação cidadã for uma atitude socialmente maioritária.

O projecto ideológico e cultural alternativo do Bloco de Esquerda tem de ter, como pano de fundo, metodologias novas, específicas de quem quer começar de novo e consolidar genuínas maiorias sociais, que não sejam estruturalmente apenas eleitores e eleitoras flutuantes. Queremos homens e mulheres que sejam exigentes e participantes, que cresçam na persistência da actividade política local, construída em propostas alternativas ao sistema e em diálogo permanente com a população. Deveríamos ser a mola concreta

com os nossos representantes eleitos assumindo-se como promotores de inquéritos locais, a servirem de ponto de partida a novas agendas da reivindicação cidadã.

POR UMA DEMOCRACIA INCLUSIVA

O Bloco de Esquerda fez 12 anos. Já não é criança. Está a entrar na fase mais difícil da adolescência. Que queremos para o seu futuro, como o queremos? A constatação de que o activismo é pouco não pode ser camuflada por funcionários!

O princípio a seguir deveria ser o da inclusão, não devendo, nunca, a maioria ceder à tentação da exclusão aritmética, porque no momento em que a exclusão não resultar da imposição numérica estará alcançada a maioria da democracia interna, a qual deveria ser a marca diferenciadora do Bloco. A democracia, para que seja plena, passa pela obrigatoriedade ética de lidar com desacordos de modo inclusivo, conquistando-se sempre os acordos justos para os interesses afectados.

A Mesa Nacional como órgão máximo e representativo da diversidade de propostas e sensibilidades tem como principal tarefa (entre Convenções), a discussão, análise e definição das iniciativas e da agenda política do Bloco. É aí que as sensibilidades têm a oportunidade de se manifestar, de influenciar a linha política e é aí que democraticamente se dirimem as diferenças; nada contribui mais para o descrédito do projecto político do Bloco que a prática continuada de contornar a MN sempre que se adivinham confrontos políticos difíceis. A democracia não é compatível com a cobardia política nem com artimanhas; a democracia exige democratas sérios comprometidos com as suas regras sem excepções.

Ainda em sede de democracia inclusiva, é certo que o Bloco continua a crescer e a cativar muitos jovens, mas também não é menos verdade que existe cada vez menos militância por parte destes mesmos jovens. Deveremos fazer uma reflexão sobre esta questão. Qual é realmente neste momento o modelo de

integração dos jovens no Bloco?

O Bloco continua a ser um espaço aberto à discussão e à troca de ideias sem que necessite de criar uma "jota", mas cada vez mais o Bloco tem dificuldade em cativar e formar os seus jovens para uma militância de base, mais interventiva, pluralista e com maior presença pública, criando, assim mais responsabilidade e vontade de intervir na construção do seu próprio país e de um mundo mais solidário, mais participado e justo.

Ora, o crescimento eleitoral do Bloco tem exibido a fraqueza da sua estrutura organizativa que, curiosamente, tem sido o maior entrave à melhoria e eficácia do processo democrático decisório. A diversidade de opiniões e sensibilidades fazem parte da matriz fundadora do Bloco de Esquerda, mas o aparente consenso no modelo organizativo e modo de funcionamento interno contradizem a diversidade de opinião, o que pode significar, para alguns, que a retórica não passa, afinal de um modelo ilusório.

Exemplo objectivo é o que se passa com o Grupo Parlamentar. Após a V Convenção, o Grupo Parlamentar passou a distribuir, através do correio da Mesa, informação abundante relativa à sua actividade, mas daquela que qualquer cidadão pode recolher no sitio da internet. Ou seja, o Grupo Parlamentar controla a sua agenda com total autonomia e independência e, por isso presta contas do que já aconteceu. Não sendo o Grupo Parlamentar - Nacional ou Europeu um Órgão do Bloco, que liberdade e autonomia, devem de ser permitidas? Será um somatório de individualidades? Precisamente porque entende que não pode informar previamente do que está para acontecer. Nos assuntos não urgentes a Mesa Nacional devia ter um papel muito mais activo. Como ultimo "mau" exemplo, a apresentação da Moção de censura ao governo de José Sócrates, apresentada pelo grupo Parlamentar sem uma simples posição ou conhecimento da Mesa Nacional.

É Exigível que a discussão política dentro do Bloco de Esquerda não se resuma aos 2 ou 3 minutos consa-

grados a cada um, quer na Mesa Nacional quer em Convenção. A discussão política deverá ser permanente.

OS MALEFÍCIOS DA MAIORIA DA DIREITA PARLAMENTAR

No contexto da política nacional, o país está a sofrer as consequências das práticas e decisões da maioria neoliberal criada pelo PS e por toda a direita parlamentar e extra parlamentar. Desde a tomada de posse de José Sócrates como primeiro ministro, Portugal tem assistido a um desfiar de políticas neoliberais verdadeiramente impensáveis por parte de qualquer dirigente do PS até há bem poucos anos. Basta pensar na destruição do serviço nacional de saúde, na política de destruição da escola pública ou no atentado de terrorismo político e civilizacional contra os direitos de quem trabalha e cria riqueza neste país.

Em sintonia está Cavaco Silva e a sua teoria de coabitação com o governo e a estabilidade, em nome, diz Cavaco dos superiores interesses da nação e das reformas a fazer. O défice passou a comandar todas as decisões contrárias aos interesses do povo trabalhador e o PS mostra-se incapaz de abrir novos horizontes de esperança das novas gerações. Ele, José Sócrates a falar-nos de futuro e nós a vivermos a falta de futuro: ele a querer calar a contestação generalizada e nós sempre à procura daquela margem de liberdade e esperança que permite abrir novos espaços, testar novos modelos, em suma, fugir à miséria ao imediatismo.

A nível nacional e municipal as políticas resultaram em tudo menos em instrumentos de justiça social. As parcerias público-privadas, as empresas municipais ligadas à habitação e à intervenção social não passam de meros instrumentos partidários e de lóbis e de para cada vez mais irem ao fundo do pote.

É em questões como estas que o Bloco deverá continuar a intervir de uma forma cada vez mais sólida e activa, evitando a todo o custo a omissão perante este silêncio imposto pelos interesses obscuros existentes na política portuguesa. O trabalho do Bloco a

este nível desenvolve-se no terreno concreto e é aí que deveremos apostar permanentemente desde o início e não apenas nos momentos pré-eleitorais.

SAÍDA DA NATO

O Bloco deve continuar a defender junto dos cidadãos, questões sociais, civilizacionais e de direitos, que por norma são considerados menos fáceis. São exemplos de questões a levantar o direito à eutanásia, as condições claras para a separação clara dos mercados da droga e a adequação da dimensão e da forma das forças armadas face às necessidades reais do país, a saída da NATO, a solidariedade internacionalista das lutas que se estão a travar em África e no mundo Árabe pela liberdade dos povos, à décadas oprimidos, e pela democracia.

As forças armadas e a sua adequação à realidade geopolítica e estratégica do país, por exemplo é uma das questões de que a esquerda tem andado mais arredia. Portugal é um pequeno país da Europa que mantém relações externas que não suscitam a previsibilidade, a curto ou médio prazo, de conflitualidades que exijam intervenções do tipo militar. Assim. A quantidade de elementos que compõem as forças armadas no activo ou em situação de reserva, são claramente exageradas.

Um movimento como o do Bloco deve bater-se para que sejam reduzidos drasticamente os efectivos das forças militares e para que se mantenha um aparelho militar meramente simbólico e completamente virado para as questões de manutenção da paz e da cooperação com os outros povos. A defesa dos interesses nacionais, por exemplo na zona económica exclusiva marítima, e o combate ao tráfico de drogas pode ser assegurada por forças com carácter policial.

Afirmações recorrentes de que temos de manter os nossos compromissos a nível militar são falaciosos e cairiam pela base se afirmássemos, corajosamente, a nossa preocupação com a paz e a recusa em participar em contingentes, o mais das vezes, agressores e com preocupações imperiais por parte dos nossos

aliados. Não somos irresponsáveis nem insensíveis à situação que se vive no planeta e cujas políticas de rapina imperialista são uma das causas que propiciam eventuais ataques terroristas. Mas mesmo essas possibilidades deverão ser encaradas preventivamente do ponto de vista político e social, não meramente militar.

Outra medida a defender deverá ser a desmilitarização das forças policiais, nomeadamente da GNR, e a sua transformação num corpo da guarda civil.

Num país onde constantemente se ouve falar na necessidade de contenção de despesas é espantoso que os gastos com a defesa não mereçam, ao menos, estudos sérios com vista à sua utilização onde sejam mais necessários.

Nesta linha de pensamento, o Bloco deverá retomar de forma intransigente a defesa da saída de Portugal da NATO, assim como o fim desta organização militar que tem servido como cobertura internacional para as agressões perpetradas pelos Estados Unidos nos mais diversos pontos do mundo.

O Bloco de Esquerda tem de forma muito clara reafirmar a sua determinação na condenação de quaisquer actos de agressão militar levados a cabo pela NATO. Não podemos ter posições contraditórias, mesmo por eleitos independentes. Valorizamos os nossos eleitos independentes mas teremos que dizer ao povo português e aos bloquistas em geral de que não subcrevemos agressões imperialistas.

EDUCAÇÃO E MULTICULTURALIDADE

A educação surge com um papel de charneira que o estado tem no respectivo sistema e na responsabilidade de criação de condições de trabalho, para os trabalhadores docentes e não docentes, e de aprendizagem para milhares de crianças, adolescentes e jovens que frequentam a escola pública.

As escolas portuguesas, gradualmente, nos últimos

anos, emergiram como mosaicos multilingues e multiculturais. O que, para muitos, é assumido como uma questão problemática, para o Bloco de Esquerda é uma mais valia. É isso que fortalece as relações interpessoais e de troca de conhecimentos culturais e linguísticos. É ainda, a possibilidade que, igualmente, comporta de apreciar valores, atitudes, comportamentos e características de uns e outros, de modo a promover a interacção social e a comunicação, numa perspectiva relacional e dinâmica, neste planeta multicultural que a todos pertence.

Consciente desta importância, o Bloco, enquanto força política representada na Assembleia da República, deve apresentar alternativas que propiciem uma real promoção da igualdade de oportunidades de acesso e frequência de todas as crianças, adolescentes e jovens provenientes de outros países e que frequentem a escola. Deve, igualmente, desenvolver esforços de modo que, em todas as escolas, onde a diversidade linguística e cultural esteja patente, sejam criadas condições de inserção de mediadores linguístico-culturais.

O estado tem um papel fundamental no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico, como estabelece a lei de bases do sistema educativo. O Bloco de Esquerda, defensor intransigente deste direito, sabe da sua não aplicabilidade a muitas crianças e adolescentes deste país. A exclusão social, a discriminação e a pobreza são disso responsáveis. Até ao momento, muito pouco tem vindo a ser feito no combate a esta realidade! E as escolas muito pouco têm usufruído de programas específicos alternativos a este combate. O Bloco deve de encetar uma campanha defensora desse combate, uma campanha alicerçada no garante da universalidade, obrigatoriedade e gratuidade do ensino básico. Uma campanha onde a alimentação, o transporte, os equipamentos e os materiais didáticos sejam garantidos pelo estado a todas as crianças e adolescentes, utentes do ensino público, obrigatório. Igualmente deve de exigir a implementação de condições para a optimização do acesso de todos à qualidade de aprendizagens. Uma campanha que inclua, também, o alargamento efecti-

vo da rede pública da Educação Pré-Escolar e Básica a todo o país.

Neste esforço de defesa da escola pública é indispensável propor legislação que incentive a ida dos pais à escola e a audição dos alunos, na vivência escolar.

O MUNDO DO TRABALHO

À frente dos problemas que mais preocupam e penalizam os trabalhadores está o desemprego, aliado ao trabalho escravo e sem direitos que nos estão a impor.

O Bloco tem desenvolvido várias iniciativas parlamentares e outras acções de rua e junto de trabalhadores de vários sectores da actividade laboral, com vista a chamar a atenção para estes flagelos dos nossos dias e que tendem a agravar-se com novas medidas que nos impuseram e que ainda querem reforçar com novo PEC IV. É necessária uma maior mobilização e uma mais incisiva intervenção. É necessário compreender que a precariedade não é um problema exclusivo dos trabalhadores mais jovens. Com todas estas medidas tomadas sob o signo dos PECs, todos os trabalhadores tendem a ser precários. Assim, é indispensável a mobilização de todos e todas contra esta situação em que o trabalho sem direitos e uma política de baixos salários estabeleça como que uma "asiatização" escrava no mundo do trabalho. A participação nos movimentos anti-precariedade não deve visar o seu controlo, mas sim dar-lhe força e visibilidade pública de que carecem para a sua afirmação e reconhecimento, tal como verificamos no passado dia 12 de Março. Assim asseguraremos a maioria social de esquerda.

O escândalo do leque salarial que em Portugal é dos mais elevados deve de ser denunciado. A diminuição dos salários dos trabalhadores da função pública, os congelamentos das pensões e reformas deverão continuar a ser a nossa luta diária. O aumento dos salários reais dos trabalhadores, aqueles que efectivamente produzem riqueza, longe de ser um perigo para a produtividade e competitividade constitui uma

forma de aumentar o consumo interno e desenvolver a produção industrial e, conseqüentemente a economia nacional. Esta realidade tem sido e é, cada vez mais contrariada pela direita neoliberal protagonizada pelo PS e PSD, dignos representantes do grande patronato.

Subsistem tentativas de destruição da Segurança Social, quer pela pressão para a constituição de seguros de reforma privados, quer pela desvalorização da filosofia da Segurança social como forma de solidariedade intergeracional, sob a tutela do Estado. Por outro lado, o investimento dos fundos da Segurança social na economia especulativa, em que os jogos da bolsa se transformaram, não garante nada de bom ao futuro próximo das nossas pensões de reforma, tal como os milhões já desbaratados confirmam. Esta não é uma visão antiquada nem ultrapassada, como tantas vezes, querem fazer crer os que veneram mercados, que tudo regula, resolve e tudo pode. É a necessidade, imperiosa, de moralizar uma situação que constitui um verdadeiro escândalo nacional.

Os sindicatos, porque não têm sabido incentivar a sindicalização, porque têm um funcionamento arcaico muito pouco compatível com as necessidades de resposta aos nossos dias e, também, porque não têm conseguido credibilizar-se aos olhos dos trabalhadores mais jovens, têm sofrido um enorme desgaste e, hoje, pouco mais resta com actividade e capacidade reivindicativa do que os sindicatos ligados à função pública. A esta situação não é alheio um certo individualismo e desinteresse pelas questões colectivas que grassa na nossa sociedade, em parte motivado pelo clima de medo que se tem vindo a instalar e, também, por pressão da instabilidade que se vive no mercado de trabalho.

Mas, verdade seja que muito pouco se tem feito para se criar uma outra perspectiva e uma filosofia de vida mais solidária, nomeadamente entre as camadas mais jovens.

Os aderentes do Bloco que são sindicalistas devem de ter uma posição muito firme dentro dos respecti-

vos sindicatos: pela defesa intransigente de sindicatos amplamente democráticos: Por um funcionamento totalmente transparente: Por direcções eleitas, no máximo por três mandatos: Por uma ligação permanente aos locais de trabalho e auscultação dos associados, em todas as questões sindicais: Por sindicatos que sejam independentes dos interesses e agendas que não sejam impostos pelos associados: Por uma ampla e sempre presente solidariedade com as lutas nacionais ou internacionais que se travem: pela abertura, criatividade e inclusão de novas opções de luta. Por outras e novas formas de organização dos trabalhadores, tais como comissões de trabalhadores, organizações de desempregados ou de trabalhadores precários e que sejam encarados de acordo com as necessidades específicas de cada caso.

LEGISLATIVAS, ANTECIPADAS OU NÃO. SITUAÇÃO POLÍTICA.

Portugal está a atravessar a sua maior crise social, política e económica de que todos nós temos memória.

Nos últimos anos, com particular incidência dos governos de José Sócrates, têm-se registado os ataques mais ferozes aos trabalhadores e às populações. A procura sistemática por razões políticas e económicas impostas por esta Europa anti-social e neo-liberal "no mínimo" comandada pela Sra. Merkel e Sarkozy, com as argumentações da defesa dos famigerados "mercados" leia-se, especuladores financeiros nacionais e internacionais que mais não querem de que colocar as populações que criam riqueza, submetidas à escravidão e exploração, dos tempos modernos, dos grandes interesses económicos e financeiros.

Em Portugal, a aliança estratégica e a defesa desses interesses tem sido protagonizada pelo governo PS, com o apoio da direita composta pelo PSD/CDS. Estes sim, têm manifestamente aplaudido nos gabinetes esta política, até porque reconhecem que o grande aríete para a defesa dos seus interesses é José Sócrates.

O governo do PS, tem vindo, paulatinamente a des-

truir o Serviço Nacional de Saúde com as parcerias público/privadas do grupo Mello, tendo começado pelo fecho de muitas unidades de saúde primária ao corte sistemático dos subsídios de doença aos cortes com a comparticipação nos medicamentos, verificando-se o escândalo de muitos velhos e reformados já não conseguirem aviar a totalidade do receituário médico de que tanto necessitam, porque a mais não chegam as suas míseras reformas ou pensões. Pensões ou reformas que José Sócrates congelou em nome do défice e dos interesses neo-liberais. A destruição do pouco que resta do ensino público tendo por objectivo central de criar condições aos subsídio-dependentes do ensino privado, pondo em causa as classes docentes e não docentes do ensino público, assim como o direito de acesso igualitárias de oportunidade que os nossos filhos devem de ter, colocando em causa o seu próprio futuro.

O aumento galopante do desemprego e da precariedade laboral trás cada vez mais dificuldades e vem criando o grito de desespero e de raiva pela falta de futuro, pelo aperto das malhas da exploração e do medo. É este o verdadeiro pavor porque estão passando os nossos jovens "e não só". Dificilmente os nossos jovens poderão ser livres, enquanto dependentes da família e sem perspectiva da criação da sua própria família, assim como o direito ao seu futuro de esperança de vida de trabalho e de sociedade.

Com a reeleição de Cavaco Silva, quanto a nós, tudo se tornou mais claro, por um lado, mas simultaneamente mais nebuloso "o futuro".

Pela primeira vez tudo se conjuga para a solução protagonizada por Sá Carneiro. Um presidente - uma maioria. Maioria esta que neste momento se encontra em marcha acelerada com a coligação PSD/CDS. Tudo se encaminha, neste momento, para eleições legislativas antecipadas. A vitimização encenada por José Sócrates. Os jogos de poder exercidos por Cavaco Silva e o apoio do ataque ao pote por parte do CDS, assim como o acordo "meio surdo" dos prin-

cipais CEO's portugueses, precisam de uma resposta de toda a esquerda.

O Bloco de Esquerda, tem, deveria de ter, um papel determinante e fundamental a desempenhar na resposta ao futuro negro que espera os portugueses e deverá assumir as suas responsabilidades políticas. É exigível, assim como o esperam a esquerda e os portugueses, que o Bloco se oponha e se desmarque, de forma clara e sistemática aos interesses que estão por detrás da política que emerge da actual conjuntura estratégica da direita em Portugal.

A posição do Bloco de Esquerda terá forçosamente por obstar quaisquer caminhos à tomada do poder pela direita em Portugal.

É certo que o povo português está cansado destas políticas neoliberais. Todavia, é claro para todos nós que esta política ainda não criou todas as condições para a direita atingir o fundo do pote. A direita tudo fará para o atingir o mais rapidamente possível. Compete ao Bloco não o permitir. Não apoiando nenhuma posições oriundas da direita. Não podemos permitir que se cumpra o sonho dos neoliberais, que é e será sempre antagónico ao sonho e interesses nacionais e dos portugueses. Portugueses que criam riqueza e que não têm futuro para si, para os seus e para as gerações vindouras.

Em nome do Bloco, em nome do futuro e em nome dos portugueses, Não! não o permitiremos.

O Bloco deverá preparar-se para todos os cenários. Eleições antecipadas ou não, contando com as suas próprias forças negando quaisquer formas de participação governativa com o PS e não sustentando jogos de poder que possam ser sugeridos ou solicitados pelo PC.

A maioria social de esquerda que pretendemos não é compatível com situações dúbias ou menos claras "ficou provado em 12 Março" e com jogos político/partidários. Sejamos nós mesmos. Verdadeiramente o Bloco que corre por fora sem deixar de propor alternativas credíveis e de assumir as suas responsabilidades.

SUBSCRITORES DA MOÇÃO D "POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA".

António Jorge Céu 9054 Leiria
Cristiana de Sousa 4310 Leiria
Teodósio Alcobia 2046 Lisboa
Armando Herculano Porto
Cecilia Maria Costa 1607 Portalegre
António João Sequeira 252 Setúbal
José Aleixo Cruz 2067 Porto
Helena Carmo Lisboa
Fernando Lacerda 356 Porto
Eduardo Seiceira Leiria
Vitor de Sousa 4309 Leiria
Marco Loureiro Guarda
António Sequeira Mendes 279 Leiria
Ana Cecilia Boaventura Leiria
Luis Miguel Céu Lisboa
Bernardes da Silva 605 Setúbal
José Manuel Mendonça Estevens 3637 Faro
António Luis de Sousa 208 Leiria
Maria da Visitação 4644 Leiria
José Ramos dos Santos 8139 Setúbal
Tiago Antunes Silva 4173 Guarda

ERRATA

PROPOSTA DE ALTERAÇÕES AOS ESTATUTOS DO BE APROVADA NA MESA NACIONAL

(alterações a negrito)

1) ARTIGO 3º ADERENTES

1 - São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.

2 - Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.

3 - Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.

4 - Cada aderente fica vinculado a um distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado.

5 - Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

6 - A ratificação da adesão de ex-aderentes é da responsabilidade da Mesa Nacional, sendo neste caso exceptuado o prazo definido no nº1.

Justificação: Trata-se de um caso não previsto pelos Estatutos actuais.

2) ARTIGO 6º SANÇÕES

1 - Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:

a) Advertência;

b) Suspensão de direitos até um ano;

c) Exclusão.

2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.

3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.

4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional.

5- As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.

Justificação: Responde a situações que não justificam a exclusão mas em que houve violação grave dos Estatutos

3) ARTIGO 10º MESA NACIONAL

1 - A Mesa Nacional é o órgão máximo no período compreendido entre duas Convenções Nacionais e compete-lhe dirigir, no âmbito nacional, o Movimento.

2 - A Mesa Nacional elege entre os seus membros, para tarefas de direcção, representação e de aplicação das suas deliberações, uma Comissão Política.

3 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual a pagar por cada aderente.

4 - Compete à Mesa Nacional **tomar a decisão final** acerca das listas de candidatura do Movimento a car-

gos públicos electivos, sob proposta das Assembleias Distritais ou Regionais, bem como a definição das linhas de orientação política dos eleitos, salvo o disposto no número seguinte.

5 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para **decisão final** as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

Justificação: esta formulação corresponde aos estatutos actuais (que definem que as assembleias distritais “propõem” as listas eleitorais distritais e que a MN as “ratifica”, tomando portanto a decisão final. Corresponde à jurisprudência também. Mas evita qualquer ambiguidade, escrevendo os Estatutos com toda a clareza.

4) Artigo 11º

Comissão Política

A Comissão Política, órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento e **nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu**, elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

Justificação: Não existe a definição da ligação aos grupos do Parlamento e do Parlamento Europeu, que deve ser consagrada nos estatutos.

CALENDÁRIO DA VII CONVENÇÃO

ABRIL 2011

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30

5 ABRIL

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS A PUBLICAR NO DEBATES #2

12 ABRIL

PUBLICAÇÃO DO DEBATES #2

13 A 18 ABRIL

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DE SESSÕES DE APRESENTAÇÃO E DEBATE DAS MOÇÕES

16 ABRIL

LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS LISTAS DE DELEGADOS À VII CONVENÇÃO

29 E 30 ABRIL

ASSEMBLEIAS PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS À VII CONVENÇÃO

MAIO 2011

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28

7 E 8 MAIO

VII CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

PARA EFEITOS DO PROCESSO DA CONVENÇÃO, O DISTRITO/REGIÃO/MORADA DE REFERÊNCIA DE CADA ADERENTE É O QUE SE VERIFICAVA A 5 DE FEVEREIRO, MESMO QUE TENHAM OCORRIDO MUDANÇAS POSTERIORES. OS CADERNOS ELEITORAIS PARA A ELEIÇÃO DE DELEGADOS SERÃO ORGANIZADOS COM BASE NOS REGISTOS EXISTENTES NA BASE DE DADOS CENTRAL A 5 DE FEVEREIRO.

ATENÇÃO:

SE AINDA NÃO REGULARIZASTE O PAGAMENTO DA JÓIA ANUAL DE 2011 DEVES FAZÊ-LO O QUANTO ANTES, DE FORMA A PODERES PARTICIPAR DE PLENO DIREITO NO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONVENÇÃO E NA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS.

A PRÓXIMA EDIÇÃO DESTA BOLETIM, A PUBLICAR A 12 DE ABRIL, SERÁ ENVIADA APENAS A QUEM TENHA O PAGAMENTO DA QUOTA EM DIA.

deBatEs #1

índice

3. INTRODUÇÃO

4. REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA VII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

7. RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2009-2011)

25. MOÇÃO A: "JUNTAR PORÇAS PELO EMPREGO CONTRA A BANCARROTA"

38. MOÇÃO B: "ACRESCENTAR LIBERDADE, DEMOCRACIA E SOCIALISMO ÀS LUTAS ANTI-CAPITALISTA E ANTI-TOTALITÁRIA!"

43. MOÇÃO C: "MUDAR DE RUMO, POR UM BE 100% À ESQUERDA"

52. MOÇÃO D: "O BLOCO POR UMA MAIORIA SOCIAL DE ESQUERDA"

61. CALENDÁRIO DA VII CONVENÇÃO

FICHA TÉCNICA

EDITOR: BLOCO DE ESQUERDA

MORADA: RUA DA PALMA, 268, 1100-394 LISBOA

ANO: 2011

Nº DEPÓSITO LEGAL: 257898/07

IMPRESSÃO RAINHO & NEVES, LDA

MORADA: RUA DO SOUTO, 8, APARTADO 103 / 4524-909 SANTA MARIA DA FEIRA

TIRAGEM: 6 MIL EXEMPLARES

CONVENÇÃO NACIONAL
DO BLOCÓ DE ESQUERDA
7 E 8 DE MAIO 2011 | LISBOA

VII

